UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MÁ CONDUTA NA PESQUISA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Jesusmar Ximenes Andrade

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Andrade Martins

SÃO PAULO

2011

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Júnior
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Luís Eduardo Afonso
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

JESUSMAR XIMENES ANDRADE

MÁ CONDUTA NA PESQUISA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Andrade Martins

SÃO PAULO

2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Andrade, Jesusmar Ximenes

Má conduta na pesquisa em ciências contábeis

/ Jesusmar Ximenes Andrade. -- São Paulo, 2011.

125 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2011.

Orientador: Gilberto de Andrade Martins.

1. Pesquisa – Ética 2. Contabilidade – Ética 3. Pesquisadores – Ética
I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade II. Título.

CDD – 174.95

Aos meus pais Josimar e Francisca Erismar, meus irmãos Josimar Filho, Jorge Mário e Mário Jorge, Josmara e Jorisnaldo e minha esposa pelo amor, carinho, dedicação, apoio e incentivo a mim concedidos.

Aos meus sobrinhos João Victor, Jorge André, Júlio César e Sofia por existirem e me fazerem feliz.

Aos meus tios Zé Machado e Zizi e Joselino e Dezinha que me permitiram o convívio familiar, sempre me apoiando e incentivando.

AGRADECIMENTOS

A Universidade de São Paulo que deu as condições para revelar em mim o espírito científico e as fundações do grande caminho ainda a percorrer como pesquisador.

Ao meu orientador Prof. Gilberto de Andrade Martins pelos ensinamentos, compreensão, amizade e apoio em tudo que foi preciso, em nome de quem também agradeço aos professores do doutorado. Prof. Gilberto, meus sinceros agradecimentos e admiração!

Aos professores Dr. Pedro Lincoln e Dra. Maria Cecília pelas valiosas sugestões no exame de qualificação. Muito grato!

A FIECAFI pelo apoio financeiro e oportunidades de aprimoramento dos conhecimentos adquiridos. Sem ela, as coisas seriam muito mais difíceis.

Aos meus amigos do mestrado e doutorado pelo convívio e aprendizado das discussões, pena não poder citar o nome de cada um de vocês, mas, em nome dos meus outros queridos amigos Arthur, Giovani e Murcia, sintam-se abraçados.

Aos professores Joãozinho e Gerlando pela cessão de seus materiais, o que me ajudou a diminuir o conflito entre a tese e a docência. Meu muito obrigado!

Aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) pela atenção, simpatia e amizade. Em especial a Margarida, Arlete, Sheyla, Lúcia, Cristina, Irene e Ana. Meus sinceros agradecimentos.

Aos funcionários do EAC pela atenção, simpatia e amizade. Em especial Rodolfo, Cristina e Belinda. Meus sinceros agradecimentos.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-graduação pela atenção, simpatia e amizade. Em especial a Cida, Valéria e Francisco. Todos são exemplos de competência em gestão acadêmica. Parabéns!

Aos meus primos Wiliam e Sheila por permitir compartilhar seus espaços e tolerar-me durante a minha estada em SP e pela amizade. Ao Wiliam agradeço ainda a leitura de parte do trabalho e a versão para o inglês do resumo. Meus sinceros agradecimentos.

As professoras Francyslene e Nazaré pelo apoio, em nome de quem também agradeço a todo o Departamento de Contabilidade da UFPI.

Ao amigo Emérito (*in memoriam*) pela alegria e deliciosas discussões estatísticas.

Aos sujeitos anônimos que participaram do estudo e aos professores entrevistados. Minha gratidão por acreditarem na minha proposta, sem vocês não seria possível concretizá-la.

A minha esposa mais uma vez agradeço. Como não há espaço dentro da tese para fazer um *acknowledgement* para você farei aqui mesmo no rodapé.¹

¹ *Acknowledgement: Eu estou em débito com a minha esposa Profa. Dra. Elaine Maria Leite Rangel Andrade do Departamento de Enfermagem da UPFI, pela digitação da base de dados, correções das entrevistas e busca de alguns artigos que compuseram o referido estudo.*

" A consciência é o melhor livro de moral e o que menos se consulta."

Blase Pascal

RESUMO

Diversos comportamentos inadequados apresentados na literatura acerca da Ética na pesquisa, tais como fraude e plágio, são encontrados no processo de preparação e publicação de trabalhos científicos. Esses comportamentos podem ser originados, em grande parte, pela pressão que as instituições acadêmicas fazem sobre pesquisadores para a elevação da produção científica ou a que o próprio pesquisador se impõe para obter maior posto ou remuneração, conseguir ou manter seu *status* de aceitação pela comunidade científica, ou ainda, porque não percebem a natureza questionável dos seus atos. Alheios a esses acontecimentos, geralmente, os pesquisadores de Contabilidade têm desenvolvido seus estudos sem qualquer reflexão às questões éticas que envolvem o processo da pesquisa contábil. O propósito geral deste estudo foi examinar o posicionamento dos pesquisadores em Contabilidade em relação à má conduta na pesquisa científica, identificando a frequência de sua ocorrência e a intensidade dos fatores que influenciam a má conduta. A importância desse estudo poderá ser verificada quando se espera que os debates sobre ética na pesquisa sejam fomentados e sirvam de base para o desenvolvimento de estratégias que possam reduzir a má conduta na pesquisa. Usando a abordagem de método misto sequencial explicativo proposto por Creswell (2008), investigou-se a ocorrência de má conduta na pesquisa e os fatores que a ocasionam por meio de um *survey* aplicado a 85 pesquisadores presentes no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade de 2009 seguido por entrevistas semiestruturadas aplicadas a oito pesquisadores experientes e de reconhecida competência. O perfil geral dos participantes do estudo foi constituído por 61,1% de mestres, mestrandos e doutorandos em Contabilidade, sendo que 67% desses tinham até nove anos de envolvimento com pesquisa. Oitenta e oito por cento de todos os participantes eram professores universitários, mas apenas 19% do total da amostra estavam vinculados a um programa *stricto sensu* e, entre esses, 81,2% tinham maior vinculação com instituições públicas e os demais, 18,8%, com instituições privadas. Dos professores não vinculados a um programa *stricto sensu* (69%), 67,2% estavam vinculados a instituições públicas e 32,8% a instituições privadas. Na perspectiva desses participantes os resultados da análise do *survey* revelaram que há evidências de envolvimento de pesquisadores em Contabilidade com práticas inapropriadas, mas que a frequência com que essas ocorrem é pequena, ou seja, tiveram ocorrência rara ou ocasional. Dentre as dezessete más condutas avaliadas quanto às suas ocorrências, ‘Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir’ e ‘Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos’ são, nessa ordem, os comportamentos mais frequentes. Os resultados também forneceram evidências que quanto maior o tempo de envolvimento com a pesquisa maior a frequência que os pesquisadores mostram crer e conhecer a ocorrência de má conduta, mas isso foi verdade apenas para ‘Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado’ que teve uma relação positiva e significativa com o tempo de envolvimento na pesquisa. Os pesquisadores participantes do *survey* e os entrevistados creem que a necessidade de publicação é o fator mais importante para influenciar a má conduta na pesquisa. Para os pesquisadores experientes entrevistados a necessidade de publicação está associada à Capes e ao sistema de avaliação imposto por ela. Educação foi considerado um importante meio para desencorajar má conduta na pesquisa tanto para participantes do *survey* quanto para os pesquisadores experientes entrevistados. Ainda para esses últimos, é possível inferir-se que o atual estágio da qualidade da pesquisa contábil no Brasil é, em parte, reflexo das más condutas avaliadas neste estudo.

ABSTRACT

Diverse inadequate behaviors presented by the literature about Ethics in research, such as fraud and plagiarism, are found in the preparation and publishing process of scientific works. These behaviors may be mostly originated by the academic institutions' pressure over researchers to raise scientific production or by the pressure researchers impose themselves to obtain a higher position or revenue, to get or to keep their scientific community acceptance status, or even because they do not realize the questionable nature of their actions. Aside from these happenings, generally, Accountancy researchers have developed their studies not pondering about the ethical issues that concern the accounting research. The present work's general purpose was to examine Accountancy researchers' attitude related to scientific research misconduct, identifying its frequency of occurrence and its influential factors intensity. This study importance may be verified when it is expected that debates about ethics in research are stimulated and used as the basis for developing strategies which may reduce the research misconduct. From the mixed-methods sequential explanatory design proposed by Creswell (2008), the research misconduct occurrence and the factors that caused it were investigated by a survey applied to eighty five researchers attending USP's 2009 Controllershship and Accountancy Congress, followed by semi-structured interviews taken from eight experienced and well-recognized competence researchers. The participants' general profile in this study was constituted by Accounting graduate students, Masters, and Doctors (61,1%). A share of 67% from this number has been involved in research up to nine years. Eighty eight per cent of all participants were professors, although only 19% from the total were linked to a stricto sensu program and, among them, 81, 2 % were more connected to public institutions; the remaining ones, 18,8%, to private institutions. From the professors not connected to a stricto sensu program (69%), 67,2% were linked to public institutions and 32,8% to private ones. In these participants' perspective, the survey result analysis revealed that there are evidences of Accountancy researchers' involvement in inappropriate practices, in spite of its low occurrence frequency: they were considered rare or occasional. From the seventeen misconducts assessed by their occurrence, "[A]n author shares a work's credit with a colleague that does not contribute to do it in exchange of participation in a work which he or she will not contribute as well", and "[A]n author, to increase his or her article's credibility, expands its reference sections citing unread resources observed in other articles" are, in this order, the most frequent behaviors. The results also provide evidence that when the involvement with research is longer, the frequency that researchers show belief in and know about the occurrence of misconduct is higher, although it was true only for "[A] professor struggles to impede a researcher's work to be published", which had a positive and considerable relation with the time of involvement with research. The survey's participant researchers and the interviewees believe that the need of publication is the most important factor to influence a research's misconduct. To the experienced researchers interviewed, the need of publication is associated to Capes (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel) and to the evaluation system imposed by it. Education was considered an important means to discourage misconduct in research both by the participants and by the experienced researchers interviewed. Thus, from the latter, it is possible to infer that the current stage of the Accountancy research quality in Brazil is partly a reflex from the misconducts assessed by this study.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	2
1 PROBLEMATIZAÇÃO.....	3
1.1 Introdução	3
1.2 Questão de pesquisa e objetivos	4
1.3 Hipóteses.....	6
1.4 Justificativas	7
2 PLATAFORMA TEÓRICA	9
2.1 Definições: Moral ou Ética?	9
2.2 Definições e limites da má conduta na pesquisa	10
2.3 Teorias éticas	16
2.4 Modelos de tomada de decisão ética e Valores	19
2.5 Valores específicos do cientista.....	23
2.6 Estudos aplicados.....	25
3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	35
3.1 Planejamento do estudo	35
3.2 Plano amostral	37
3.3 Instrumento de coleta de dados.....	38
3.4 Validação dos comportamentos descritores de má conduta	40
3.5 Pré-teste	41
3.6 Procedimento de coleta.....	42
3.7 Plano de análise	43
3.8 Limitações.....	45
3.9 Procedimentos éticos	46
4 ANÁLISE DOS DADOS DA ABORDAGEM QUANTITATIVA	49
4.1 Características demográficas e acadêmicas	49
4.2 Identificar a existência de má conduta na pesquisa em contabilidade com base no conhecimento direto (ou indireto) do pesquisador	51
4.3 Identificar a crença dos pesquisadores em Contabilidade quanto à frequência com que a má conduta na pesquisa contábil ocorre.....	57
4.3.1 Teste de diferença entre crença e conhecimento	62
4.4 Identificar a crença dos pesquisadores quanto aos fatores que influenciam ou incentivam a má conduta na pesquisa e em que grau afetam tal conduta.....	65
4.5 Examinar a relação entre o tempo de envolvimento com a pesquisa e a frequência com que os pesquisadores acreditam e conhecem da ocorrência de má conduta....	66
5 DISCUSSÃO DA ANÁLISE QUALITATIVA À LUZ DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS.....	73
6 CONCLUSÕES.....	92
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICES.....	103
ANEXOS	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA:	<i>American Accounting Association</i>
AAUP:	<i>American Association of University Professors</i>
APS:	<i>American Physiological Society</i>
CEP:	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS:	Conselho Nacional de Saúde
COMEST:	<i>World Commission on the Ethics of Scientific Knowledge and Technology</i>
CONEP:	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CPA:	<i>Certified Public Accounting</i>
CV:	Coeficiente de Variação
DE:	Dedicação Exclusiva
ENANPAD:	Encontro Nacional da Associação de Programas de Pós-graduação em Administração
ICMJE:	The International Committee of Medical Journal Editors
JAMA:	Journal of the American Medical Association
NAS:	<i>National Academy of Sciences</i>
ORI:	<i>Office of Research Integrity</i>
PHS:	<i>U.S. Public Health Service</i>
SEMEAD:	Seminários em Administração FEA/USP
TCLE:	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO:	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

1 PROBLEMATIZAÇÃO

1.1 Introdução

Atualmente, devido aos constantes escândalos contábeis, muito se tem discutido sobre ética profissional na literatura nacional e estrangeira. Mas não se tem discutido no Brasil, como tem sido feito no resto do mundo, os problemas éticos na pesquisa em contabilidade. O interesse sobre o assunto má conduta na pesquisa tem-se convertido em vários artigos de autoria de acadêmicos de diversas áreas de conhecimento, alguns deles propondo e examinando a necessidade de criação de um código de ética da pesquisa (KEYS; HENDRICKS, 1984, citados por ENGLE; SMITH, 1990) e da publicação científica (BORKOWSKI; WELSH, 2000; PAYNE, 2000). Na contabilidade, Engle e Smith (1990, p.8) apontaram estudos focados no ensino de ética; entretanto, com a exceção de uma proposta de um código de ética na pesquisa pelo estudo de Keys e Hendricks, de 1984, o comportamento ético de professores de contabilidade tem permanecido inexplorado. Comparativamente à área afim de administração, esse problema parece não existir. Meyer e McMahon (2004, p.415) comentaram que uma centena de artigos tem sido publicada na pesquisa de Marketing, inclusive referente ao teste e desenvolvimento de um código de ética para a comunidade da pesquisa acadêmica em Marketing.

A preocupação com má conduta na pesquisa também é manifestada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO que, em 1998, fundou a COMEST (*World Commission on the Ethics of Scientific Knowledge and Technology*), comissão que tinha por objetivo, entre outros, a criação de um código de conduta para o cientista (UNESCO, 2006b) e, em 2005, lançou o *Global Ethics Observatory*, uma coleção de bancos de dados *on-line* voltada para estimular a ética na pesquisa (UNESCO, 2006a). Duas categorias de assuntos éticos são abrangidas pelo COMEST na preparação do código: categorias de assuntos éticos relacionados a problemas internos e externos na ciência. Os problemas internos têm ênfase sobre o comportamento científico inapropriado, comportamentos indesejáveis e inaceitáveis dos cientistas, têm foco em noções como integridade, honestidade, confiança; os problemas externos, cuja ênfase recai sobre o mau uso da ciência e uso hostil, têm foco no contexto social, independência dos cientistas e responsabilidade (UNESCO, 2006c). Entende-se que os assuntos éticos tratados como

internos pelo COMEST são os mais prováveis nas ciências sociais aplicadas. Há também preocupação da literatura com o comportamento inapropriado dos pesquisadores das Ciências Sociais, incluindo a Contabilidade (BORKOWSKI; WELSH, 2000; PAYNE, 2000; PESSANHA, 1998; MEYER; McMAHON, 2004).

Pessanha (1998, p.227) menciona a frequência crescente com que diversos comportamentos inadequados, tais como fraude e plágio, são encontrados no processo de preparação e publicação de trabalhos científicos. A obra de LaFollette (*apud* PESSANHA, 1998, p.227) descreve os principais exemplos de má conduta por parte dos autores, avaliadores e editores.

Comportamentos dessa natureza podem ser originados, em grande parte, pela pressão que as instituições acadêmicas fazem sobre professores e pesquisadores para a elevação da produção científica ou a que ao próprio pesquisador se impõe para galgar maior posto ou remuneração, ou mesmo para conseguir ou manter seu *status* de aceitação pela comunidade científica, ou ainda, como sugeriu Loeb (1994b, p.194), “[...] pesquisadores podem cometer atos não éticos simplesmente porque eles não percebem a natureza questionável dos seus atos.”²

1.2 Questão de pesquisa e objetivos

As pesquisas empíricas na literatura de língua inglesa sobre má conduta na pesquisa possuem uma constante investigativa que parece derivar dos argumentos de Davis (1999, p.55). De acordo com esse autor, para pesquisar má conduta na pesquisa é preciso saber se “[...] existe realmente um problema de má conduta na pesquisa? Ou somente impressão dele? Outra é: Se temos um problema, qual é sua extensão e causa?”³ Esses questionamentos são de fato os parâmetros para a maioria das pesquisas sobre o tema na Contabilidade e, também, para este estudo. Portanto, o presente estudo procura responder à seguinte questão: Quais são as posições dos pesquisadores de Contabilidade em relação à má conduta na pesquisa?

² “[...] accounting academics that some might view as unethical or at the margin of acceptable ethics often is done without realization of the questionable nature of the act.”

³ “One question for the new field of research ethics is whether we really have a problem of research misconduct or only the impression of one. Another is: if we have a problem, what is its extent and cause?”

A fim de responder a esta questão, o estudo tem como objetivo geral examinar as posições dos pesquisadores em Contabilidade em relação à má conduta na pesquisa contábil. As posições que se espera sejam manifestadas indicarão a existência de má conduta, bem como a sua frequência, e os incentivos ou fatores influentes para a sua prática, além do grau dessas influências. Tem, portanto, o presente estudo, os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar a existência de má conduta na pesquisa em Contabilidade com base no conhecimento direto (ou indireto) do pesquisador;
- b) Identificar as crenças dos pesquisadores em Contabilidade quanto à frequência com que a má conduta na pesquisa em Contabilidade ocorre;
- c) Identificar as crenças dos pesquisadores quanto aos fatores que influenciam ou incentivam a má conduta na pesquisa e em que grau afetam tal conduta;
- d) Examinar a relação entre o tempo de envolvimento com a pesquisa e a frequência com que os pesquisadores acreditam e conhecem da ocorrência de má conduta.

Interessa aqui levantar empiricamente e discutir a existência de má conduta que compromete a integridade da pesquisa, em particular em algumas fases do seu processo. Ainda que os comportamentos descritos no *survey* se concentrem na fase da publicação (comunicação científica), outros comportamentos estão em outras fases, como por exemplo: um autor altera dados a fim de que seus resultados se conformem com determinada teoria e/ou aumentem a significância estatística de seus achados. A mudança do curso ético durante a condução da pesquisa, sem dúvida nenhuma, será manifestada na fase de publicação (BENOS *et al.*, 2005, p.59).

Nestes termos, o presente estudo tem como foco o processo da pesquisa, que inclui a comunicação do produto científico. O *Panel on Scientific Responsibility and the Conduct of Research of the National Academy of Sciences (NAS)* que em 1992 emitiu o relatório *Responsible Science – Ensuring the Integrity of the Research Process* (COMMITTEE ON SCIENCE, ENGINEERING, AND PUBLIC POLICY (US), 1992, p.17)⁴ assim definiu processo da pesquisa:

⁴ *Committee On Science, Engineering, And Public Policy (US)* é a comissão constituída pela *National Academy of Sciences (NAS)*, pelo *National Academy of Engineering* e pelo *Institute of Medicine*, em 1992, que criou o *Panel on Scientific Responsibility and the Conduct of Research* que resultou no relatório *Responsible Science – Ensuring the Integrity of the Research Process* (COMMITTEE ON SCIENCE, ENGINEERING, AND PUBLIC POLICY, 1992).

O processo da pesquisa inclui a construção de hipóteses; o desenvolvimento de paradigmas teóricos e experimentais; a coleta, análise e tratamento de dados; a geração de novas ideias, descobertas e teorias através de experimentos e análises; publicação e comunicação oportuna; refinamento dos resultados através de replicação e continuação do trabalho original; revisão pelos pares e o treinamento e orientação de estudantes e associados.⁵

Segundo o *Committee on Science, Engineering, and Public Policy* (1992, p.17), a integridade do processo da pesquisa se faz pela “[...] adesão dos cientistas e suas instituições aos métodos honestos e verificáveis na proposição, desenvolvimento, avaliação e divulgação das atividades da pesquisa.”⁶

1.3 Hipóteses

Registrou-se na introdução que os pesquisadores em Contabilidade não compartilham da mesma preocupação que seus colegas de Administração quando a questão é ética, a considerar pelo número de pesquisas que ambas têm desenvolvido, com vantagens para a Administração (MEYER; McMAHON, 2004; ENGLE; SMITH, 1990).

Outro estudo que pode evidenciar esse desinteresse da Contabilidade por questões éticas encontra-se em Bernardi (2004, p.145-146). Segundo esse autor, citando os estudos de Hasselback, de 2002, e de Cabell, de 2000, dos aproximadamente 6.200 professores de Contabilidade dos Estados Unidos da América somente 168 (2,7%) indicaram que ética é uma área de interesse e, desses, 41% listaram ética como seu primeiro ou segundo interesse e 59% listaram como terceiro ou quarto interesse. Outra constatação decorre do fato de que em 131 periódicos científicos da área de Contabilidade somente quatro (3,1%) listavam ética como área de interesse, diferentemente da área de Administração, na qual 156 dos 540 periódicos (28,9%) listavam ética com um tópico de interesse. Bernardi (2002, p. 145) declara que: “Esses números indicam que diferentemente de outras disciplinas de negócios, tais como

⁵ “The research process includes the construction of hypotheses; the development of experimental and theoretical paradigms; the collection, analysis, and handling of data; the generation of new ideas, findings, and theories through experimentation and analysis; timely communication and publication; refinement of results through replication and extension of the original work; peer review; and the training and supervision of associates and students.”

⁶ “[...] the adherence by scientists and their institutions to honest and verifiable methods in proposing, performing, evaluating, and reporting research activities.”

Administração e Marketing, muitos contadores aparentemente não consideram ética um campo no qual investiriam capital intelectual”⁷.

A essa baixa exposição dos pesquisadores em contabilidade à Ética associada à natureza e à intensidade das consequências que suas ações possam ocasionar a terceiros, em função de suas tomadas de decisões no processo da pesquisa, estabelecem-se algumas das condições para a prática de ações inapropriadas. Por exemplo, Bayley, Hasselback e Karcher (2001) encontraram participação direta dos pesquisadores de Contabilidade investigados e Borkowsky e Welsh (2000) encontraram participação indireta através da opinião dos pares. Com base nessas considerações, estabelecemos as seguintes hipóteses:

H₁: Há envolvimento de pesquisadores em Contabilidade com práticas inapropriadas no processo da pesquisa;

H₂: Quanto maior o tempo de envolvimento com a pesquisa maior a frequência que os pesquisadores creem e conhecem de má conduta.

1.4 Justificativas

Segundo Pessanha (1998, p.227), o processo de avaliação científica tem dado maior espaço à questão ética, não se ocupando somente com problemas relativos à forma e ao conteúdo. Ainda segundo ele, “[...] os casos de fraude, plágio e outros tipos de conduta inadequados no processo de produção e comunicação da ciência repetem-se com frequência nas comunidades científicas.”

No mesmo sentido, Francescutti (*apud* PESSANHA, 1998, p.228) argumenta que

[...] embora a má prática seja um fenômeno ‘relativamente novo’, ela vem aumentando de forma considerável com o registro de transgressões ‘à ética científica, desde o plágio, falsificação de dados, até fraudes completas, passando pela publicação de material redundante’.

Esses comportamentos, segundo Francescutti, atingem aproximadamente 13% dos trabalhos publicados na Inglaterra. Benos *et al.* (2005, p.60) relatam o crescimento de alegação de casos

⁷ “These numbers indicate that unlike other business disciplines such as management and marketing, most accountants apparently do not consider ethics to be a field in which to invest intellectual capital.”

de impropriedades científicas e de publicação presentes em muitos periódicos científicos das áreas biomédicas, incluindo aqueles da *American Physiological Society* (APS).

É nesse sentido que este estudo direciona a sua preocupação. Muitas decisões são tomadas levando em conta estudos realizados pela comunidade científica, e estudos permeados com comportamentos considerados imorais provocam sérios prejuízos à comunidade científica de um determinado campo do saber. Ainda existem as consequências danosas trazidas pela pressão do princípio *publish-or-perish* que conduz os pesquisadores à busca de publicação a qualquer custo, prejudicando, em processos seletivos de concursos públicos, professores sérios e que não buscam na má conduta o crescimento de suas publicações.

Assim, levando em conta todas essas considerações, o presente estudo se justifica na medida em que procura mostrar que comportamentos a literatura comumente aponta como má conduta na pesquisa, constituindo assim uma revelação intersubjetiva da comunidade acadêmica. Espera-se com isso diminuir a influência desse desconhecimento, às vezes considerado como motivador da má conduta (BENOS *et al.*, 2005, p.59). Outra perspectiva importante da significância deste estudo diz respeito ao diminuto número de estudos realizados no Brasil sobre má conduta na pesquisa na área de Contabilidade.

A importância poderá ser verificada quando se espera que os debates sobre ética na pesquisa sejam fomentados e sirvam de base para o desenvolvimento de estratégias que possam reduzir a má conduta na pesquisa, seja pela construção de um código de ética na pesquisa para a comunidade científica contábil brasileira, seja por outros mecanismos.

Não menos importantes são os impactos da má conduta para as gerações futuras de pesquisadores. Pesquisadores são geralmente professores e eles, como afirmaram Engle e Smith (1990, p. 8), são vistos como modelos para estudantes. Vistos como parâmetro, professores antiéticos podem influir no comportamento de seus alunos e futuros pesquisadores.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

Este estudo também teve o propósito de examinar as razões que levavam os pesquisadores a cometerem comportamentos de má conduta, entretanto para avaliá-los é importante que façamos uma breve incursão pelas principais teorias éticas, nos modelos de tomadas de decisões éticas cujas fundações são baseadas nessas teorias, nos valores e razões para a má conduta na pesquisa. Mas antes trataremos de definir os termos moral, ética e má conduta (e seus limites).

2.1 Definições: Moral ou Ética?

Na vida cotidiana, os termos moral e ética são normalmente usados como sinônimos, entretanto os termos são academicamente tratados como conceitos diferentes, ainda que relacionados. Cortina e Navarro (2005, p.20) explicam a confusão terminológica do uso dos termos:

A palavra ‘ética’ procede do grego *ethos*, que significa originalmente ‘morada’, ‘lugar em que vivemos’, mas posteriormente passou a significar ‘o caráter’, o ‘modo de ser’ que uma pessoa ou um grupo vai adquirindo ao longo da vida. Por sua vez, o termo ‘moral’ procede do latim *mos, moris* que originalmente significava ‘costume’, mas em seguida passou a significar também ‘caráter’ ou ‘modo de ser’.

A confusão no uso dos termos é, portanto, de natureza etimológica e, ao tratar ambos como equivalentes, está-se tomando a ética pelo seu objeto de estudo, ou seja, “Confunde-se o esforço aplicado no estudo e na reflexão com os elementos empíricos a serem observados” (SROUR, 2003, p.15). Ético, portanto, é mais abrangente e é definido como a reflexão filosófica sobre a moral (TUGENDHAT, 2007, p.37 e 39).

Cortina e Navarro (2005, p.20) definem moral como o “[...] conjunto de princípios, normas e valores que cada geração transmite à geração seguinte na confiança de que se trata de um bom legado de orientações sobre o modo de se comportar para viver uma vida boa e justa”, já a ética é definida como a “[...] disciplina filosófica que constitui uma reflexão de segunda ordem sobre os problemas morais”. A ética busca, portanto, compreender por meio da reflexão os critérios e os valores que norteiam o julgamento da ação humana ou, como

depreende Skorupski (2007, p.220), “[...] é o estudo geral das razões para a ação.” A ética portanto está no plano do abstrato-formal (SROUR, 2003, p.31).

Nesse sentido, o emprego das expressões conduta ética, comportamento ético e ação ética são, portanto, inapropriados, pois os termos sinônimos conduta, comportamento e ação estão no plano histórico-real ou empírico (SROUR, 2003, p.31), melhor seria conduta moral, comportamento moral e ação moral, para indicar uma ação moralmente correta.

Usaremos neste estudo a separação conceitual entre os termos, no entanto manteremos as expressões como originalmente empregadas nos textos dos autores sobre os quais este trabalho se baseou.

2.2 Definições e limites da má conduta na pesquisa

O título desta subseção é emprestado do artigo *Definitions and Boundaries of Research Misconduct: perspectives from a federal government* (PRICE, 1994) que discute a definição e limites da má conduta na pesquisa do ponto de vista do *Office of Research Integrity - ORI*, um órgão do *DHHS Office of Public Health and Science*, apoiado pelo *U.S. Public Health Service - PHS* e que também promove a integridade na pesquisa comportamental. Má conduta é definida pelo ORI (2009) como “[...] fabricação, falsificação ou plágio na proposição, desenvolvimento ou revisão da pesquisa ou ao relatar os resultados da pesquisa.” Má conduta na pesquisa não inclui erro honesto ou diferença de opiniões (ORI, 2009).

Essa definição, segundo Rose (2008), é regra no *Federal Register (Public Health Service Policies on Research Misconduct, 2005)* e forma a base estatutária para a resposta das agências federais dos Estados Unidos para alegação de má conduta na pesquisa. A mesma regra declara que, para uma ação ser considerada de má conduta, três condições devem ser observadas: afastamento das práticas aceitas pela comunidade; intencionalidade da ação e sua alegação seja provada pela existência de evidências (ROSE, 2008, p.16; BENOS *et al.*, 2005, p.59). Ressalte-se que a referida definição foi legalizada após um amplo debate de acadêmicos e é, conforme dito anteriormente, usada por muitas Universidades e editores (BENOS *et al.*, 2005, p.59).

Davis e Ketz (1991, p.106-108) citam estudo de Babbage sobre formas de má conduta que podem ocorrer na pesquisa. As categorias descritas são: *Hoaxing*, *Forging*, *Trimming* e *Cooking*⁸. É importante salientar que Babbage (2007) denominou tais categorias como fraude⁹ e não como má conduta. Observa-se que o termo fraude não é utilizado pela definição do ORI. O termo fraude, apesar de preferido nas audiências públicas do PHS, foi rejeitado propositalmente pelo ORI, a fim de evitar uma possível confusão com as exigências legais de provas da ‘lei de fraudes’ americanas (PRICE, 1994, p.288).

Hoaxing não é definido por Babbage (2007), ele prefere tratar o termo através de um exemplo. Nesse exemplo, ao diferenciar o termo de *Forging*, é possível compreender que *Hoaxing* é uma conduta cujo objetivo é ridicularizar àqueles que acreditam no resultado de uma descoberta inventada, mas que se espera que seja descoberta. É uma ação intencional. Conforme Babbage (2007, p. 74):

Forging difere de Hoaxing na medida em que no hoaxing a fraude é destinada para durar por um tempo e em seguida ser descoberta, para ridicularizar aqueles que acreditaram nela; [...] ¹⁰.

Davis e Ketz (1991, p.106) admitem a possibilidade de *hoaxing* ocorrer na pesquisa contábil. Muito embora acreditem que uma conduta similar ao *forging* seja a forma mais provável de fraude a acontecer na contabilidade. *Forging* é a conduta do pesquisador que “[...] desejando adquirir uma reputação da ciência registra observações que ele nunca fez”¹¹ (BABBAGE, 2007, p.74).

Davis e Ketz (1991, p.107) exemplificam que *forging* na pesquisa contábil “[...] baseada no mercado de ações pode envolver preços de ações fictícios ou dados contábeis ou contratuais ou qualquer outro dado que pode ser usado em um estudo”¹²; já na pesquisa comportamental experimental, o *forging* pode se manifestar através da “[...] criação de sujeitos não existentes ou atribuir dado fictício ao sujeito real.”¹³

⁸ Preferiu-se não traduzir os termos, pois o texto apresenta suas definições.

⁹ *Imposition* é o termo utilizado por Babbage (2007, p.73).

¹⁰ “*Forging differs from hoaxing, inasmuch as in the latter the deceit is intended to last for a time, and then be discovered, to ridicule of those who have credited it; [...]*”

¹¹ “[...] wishing to acquire a reputation for science, records observations which he has never made.”

¹² “[...] in market-based accounting research might involve fictional stock prices or accounting data or contractual data or whatever other data might be used in a study.”

¹³ “[...] creating nonexistent subjects or attributing fictional data to real subjects.”

Para Davis e Ketz (1991, p.107), *forging*, na pesquisa contábil, “[...] é mais difícil se concretizar quando editores de periódicos científicos exigem que o conjunto de dados seja tornado disponível”¹⁴. A prática de disponibilizar os dados é encorajada, mas não exigida, pela política editorial do *The Accounting Review* (AAA, 2010). É também uma fonte de desestímulo para o *forging* a observação do comportamento dos pesquisadores pelos pares e o conhecimento por outros pesquisadores da área com experiências sobre o que o estudo deveria encontrar (DAVIS; KETZ, 1991, p.107).

Há de se admitir que ambos os desestímulos são muito difíceis, mesmo para os pesquisadores mais experientes e profundos conhecedores de um determinado tema. O que acontece na antecâmara do pesquisador ninguém pode saber, a não ser por vacilo deste. O mesmo não se pode dizer para pesquisas orientadas em bases de dados públicas ou privadas disponibilizadas ao acesso de todos.

Trimming é definido por Babbage (2007, p.75) como “[...] retirar pouco aqui e ali [dos dados] daquelas observações que diferem em muito acima da média e colocando-os sobre aquelas que são muito pequenas.”¹⁵ Segundo Davis e Ketz (1991, p.107), isso pode se dar na pesquisa contábil pela modificação do valor da média ou do desvio padrão, mas não inclui a eliminação de *outliers* que é admitida quando comunicada. Os autores mencionam que há a percepção pelos pesquisadores de que “[...] editores e revisores de periódicos científicos de Contabilidade são relutantes em aceitar artigos que não geram resultados ‘interessantes’ [p.ex. resultados de testes significantes]”¹⁶ e, como exemplificado por eles, levam os pesquisadores a modificar suas médias para rejeitarem suas hipóteses estatísticas, encontrando diferenças significativas onde de fato não existem. Trata-se de ajuste dos dados à hipótese, mas segundo os autores o ajuste das hipóteses aos dados, embora não discutido por Babbage, parece ser também uma forma de *trimming*. Eles dizem:

Quando um pesquisador de Contabilidade coleta e analisa os dados e então depois determina a hipótese de pesquisa, então ele engana o leitor. O engano acontece porque o pesquisador escreve como se a hipótese fosse estabelecida primeiro, o dado então coletado e a hipótese finalmente testada. Nós não fazemos objeções à pesquisa exploratória que analisa dados sem teoria;

¹⁴ “[...] is more difficult to enact when journal editors require that data sets be made available.”

¹⁵ “[...] clipping off little bits here and there from those observations which differ most in excess from the mean, and in sticking them on to those which are too small.”

¹⁶ “[...] accounting journal reviewers and journal editors are reluctant to accept papers that do not generate “interesting” results.”

entretanto, escrever o relatório da pesquisa como se uma teoria e um conjunto de hipótese existissem antes da coleta de dados parece ser não ético (DAVIS; KETZ, 1991, p.107)¹⁷

Moore (2005, p.295) concorda com Davis e Ketz (1991) afirmando que a hipótese de pesquisa, normalmente igual àquela que definimos como hipótese estatística alternativa, é expressa *a priori* com base nas expectativas que levamos para os dados, não o contrário, isso seria trapaça.

Outro exemplo de *trimming*, segundo Davis e Ketz (1991, p.107), é a deturpação da amostra pelo seu aumento de tamanho, pois há a percepção de que “[...] editores e revisores têm a predisposição para rejeitar um artigo que tem uma amostra de tamanho pequeno [...]”¹⁸. Entendemos que esse tipo de conduta está mais para *forging* do que para *trimming*, pois o aumento da amostra que se supõe aqui não se faz senão pela criação ou fabricação de observações.

Cooking é definido por Babbage (2007, p.75) como “[...] uma astúcia de várias formas, cujo propósito é dar a observações normais a aparência e caráter daquelas de maior grau de acurácia.”¹⁹

Davis e Ketz (1991, p.107) concluem que *cooking* envolve suprimir dados e exemplificam:

Já que periódicos científicos têm espaço limitado, virtualmente nenhum artigo mostra todas as regressões ou manipulações estatísticas que o pesquisador tem empregado. Pela seleção daquelas que melhoram o artigo, o pesquisador, conscientemente ou de outro modo, pode omitir regressões que questionam seriamente a confiabilidade do estudo. Descartar regressão por causa da limitação de espaço é uma coisa; descartar porque elas contrariam os objetivos do pesquisador é completamente outra questão.²⁰

¹⁷ “When an accounting researcher collects and analyzes data and then *ex post facto* determines the research hypotheses, then the researcher misleads the audience. Deception comes about because the researcher writes as if the hypotheses were established first, the data then collected, and the hypotheses finally tested. We do not object to exploratory research that analyzes data without a theory; however, to write a scientific research report as if a theory and a set of hypotheses existed prior to the data collection seems unethical.”

¹⁸ “[...] reviewer or editor has a predisposition to reject a paper that has a small sample size [...].”

¹⁹ “[...] an art of various forms, the object of which is to give ordinary observations the appearance and character of those of the highest degree of accuracy.”

²⁰ “Since journals have limited space, virtually no paper shows all the regressions or statistical manipulations which the researcher has employed. By selecting the ones that improve the paper, the researcher, consciously or otherwise, might omit regressions which seriously question the thrust of the study. Discarding regression runs because of space limitations and because they are secondary to the research report is one thing; discarding regression runs because they run counter to the researcher’s objectives is quite another matter.”

Dada a importância atribuída pela comunidade acadêmica à definição do ORI para má conduta na pesquisa é mister conhecer o conceito dos termos que são o núcleo duro dessa definição: fabricação, falsificação e plágio (COMMITTEE ON SCIENCE, ENGINEERING, AND PUBLIC POLICY (US), 1992, p.27).

Fabricação é “[...] inventar dados ou resultados e registrá-los ou reportá-los”²¹ (ORI, 2009). Fabricação equivale a *forging* da classificação de Babbage (2007). Judson (*apud* ROSE, 2008, p.17) disse que “A intenção do Forger [forjador] é tornar-se proeminente na ciência por meio do trabalho que nunca foi executado.”²² Inventar dados nos parece melhor representar o termo fabricação.

Falsificação é “[...] manipular materiais de pesquisa, equipamentos, ou processos, ou trocar, ou omitir dados ou resultados tal que a pesquisa não seja acuradamente representada no registro da pesquisa”²³ (ORI, 2009). Falsificação equivale a *trimming* e *cooking* da classificação de Babbage (2007). Rose (2008, p.17) declara que falsificação compreende manipulação ou deturpação dos dados a fim de se chegar ao resultado que se pretende chegar, levando em consideração os dados que apoiam o resultado desejado e ignorando os que não o apoiam.

Plágio é “[...] a apropriação da ideia, de processos, de resultados, de palavras de outras pessoas, sem dar o devido crédito”²⁴ (ORI, 2009). Segundo Judson (2004, citado por ROSE, 2008, p.18),

Plágio é mais amplo que meros direitos autorais, é apropriação indevida de propriedade intelectual, roubo de ideias, de métodos e de resultados dos outros, e talvez de expressão deles, e de publicação deles como sua própria. A julgar pelos casos que vem à luz, roubo de propriedade intelectual é epidemia nas ciências.²⁵

²¹ “[...] *making up data or results and recording or reporting them.*”

²² “*The forger’s intent is to become prominent in science by the means of work that was never performed.*”

²³ “[...] *manipulating research materials, equipment, or processes, or changing or omitting data or results such that the research is not accurately represented in the research record.*”

²⁴ “[...] *the appropriation of another person’s ideas, processes, results, or words without giving adequate credit.*”

²⁵ “*Plagiarism is broader than mere copying, it is the misappropriation of intellectual property, the purloining of another’s ideas, methods, results, and perhaps the expression of them, and publishing them as one’s own. Judging from the cases that have come to light, theft of intellectual property is epidemic in the sciences.*”

Como se observa, os termos fabricação e falsificação da definição do ORI (2009) encontram correspondência nos tipos de má conduta de Babbage (2007). Entretanto, o plágio não encontra correspondência em Babbage assim como *hoaxing* não encontra correspondência no ORI (2009). Isso mostra que a definição de má conduta não é consensual entre aqueles que tratam do tema.

Tanto a definição do ORI (2009) como as categorias de Babbage (2007) não contemplam parte dos comportamentos que a literatura sobre ética e má conduta na pesquisa empírica identifica com antiética. Onek (*apud* LOUE, 2002, p.176) também notou que a definição de má conduta científica do ORI (2009) não compreende o que ele chamou de ‘outros sérios desvios das práticas de pesquisa aceitas’²⁶ que podem trazer prejuízo ao processo da pesquisa como “[...] publicações múltiplas de um mesmo material ou disputa de autoria [...]”²⁷, citamos também aqueles comportamentos que levantamos neste estudo como as condutas relativas à coautoria, à submissão, aos dados, aos pares/comitê de ética e condutas relativas a referências/citações.

O *Panel on Scientific Responsibility and the Conduct of Research of the National Academy of Sciences (NAS)* rejeitou incluir como má conduta a expressão “outros sérios desvios das práticas de pesquisa aceitas” dada a natureza vaga da expressão (COMMITTEE ON SCIENCE, ENGINEERING, AND PUBLIC POLICY (US), 1992, p.27), mas propôs a criação das categorias de “práticas de pesquisa questionável” e “outras más condutas”, que entendemos compreender comportamentos que caem fora da definição de má conduta do ORI (2009). Ressalte-se que as duas categorias acima mencionadas não encontram o critério do *Panel* para inclusão na definição de má conduta na ciência, mas sua ocorrência pode prejudicar a confiança na integridade do processo da pesquisa (COMMITTEE ON SCIENCE, ENGINEERING, AND PUBLIC POLICY (US), 1992, p.27).

O *Panel* definiu *práticas de pesquisa questionáveis* como “[...] ações que violam valores tradicionais da pesquisa e que podem ser prejudiciais ao processo da pesquisa²⁸” e, embora não tendo definido outras más condutas, cita ser típico delas certas formas de comportamentos inaceitáveis como atitudes sexuais, perseguição individual, mau uso de fundos, negligência

²⁶ “[...] other serious deviations from accepted research practices.”

²⁷ “[...] multiple publication of the same material or authorship disputes [...]”

²⁸ “[...] actions that violate traditional values of the research enterprise e that may be detrimental to the research process.”

grosseira por pessoas em suas atividades profissionais, vandalismo, adulteração de instrumentação e experimentos de pesquisa e violação de regulamentos de pesquisa governamental (COMMITTEE ON SCIENCE, ENGINEERING, AND PUBLIC POLICY (US), 1992, p.28).

Nesse sentido, propomos uma definição de má conduta na pesquisa que seja ampla para compreender um conjunto de comportamentos, não exaustivos, que atenda aos interesses da comunidade contábil, bem como de outras comunidades.

Portanto, nossa definição de má conduta na pesquisa é o ato intencional de fabricar, falsificar, plagiar dados e informações, enganar indivíduos e instituições e violar valores intersubjetivos da comunidade científica em qualquer fase do processo da pesquisa, incluindo suas formalidades. No nosso entendimento essa definição inclui as definições de má conduta do ORI (2009), de práticas de pesquisa questionáveis e outras de má conduta referidas pelo *Panel on Scientific Responsibility and the Conduct of Research of the National Academy of Sciences* (COMMITTEE ON SCIENCE, ENGINEERING, AND PUBLIC POLICY (US), 1992), bem como as categorias definidas por Babbage (2007).

A expressão má conduta na pesquisa é oposta à expressão moral na pesquisa. No presente estudo, as expressões conduta ou comportamento imoral, ou moralmente errado, ou moralmente questionável, ou inapropriado ou má conduta foram usadas indistintamente.

2.3 Teorias éticas

De acordo com Kimmel (1988, p. 42), é importante nas ciências os pesquisadores estarem conscientes de qual teoria eles endossam e levam em conta quando se deparam com dilemas éticos, pois dela depende o procedimento de avaliação da ação correta.

A Ética tem três principais campos de estudo, a ética normativa, a metaética e a ética aplicada. O primeiro tem como foco o estudo das teorias ou correntes de determinação da ação correta e procura responder questões do tipo: ‘O que devemos fazer?’ ou ‘Qual a melhor forma de viver bem?’; o segundo campo tem como foco o “estudo das condições de verdade e validade dos enunciados éticos”, investigando se tais enunciados são objetivos, absolutos ou inteligíveis; o

terceiro foca na solução de dilemas práticos, recorrendo-se aos princípios da ética normativa (BORGES *et al.*, 2003, p.7-8).

Outra classificação que se faz, entre muitas outras²⁹, divide a ética normativa em ética teleológica e ética deontológica. Segundo Borges *et al.* (2003, p.8), a teleológica determina uma ação correta “[...] de acordo com uma certa finalidade (*télos*) que se pretende atingir. Suas duas subdivisões principais são: a ética consequencialista, que se baseia nas consequências da ação, e a ética de virtudes, que considera o caráter moral ou virtuoso do indivíduo.” Enquanto a ética deontológica “[...] procura determinar o que é correto, não segundo uma finalidade a ser atingida, mas segundo as regras e as normas em que se fundamenta a ação.” Uma das correntes mais importantes da ética deontológica é a ética Kantiana ou ética do dever. A figura 1 mostra outras principais correntes da ética normativa apresentadas no texto de Borges *et al.* (2003, p.7-8).

Figura 1- Principais teorias éticas normativas

O’Fallon e Butterfield (2005, p.379) realizaram estudo de revisão da literatura de pesquisas empíricas em ambientes empresariais sobre tomada de decisões éticas, no período de 1996 e 2003, e concluíram que a ética deontológica, nos trabalhos examinados, é, em geral, positivamente relacionada à tomada de decisões éticas, enquanto a ética teleológica é, em geral, negativamente relacionada à tomada de decisões éticas. O’Fallon e Butterfield (2005) apresentaram os trabalhos em que as concepções deontológica e teleológica foram analisadas:

²⁹ Para outras classificações ver Cortina e Navarro (2005).

- DeConinck e Lewis (1997): a concepção deontológica influenciou o julgamento ético de gerentes de vendas mais que a concepção teleológica; ambas foram significantes, bem como também foram preditoras significantes da intenção para comportar-se moralmente.
- Rallapalli *et al.* (1998): julgamentos éticos são significativamente influenciados por normas deontológicas e avaliações teleológicas. Também a intenção de comportar-se moralmente foi afetada significativamente pela avaliação teleológica. Considerando a interação dos efeitos sobre a intenção, indivíduos em ambiente ético organizacional sensível tendem a usar a avaliação teleológica, e a influência do julgamento ético e da avaliação teleológica sobre as intenções é positiva e moderada por um código de ética.
- Rallapalli e Vitell (1998): julgamento ético foi significativamente influenciado por avaliações teleológicas.
- Kujala (2001): pensamento teleológico, em geral, especialmente a corrente utilitarista, desempenha um importante papel na tomada de decisões de gerentes finlandeses.
- Shapeero *et al.* (2003): indivíduos deontológicos são menos prováveis a ter intenção de comportar-se moralmente que indivíduos teleológicos.

Whittier, Williams e Dewett (2006, p.239) também apresentaram trabalhos em seus estudos em que diversas concepções deontológicas e teleológicas foram analisadas:

- Spurgin (2004): identificou correntes deontológicas e teleológicas que acredita serem as mais importantes para a ética empresarial: relativismo, egoísmo, utilitarista, kantiana, Rawlsiliana [ex.: justiça ou contrato] e libertária.
- Cavanagh *et al.* (1981): identificaram as teorias utilitarista, do direito (ex: kantiana) e justiça (ex: Rawlsiliana).
- Schumann (2001): defendeu o uso das teorias da justiça, do direito, utilitarista, do cuidado e da virtude.
- Velasquez *et al.* (1996): defenderam o uso das teorias da justiça, do direito, utilitarista, do cuidado e da virtude.
- Geva (2000): defendeu o uso do utilitarismo, da deontologia e teoria da justiça.

Whittier, Williams e Dewett (2006, p.240) identificaram que parece existir um consenso na literatura ética de que um modelo prescritivo para julgamento ético deve, no mínimo, incluir as teorias utilitarista, do direito (dever) e da justiça.

Borges *et al.* (2003, p.9-13) descrevem as principais correntes apresentadas na Figura 1:

- *Utilitarismo*: defendem que os seres humanos devem agir de forma tal que produzam boas consequências. O ser humano deve agir em função dos interesses de todos.
- *Egoísmo Ético*: defendem que os seres humanos devem agir de forma tal que produzam boas consequências. O ser humano deve agir em função dos seus próprios interesses.
- *Ética da Virtude*: a ênfase incide sobre o caráter virtuoso ou bom dos seres humanos, e não, primeiramente, sobre os seus atos e sentimentos, ou sobre regras e consequências.
- *Intuicionismo Moral*: fundamenta-se na crença de que as pessoas são dotadas de um conhecimento imediato quanto ao que é correto ou não, e que as teorias filosóficas elaboradas pra explicar o senso comum moral só são aceitas quando propõem justificar como correto aquilo que já o sabíamos ser intuitivamente.
- *Ética do Dever*: pretende discriminar as regras do que é certo ou errado moralmente, utilizando uma noção chamada *imperativo categórico*, segundo a qual a ação é moral se a regra da ação puder ser tomada como regra universal, ou seja, se puder ser observada e seguida por todos os seres humanos, sem contradição.
- *Ética do Discurso*: pretende determinar as regras do que é correto a partir de uma comunidade ideal de comunicação. Empregam uma conceituação renovada do *imperativo categórico* para associá-lo à questão do respeito mútuo entre os agentes morais.
- *Contratualismo Moral*: defende que a determinação das regras dá-se a partir de um contrato hipotético firmado entre as partes, que decidem qual deve ser a regra do moralmente correto.

2.4 Modelos de tomada de decisão ética e Valores

No processo da pesquisa nos deparamos constantemente com situações que demandam decisões quanto ao curso da ação que devemos tomar. Muitas vezes as ações não exigem um julgamento moral, mas outras vezes julgar moralmente se uma ação (conduta ou comportamento) é correta ou errada se faz presente e necessário. O processo de tomada de

decisão foi definido por Fang (2006, p.105) como o “[...] processo no qual indivíduos podem livremente tomar decisões baseadas na avaliação dos interesses de todas as partes quando em face de um dilema ético.”³⁰ Segundo esse autor, o referido processo resulta de uma reação cognitiva que vai do reconhecimento de um problema moral, passando pela elaboração de um julgamento moral [ou juízo moral³¹], ao estabelecimento de uma intenção moral e, finalmente, ao empreendimento de um comportamento moral.

Bommer *et al.* (1987, p. 266) apresentaram possíveis fatores listados na literatura que influenciam a tomada de decisão de gerentes face a dilemas éticos³², entre eles o ambiente social dos gerentes, o ambiente legal e governamental, ambiente profissional, o ambiente de trabalho, ambiente pessoal e atributos individuais. Mas são esses fatores diferentes para o cientista? Pelo menos para os dois últimos, em que deliberadamente supomos residir os valores, não. Tagiuri (1965) examinou que a hipótese de completo conflito de valores entre gerentes e cientistas não se ajustou aos dados encontrados em sua pesquisa, indicando que, apesar de existirem diferenças de valores, elas podem ser muito menores do que se acreditava e que na realidade existem similaridades³³.

Tomar decisão implica na elaboração de juízo moral diante de conflitos ou problemas ou, como dizem Cortina e Navarro (2005, p.10), “[...] uma opinião suficientemente pensada sobre a bondade ou a malícia das intenções, dos atos e das consequências implicados em cada um desses problemas” ou o “[...] modo de avaliação prescritiva do obrigatório ou correto”³⁴ (COLBY; KOHLBERG, 1987, citado por HUSTED; ALLEN, 2008, p.299). Segundo esses autores, um juízo moral sempre se faz a partir de uma concepção moral que o tomador da decisão endossa e leva em conta quando se depara com dilemas éticos, pois dela depende o procedimento de avaliação da ação correta.

³⁰ “[...] process in which individuals can freely make a decision based on the evaluation of the interests of all parties when facing ethical dilemmas.”

³¹ Se adotamos significados diferentes para Moral e Ética, Juízo Moral e Juízo Ético também têm significados diferentes. O primeiro, por se tratar do pensamento sobre a ação, está no plano histórico-real ou empírico e o segundo, portanto, está no plano da reflexão, como disse Srouf (2003, p.31). Cortina e Navarro (2005, p.10) esclarecem que o *Juízo Ético* “[...] seria o que nos levou a aceitar como válida a concepção moral que nos serviu de referência para o nosso juízo moral anterior. Este juízo ético estará corretamente formulado se for a conclusão de uma série de argumentos filosóficos, solidamente construídos, que mostrem boas razões para preferir a doutrina moral escolhida.” Para esses autores, esse juízo, que consideramos de natureza mais elevada, geralmente está mais ao alcance dos especialistas em Filosofia Moral.

³² Como analisado na seção 2.1, o termo mais adequado é dilemas morais, mas, porque o autor usa dilemas éticos, seremos fiéis a seu texto.

³³ Veja mais detalhes desse estudo na seção 2.6 quando tratamos dos valores específicos dos cientistas.

³⁴ “[...] a mode of prescriptive valuing of the obligatory or right”

Três tipos de modelos de tomada de decisão ética dominam a literatura. O que enfatiza a maneira como deve o tomador de decisão idealmente proceder no processo de tomada de decisão ético (modelo normativo), o que considera evidências empíricas de como realmente procedem os tomadores de decisões no processo (modelo descritivo) e, por último, o que considera evidência empírica na tentativa de ajudar a melhorar o resultado da decisão (modelo prescritivo) (WHITTIER; WILLIAMS; DEWETT, 2006, p.235).

Fang (2006, p.106) lista alguns modelos de tomada de decisões éticas:

- Rest (1979): denominado de Modelo de Ação Moral, é composto de quatro componentes intrínsecos à tomada de decisão: sensibilidade moral, raciocínio prescritivo, motivação ética e comportamento ético.
- Hunt e Vitell (1986): a decisão ética se baseia em três fatores: fatores externos, de ambiente organizacional e de experiências pessoais.
- Ferrel e Greeshan (1985): a decisão ética se baseia em três fatores: fatores individuais, organizacionais e uma mistura de ambos.
- Trivino's (1986): denominado de Modelo Interacionista pessoa-situação é composto de três componentes: iniciando com o estágio cognitivo e então fatores situacionais juntamente com fatores individuais vão moderar o julgamento formado no estágio cognitivo.
- Dubinsdy e Loken (1989): a decisão ética é baseada em quatro componentes: crença pessoal, avaliação de resultados, crenças normativas e motivação para cumprir.

Fang (2006, p.107) também propõe um modelo de integração que categoriza variáveis envolvidas no processo de decisão em três grupos: o do indivíduo, o da organização e o das questões morais em si.

O modelo proposto por Bommer *et al.* (1987, p.266) agrupou diversos fatores listados pela literatura e que estão envolvidos no processo de decisão, tais como: ambientais (ambientes social, legal, governamental, profissional e de trabalho) e individuais (ambiente pessoal e atributos pessoais).

Apesar de inúmeros modelos de tomada de decisão ética, Fang (2006, p.106) e Cottone e Claus (2000, p.276) observaram que a estrutura conceitual proposta por Rest, citado anteriormente, é largamente citada por muitos pesquisadores. Fang (2006), inclusive, a utiliza com base teórica de sua análise. O modelo de Jones (1991, citado por FANG, 2006, p.106-107) também a utiliza no seu modelo de tomada de decisão ética e afirmou que esse processo é desencadeado por influências ambientais; seu modelo está centrado na *intensidade moral*, ou seja, na característica do problema moral em questão, retratando que o fato objetivo do problema moral é livre de influência organizacional e pessoal do tomador da decisão. Segundo O’Fallon e Butterfield (2005, p.375), muitos outros modelos são construídos sobre a estrutura conceitual de Rest.

Por sua vez, o modelo de Rest foi baseado no *Modelo de Desenvolvimento Moral Cognitivo* de Kohlberg (1969, 1980 citado por COTTONE; CLAUS, 2000, p.276), que julgamos em parte de orientação utilitarista, pois trata de deveres e responsabilidades, mais do que preferências pessoais (HUSTED; ALLEN, 2008, p.299). Nesse modelo, o desenvolvimento moral é dividido em três níveis e seis estágios: o pré-convencional (focado no indivíduo, no eu), dividido nos estágios 1 e 2; o convencional (focado em grupos: família, amigos e pares), dividido nos estágios 3 e 4; e o pós-convencional (focado na sociedade e humanidade em geral), dividido nos estágios 5 e 6. Apresentamos um resumo baseado nas descrições dos estágios apresentadas por Husted e Allen (2008, p.299-300) e Fang (2006, p.107):

- *Estágios do nível pré-convencional:*
 1. Para evitar punição, o agente moral obedece as regras;
 2. As relações interpessoais são conflituosas e o agente moral obedece as regras que promovam seus próprios interesses;
- *Estágios do nível convencional:*
 3. Para evitar conflitos interpessoais, o agente moral respeita os interesses do outro. A moralidade é vista em termos de cooperação mútua de longo prazo;
 4. O agente moral age em defesa das leis e da ordem da sociedade, e as adota;
- *Estágios do nível pós-convencional:*
 5. O agente moral respeita os direitos dos indivíduos e age de acordo com o contrato social. Entende o agente que a regra é para um grupo particular, mas ela é imparcial;
 6. O agente moral baseia sua escolha de princípios éticos na igualdade e justiça.

Os modelos apresentados aqui não contemplam fatores como instrução ou inteligência na determinação ou avaliação do julgamento, tampouco na intenção ou na ação moral do tomador de decisão. Leclercq (1967, p.21) diz que não é pela inteligência que se acha a explicação [da ação do agente moral], mas pelo apego às convicções ligadas à vida, ou seja, pelos valores.

Fritzsche (1991, p.842) reconheceu um *gap* nos modelos desenvolvidos em Marketing por não reconhecerem os valores pessoais dos tomadores de decisão. Segundo ele (1991, p.843), os antecedentes subjacentes do comportamento são os valores. Valor foi definido por Rokeach (1973, citador por FRITZSCHE, 1991, p.842) como uma “crença prescritiva”, portanto, deve influir no comportamento. Levando em conta essa informação, Fritzsche (1991, p.843), apresentou um modelo que descreve o processo de tomada de decisão face a um problema moral. O modelo considera que o tomador de decisão é influenciado por valores pessoais mediados por elementos da cultura organizacional.

A importância dos valores já foi declarada por Leclercq (1967, p. 19-20) quando afirmou que a filosofia moral (Ética) do sujeito é dependente da “concepção de conjunto que seu autor faz do mundo e do homem.” Isto posto, nos modelos que incorporam as concepções morais no seu interior já estão embutidos os valores éticos.

Os modelos descritos acima parecem incorporar uma ampla gama de fatores individuais e ambientais que também consideramos importantes, mas é possível que muitos outros fatores tenham sido negligenciados por tratar-se de um problema de elevada complexidade. Reconhecemos que os modelos referidos podem também ser úteis em ambientes acadêmicos, principalmente se levarmos em consideração que as diferenças entre os *players* desses ambientes podem não ser tão diferentes assim (TAGIURI, 1965). Os fatores potenciais que podem influenciar a má conduta na pesquisa, levantados neste estudo, enquadram-se dentro das dimensões tratadas por muitos desses modelos.

2.5 Valores específicos do cientista

Valores são definidos por Kluckhohn, citado por Tagiuri (1965, p.40), como uma “[...] concepção do desejável, implícita ou explícita, característica de um indivíduo ou grupo, que

influencia a *seleção* dos modos, meios e fins da ação.”³⁵ Buscando examinar a completa diferença de valores que se supunha existir entre gerentes e cientistas, Tagiuri (1965) avaliou, com base na tipologia do filósofo Edward Spranger, a orientação dos valores entre eles. Concentrar-nos-emos aqui em apenas uma parte do estudo de Tagiuri (1965), especificamente no estudo da amostra dos 204 cientistas que foram examinados.

Spranger, citado por Tagiuri (1965, p.40), distingue seis tipos de orientações dos valores e com base nessa tipologia descreveu seis tipos hipotéticos de homem: o teórico, o econômico, o estético, o social, o político e o religioso. Essas categorias são as mesmas em que se baseia o questionário de “Estudo de Valores” de Allport-Vernon-Lindzey utilizado por Tagiuri (1965, p.40) na avaliação das orientações dos valores de cientistas e gerentes. As categorias são descritas abaixo (TAGIURI, 1965, p.40-41; POSTMAN; BRUNER; MCGINNIES, 1948, p.143):

- Homem Teórico: é o homem principalmente interessado na descoberta e na ordenação sistemática do conhecimento da verdade, esse homem toma uma abordagem cognitiva na realização desse interesse. Esses interesses são empírico, crítico e racional.
- Homem Econômico: o homem é orientado ao que é útil. Seus interesses são os afazeres práticos do mundo e a acumulação de riqueza.
- Homem Estético: é o homem que valoriza formas e harmonia, seu interesse principal são os aspectos artísticos da vida, ainda que não necessite ser um artista criativo.
- Homem Social: é o homem para o qual o valor essencial é o amor às pessoas, o altruísmo e a filantropia. Vê o amor como o mais importante elemento das relações humanas e na sua versão mais pura sua orientação é desinteressada e se aproxima das atitudes religiosas.
- Homem Político: o homem é orientado para a busca do poder em qualquer esfera da vida e, segundo Tagiuri (1965, p.41), para muitos escritores o poder é a motivação mais universal e, para alguns homens, ele chega a ser o motivo supremo, conduzindo-o à procura do poder pessoal, de influência e reconhecimento. O conceito de político transcende ao campo da política como comumente conhecemos.

³⁵ “[...] conception, explicit or implicit, distinctive of an individual or characteristic of a group, of the desirable which influences the selection from available modes, means, and ends of action.”

- Homem Religioso: a união é o valor dominante. A mente do homem religioso está [quase] sempre voltada à criação da mais alta experiência de valor e satisfação absoluta. O conceito de religião referido aqui também transcende a religião prática.
- Como se observa, as características do cientista se encaixam nos valores do homem teórico, de fato, segundo identificou Tagiuri (1965, p.41), é a mais proeminente das categorias no sistema de valores individuais do cientista. A ordem relativa dos seis valores no sistema de valor individual do cientista foi, segundo Tagiuri (1965, p.47): Teórico, Político, Econômico, Aestético, Religioso e Social.

Segundo Prpé (1998, p.43-44), os valores profissionais dos cientistas são influenciados por interesses de poder, subordinação ou liderança, econômicos, sociais e políticos.

Tendo como pressuposto que gerentes e cientistas ou pesquisadores não possuem orientação de valores tão diferentes, O'Fallon e Butterfield (2005, p.379), revisando os resultados de pesquisas empíricas sobre comportamento e tomada de decisão em ambientes empresariais, encontraram que orientação política não produziu nenhuma descoberta significativa, enquanto orientação econômica foi associada com comportamento imoral.

2.6 Estudos aplicados

No Brasil foram encontrados quatro estudos (LARA; PENA, 2003; MATTOS, 2005a, b; YOKOMIZO, 2008) em periódicos (incluídos congressos) de Administração. Lara e Pena (2003) não tratam de ética na pesquisa propriamente dita, mas relatam o conflito na prática docente. Mattos (2005a) e Yokomizo (2005b) trazem ensaios teóricos sobre ética na pesquisa, enquanto Mattos (2005b), também um ensaio teórico, não trata especificamente sobre ética na pesquisa, mas expressa sua preocupação.

Segundo Borkowski e Welsh (2000), pesquisadores de Contabilidade comentam com frequência que o processo de publicação está permeado de práticas antiéticas e injustas, por outro lado editores contraditoriamente declaram que o processo é justo e ético. Nesse estudo, Borkowski e Welsh (2000) pesquisaram as percepções de autores (autores-docentes) e editores de contabilidade acerca da natureza ética de diversas práticas de autores, editores e

revisores e suas percepções da frequência de tais práticas. Tanto autores quanto editores concordam em percepção sobre a natureza ética das práticas de autores e editores, no entanto houve diferenças significativas entre os dois grupos a respeito do comportamento dos revisores. Também foram encontradas diferenças significativas a respeito da frequência de ocorrência de práticas questionáveis de autores, revisores e editores nos dois grupos. Eles ainda levantaram as opiniões de editores e autores sobre a necessidade de criação de um código de ética para a publicação; segundo os resultados encontrados, os autores examinados acreditam que o código é necessário, enquanto os editores não veem necessidade.

As percepções entre editores e autores masculinos e femininos foram também examinadas e, conforme os resultados indicaram, mulheres são significativamente mais favoráveis à existência de um código de ética do que homens.

Meyer e McMahon (2004) examinaram pesquisadores experientes e novatos a respeito de suas avaliações de trinta comportamentos de pesquisa. Os comportamentos estavam tipificados por práticas de coautores, práticas de submissão, práticas em relação a dados, práticas de apresentação/referência/citação e práticas relacionadas a conduta com os pares. Sessenta pesquisadores experientes e cento e seis pesquisadores novatos foram convidados a avaliar esses comportamentos quanto às suas adequações e às percepções das frequências com que ocorrem. Foram encontradas consistências entre pesquisadores experientes e novatos em relação à avaliação dos comportamentos e observaram que muitos dos comportamentos considerados inapropriados pelos pesquisadores ocorriam na pesquisa contábil.

Davis e Ketz (1991) estudaram analiticamente os incentivos do cometimento de fraude pelos pesquisadores de Contabilidade utilizando a classificação de Babbage (2007, p.73-77) e também indicaram áreas nas quais a Contabilidade pode reduzir oportunidades de tais práticas reprováveis.

Argumentando que o propósito do esquema de classificação de Babbage (2007) era o de apenas “[...] documentar **como** a fraude pode ser cometida na ciência [...] não explicar **porque** a fraude científica pode ser cometida”³⁶, Davis e Ketz (1991, p.108) encaminharam o questionamento de “Quais motivos levam um[a] cientista a cometer fraude em seu domínio

³⁶ “[...] to document **how** fraud may be committed in science [...] no explanation for **why** scientific frauds might be committed.”

científico?”³⁷ Analisando sob a ótica econômica do crime proposto por G. S. Backer em *Crime and Punishment: An Economic Approach*, de 1968, os autores dizem depender a fraude de três fatores:

[...] a recompensa do cometimento da fraude científica (a utilidade incremental do ato desonesto), a penalidade se descoberto (a diminuição na remuneração que causa uma diminuição na utilidade) e a chance de ser encontrado. Assumindo que um cientista é um maximizador da utilidade U e que utilidade é uma função da remuneração esperada [aqui os autores fazem menção em nota ao trabalho de G.S. Backer], o cientista pode continuar trabalhando da maneira usual e ela ou ele pode esperar a remuneração de A . Por outro lado, se o cientista cometer fraude, então ele ou ela poderia aumentar o montante da remuneração através de B . Este aumento poderia surgir se o cientista publicasse mais artigos de pesquisa como um resultado da fraude e, desse modo, obtivesse mais prestígio, aumento de salário, promoção e oportunidades de recolocação na carreira. O cientista, todavia, enfrenta o problema de ser descoberto. Com probabilidade p , a fraude do cientista é descoberta e a remuneração cai em C . Este declínio na remuneração é resultado das penalidades em que ele ou ela incorreriam pela descoberta da fraude científica, muito provável a perda do emprego, um salário reduzido ou a perda de financiamento externo. Se a utilidade da remuneração esperada do cometimento da fraude for maior que a utilidade de fazer um trabalho usual honesto, então o cientista pode cometer fraude.³⁸

O modelo especificado foi, portanto:

$$U\{(1-p)(A+B) + p(A-C)\} > U(A) \quad (1)$$

Onde:

A = remuneração obtida honestamente

B = remuneração [adicional] obtida desonestamente

C = remuneração [a ser reduzida] se a fraude for detectada

U = utilidade

p = probabilidade de detecção da fraude

$1-p$ = probabilidade de a fraude não ser detectada.

Outra variação do modelo mencionada por Davis e Ketz (1991, p.108) é igualar a utilidade da

³⁷ “What motivates a scientist to commit fraud in his or her scientific domain?”

³⁸ “[...] the rewards from committing scientific fraud (the incremental utility from cheating), the penalties if caught (the decrease in income that causes a decrease in utility), and the odds of being found out. Assuming that a scientist is a maximizer of utility U and that utility is a function of expected income, the scientist can continue working in the usual manner and she or he can expect an income of A . On the other hand, if the scientist decides to commit fraud, then he or she might increase the amount of income by B . This increase might arise if the scientist publishes more research articles as a result of fraud and, thereby, gains more prestige, salary raises, promotions, and opportunities for career relocations. The scientist, however, faces the problem of being caught. With probability p , the scientist’s fraud is discovered and the income drops by C . This decline in income results from the penalties he or she would incur upon discovery of the scientific fraud, most likely the loss of job, a reduced salary, or the loss of external funding. If the utility of the expected income from committing scientific fraud is greater than the utility of doing an honest day’s work, then the scientist may commit fraud.”

remuneração U à soma entre a utilidade da remuneração honesta (g) e a utilidade da remuneração desonesta (h):

$$U(\text{remuneração}) = g(\text{remuneração honesta}) + h(\text{remuneração desonesta}) \quad (2)$$

Como, para os autores, um cientista que não comete fraude, ou seja, um sujeito ético, a função h (remuneração desonesta) e sua estimativa h' (remuneração desonesta) sempre será menor ou igual a zero e, no caso de um cientista não ético, essa mesma função e sua estimativa sempre será maior que zero: $h = h'(\text{remuneração desonesta}) > 0$ ou, de outra forma,

$$h\{(1-p)B + pC\} > 0 \quad (3)$$

O modelo teórico desenvolvido pelos autores indica três possibilidades de redução de fraude na pesquisa contábil e todas têm um único fim: reduzir o lucro incremental. As possibilidades são reduzir os incentivos, aumentar as penalidades e os meios de detecção de fraudes (DAVIS; KETZ, 1991, p.109).

Os autores concluem que a ausência de acusação de fraude na pesquisa contábil seja talvez pelos altos salários [americanos] dos acadêmicos em Contabilidade, consequentemente a redução da utilidade marginal, pela não competição por elevados recursos de financiamento de pesquisa comuns nas Ciências Naturais e pela baixa taxa de aceitação de artigos pelos periódicos científicos, o que leva os revisores a serem mais minuciosos, impede o cometimento de fraudes. Ao final, ainda em relação à falta de acusação, lançaram algumas questões que os pesquisadores de Contabilidade precisam fazer:

Por que isso? Ocorre fraude no empreendimento da pesquisa contábil? Se sim, por que não sabemos sobre isso? Se não, foi esse o resultado feliz de fatores únicos do processo da pesquisa contábil? Se sim, quais são esses fatores únicos e o que devem outras disciplinas aprender com a contabilidade? Se não, como nós explicamos a aparente falta de comportamento fraudulento na contabilidade? [...] ³⁹ (DAVIS; KETZ, 1991, p.109)

Engle e Smith (1990) analisaram as atitudes de professores de Contabilidade em relação à adequação ética de certas atividades questionáveis, entre elas as que nos interessam:

³⁹ “Why is this? Does fraud occur in the accounting research enterprise? If so, why don’t we know about it? If not, has this been the fortunate result of factors unique to the accounting research process? If so, what are those unique factors and what could other disciplines learn from accounting? If not, how do we account for the apparent lack of fraudulent behavior in accounting?”

- a) Plágio na pesquisa;
- b) Submissão de um artigo a dois ou mais periódicos contrariando a política do periódico;
- c) Falsificação de documentação para obtenção de bolsa de pesquisa;
- d) Falsificação de dados da pesquisa;
- e) Não dar coautoria ao(s) estudante(s) de pós-graduação nas publicações quando as contribuições dadas por este(s) justificavam uma coautoria;
- f) Dar, inapropriadamente, a um colega de trabalho, coautoria;
- g) Apresentar a mesma pesquisa em mais de um encontro [congresso] regional ou anual (contra a política do encontro) (ENGLE; SMITH, 1990, p.12).

Engle e Smith (1990) aplicaram questionário composto de 29 atividades específicas construídas a partir das experiências dos autores, dos *feedbacks* do pré-teste e de documentos publicados por organismos de classe como, por exemplo, o *American Accounting Association* - AAA e o *American Association of University Professors* - AAUP. Foi solicitado aos professores expressarem suas atitudes a respeito de cada uma das 29 atividades sobre uma escala de 5 pontos variando de ‘totalmente ético’ a ‘totalmente antiético’. Dada a natureza abstrata do que é adequado eticamente, os autores (ENGLE; SMITH, 1990, p.9) equipararam a escala a uma intensidade de sanções, por exemplo: totalmente ético (nenhuma sanção) a totalmente antiético (demissão).

Os respondentes foram solicitados também a fornecer suas melhores estimativas da porcentagem de professores de contabilidade em sua instituição que foram envolvidos com cada atividade. Uma escala de 5 pontos foi usada, variando de ‘virtualmente nenhum professor envolvido’ a ‘virtualmente todos os professores estão envolvidos’. Como na questão anterior, para facilitar aos respondentes a compreensão do conceito de virtualmente envolvido, os autores (1990, p.9) equipararam a escala a classes de percentagens (por exemplo: virtualmente nenhum professor envolvido (0-5%) e virtualmente todos os professores estão envolvidos (95-100%)).

Enviado aleatoriamente para 700 professores, apenas 262 respondentes retornaram e indicaram que estavam empregados há pelo menos 2 anos na instituição. Esse procedimento foi justificado como um meio de aumentar a probabilidade do julgamento dos colegas envolvidos (1990, p.9).

Com base nos resultados, Engle e Smith (1990) encontraram que as atividades de plágio, falsificação de dados e falsificação de documentação para bolsa de pesquisa foram vistas como as mais antiéticas. Essa opinião foi medida numa escala de 5-pontos variando de ‘totalmente ética’ a ‘totalmente antiética’ e cada ponto dessa escala foi orientado pelos rótulos ‘nenhuma sanção’ a ‘demissão’, respectivamente.

Apesar da boa intenção dos autores de orientar os respondentes com a dupla rotulagem (ou categoria), dada a natureza abstrata do atributo (p.ex.: adequado eticamente) (1990, p.9), eles provocaram um erro de validade da variável e consequentemente erro de interpretação. Não se saberá se o respondente avaliou uma atividade como ‘totalmente antiética’ ou se quem a praticou mereça ‘demissão’ (rótulo orientador equivalente ao que é ‘totalmente antiético’); uma pessoa que realiza uma atividade ‘totalmente antiética’ pode, na concepção do avaliador respondente, achar que não mereça ‘demissão’ e sim uma ‘severa reprimenda’ (outro rótulo orientador), portanto o respondente pode ter colocado sua opção em função do atributo sanção e não do atributo adequação ética. Esse é um clássico problema de validade, pois não se está medindo o que se pretende. É o caso da avaliação pelos respondentes da atividade de plágio, os autores encontraram que 27% dos respondentes consideram essa atividade ‘moderadamente a extremamente antiética’ (o rótulo orientador equivalente é ‘severa reprimenda’) (1990, p.12), em uma questão tão sensível e sem proteção aos respondentes, é difícil acreditar que 27%, ou mesmo menos, considerem tal atividade ‘moderadamente a extremamente não ética’, ou será que os respondentes estavam se referindo a que, em casos de plágio, caberia apenas uma ‘severa reprimenda’?

Ao analisarem o envolvimento dos pares da instituição em plágio, os autores encontraram que 91% dos respondentes julgaram que ‘virtualmente nenhum’ envolvimento existe dos colegas professores nessa atividade. Essa percepção foi medida numa escala de 5-pontos variando de ‘virtualmente nenhum professor envolvido’ a ‘virtualmente todos os professores estão envolvidos’ e cada ponto dessa escala foi orientada pelos rótulos ‘0-5%’ a ‘95-100%’, respectivamente.

Ressalte-se que os 91% referidos acima representam a frequência de respondentes da categoria 0-5% (‘virtualmente nenhum professor envolvido’). Só não se sabe se os 91% que responderam sobre a atividade avaliaram-na com base na categoria ‘virtualmente nenhum

professor envolvido’ ou com base na categoria 0-5%, tidas como equivalentes; dessa forma, é impossível afirmar que 91% acreditam que haja “virtualmente nenhum professor envolvido”, pois dentro dos 91% pode haver até 100% dos respondentes atribuindo 5% de envolvimento naquela atividade.

Já as categorias seguintes não apresentam o mesmo problema de interpretação, apenas perda de informação por adotar classes percentuais. Como se pôde observar em todas as atividades analisadas por Engle e Smith (1990), 8%, 36%, 16%, 13%, 39%, 48% e 41% dos respondentes, respectivamente às atividades listadas anteriormente, consideram que existe envolvimento de 6-39% dos colegas nessas atividades. Mesmo que a magnitude numérica dessa informação seja perdida, saber que pelo menos 6% dos professores estão envolvidos com tais atividades é preocupante e demanda providências urgentes.

Engle e Smith (1990) mostraram resultados das análises de comparações entre grupos, buscando consistência ou consenso entre eles:

a) PhD versus não-PhD

- a. Todas as atividades para ambos os grupos foram consideradas, em média, como ‘moderadamente a extremamente antiética’, à exceção da atividade de submissão de um artigo a dois ou mais periódicos científicos, contrariando a política do periódico; esse, em média, foi considerado como um ‘pouco antiético’ a ‘moderadamente antiético’. Esse comportamento é controverso porque é possível que muitos pesquisadores considerem que uma maior exposição do artigo nesses encontros melhore sua qualidade com as mudanças sugeridas, outros podem acreditar que diversas submissões podem beneficiá-los com maior número de publicações em congressos. Acreditamos que a má conduta se verifica na intencionalidade, ou seja, de o autor apresentar em seu currículo essas diversas submissões de um mesmo artigo. O benefício decorrente disso pode ser reduzido se avaliadores de concursos, de promoções e outras recompensas atentarem para isso. Essa atividade pode ser de má conduta se essas submissões forem realizadas com pequenas alterações no artigo (p.ex.: aproveitamento integral dos textos, outras análises, mudanças do título e/ou resumo e/ou outras partes do trabalho).

- b. Diferença significativa foi apenas encontrada na atividade de apresentar a mesma pesquisa em mais de um encontro regional ou anual (contra a política do encontro), aqui doutores foram mais intolerantes que não-doutores.

b) CPA⁴⁰ versus não-CPA

- a. Todas as atividades para ambos os grupos foram consideradas, em média, como ‘moderadamente’ a ‘extremamente não éticas’, à exceção da atividade de submissão de um artigo a dois ou mais periódicos científicos, contrariando a política do periódico, e da atividade de dar inapropriadamente a um colega de trabalho coautoria; esses, em média, foram considerados como um ‘pouco’ a ‘moderadamente não éticos’.
- b. Diferenças significativas foram apenas encontradas na atividade de apresentar a mesma pesquisa em mais de um encontro regional ou anual (contra a política do encontro) e submissão de um artigo a dois ou mais periódicos científicos, contrariando a política do periódico, em ambos os possuidores de CPA foram mais tolerantes em relação aos que não têm CPA.

c) Estáveis⁴¹ e Não estáveis

- a. Todas as atividades para ambos os grupos foram consideradas, em média, como ‘moderadamente’ a ‘extremamente não éticas’, à exceção da atividade de submissão de um artigo a dois ou mais periódicos científicos, contrariando a política do periódico, e da atividade de dar inapropriadamente a um colega de trabalho coautoria; esses, em média, foram considerados como um ‘pouco’ a ‘moderadamente não éticos’.
- b. Diferenças significativas foram apenas encontradas na atividade de dar inapropriadamente a um colega de trabalho coautoria e submissão de um artigo a dois ou mais periódicos científicos, contrariando a política do periódico; em ambos, os estáveis foram mais tolerantes que os não estáveis;

⁴⁰ CPA – *Certified Public Accounting*.

⁴¹ Tradução de *Tenure*.

d) Masculino vs Feminino; Dedicção Exclusiva - DE vs Associado vs Assistente;
Instituições Acreditadas e Instituições não Acreditadas

- a. Todas as atividades para todos os grupos de cada variável acima foram consideradas, em média, como ‘moderadamente’ a ‘extremamente não éticas’, à exceção da atividade de submissão de um artigo a dois ou mais periódicos científicos, contrariando a política do periódico, da atividade de dar inapropriadamente a um colega de trabalho coautoria e da atividade de apresentar a mesma pesquisa em mais de um encontro [congresso] regional ou anual (contra a política do encontro); esses, em média, foram considerados como um ‘pouco’ a ‘moderadamente não éticos’.
- b. Diferenças significativas foram encontradas em três atividades para todas as variáveis. Na variável sexo para a atividade plágio e não dar coautoria ao(s) estudante(s) de pós-graduação nas publicações quando as contribuições dadas por este(s) justificavam uma coautoria, o grupo feminino foi menos tolerante para ambas as atividades. Na variável Acreditação para a atividade de submissão de um artigo a dois ou mais periódicos científicos, contrariando a política do periódico, o grupo das acreditadas foi menos tolerante.

Outro estudo importante no exame da má conduta da pesquisa contábil foi o realizado por Bailey, Hasselback e Karcher (2001). O que faz esse estudo importante é o fato de que sua amostra constituiu-se de 250 pesquisadores mais prolíficos dos 30 maiores *journals* de contabilidade americanos que autorreportaram más condutas em seus artigos. O estudo, baseado na técnica de resposta aleatória, pediu aos investigados para indicar a porcentagem em que seus artigos, ou artigos dos outros pesquisadores (dependendo do resultado aleatório), foram afetados por pelo menos uma das condutas abaixo:

- Manipular dados, forjando-os ou modificando-os ou deletando-os inapropriadamente; ou
- Apresentar intencionalmente os resultados de um teste estatístico inadequado porque ele dava o resultado esperado, em detrimento dos resultados de outro teste adequado que dava resultados diferentes; ou
- Ocultar problemas de validade; ou
- Indicar procedimentos realizados (por exemplo: aleatórios) quando na verdade não foram feitos; ou

- Diversas outras apresentações intencionais de resultados falsos.

Os resultados encontrados por Bailey, Hasselback e Karcher (2001, p.34-35) estimaram, de forma geral, que aproximadamente 3,7% dos artigos apresentaram algum tipo de má conduta autorreportada pelos pesquisadores e estimaram, com base na opinião dos investigados sobre os artigos de outros pesquisadores, que aproximadamente 21% dos artigos apresentaram algum tipo de má conduta. Outras descobertas indicaram:

- Quanto maior o tempo de obtenção da estabilidade (*tenure*) menor a porcentagem estimada de artigos afetados. Argumentando que suas descobertas não associam aumento de cinismo com maturidade, Bailey, Hasselback e Karcher (2001, p.35) atribuem esse resultado ou a uma mudança real da porcentagem durante o tempo ou ao esquecimento de suas ações no início da carreira.
- Quanto maior o tempo de estabilidade maior a porcentagem atribuída às causas internas para a má conduta, isso indicou que os membros mais jovens do corpo docente estavam mais dispostos a atribuir pressões externas como causa de má conduta, enquanto os membros mais antigos a atribuir razões internas. Uma possível explicação encontrada por Bailey, Hasselback e Karcher (2001, p.37) é que membros mais jovens têm memória mais recente da pressão para obter estabilidade.

3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Estudos sobre má conduta têm uma particularidade, pois condutas morais ou posições ou entendimentos que se têm delas podem variar de acordo com a cultura de uma comunidade ou nação, assim, tal particularidade caracteriza a natureza do presente estudo como exploratório, ainda que acreditemos que a comunidade científica mundial possa ter uma posição uniforme em função da sua linguagem comum.

Consideramos o estudo, portanto, como um primeiro estágio de investigação em que se pretende buscar conhecimento e compreensão do fenômeno dentro da realidade contábil nacional, de seu contexto e de suas peculiaridades culturais e sociais, para posteriormente usar os achados do estudo em outras pesquisas, buscando sua complementação e aprofundamento.

3.1 Planejamento do estudo

Usamos a abordagem de métodos mistos (CRESWELL, 2010, p.43) para investigar a ocorrência de má conduta na pesquisa e os fatores que a ocasionam na perspectiva de uma amostra de pesquisadores de Contabilidade e apoiada por informações de pesquisadores de reconhecida experiência e competência. Mais precisamente usamos a abordagem do método misto sequencial explicativo (CRESWELL, 2008, p. 527) usando um questionário para pesquisadores presentes no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade de 2009 seguido por entrevistas semiestruturadas para pesquisadores experientes. O esquema do planejamento da coleta é apresentado na Figura 2.

Uma razão para usar essa abordagem foi a tentativa de melhor explicar os resultados quantitativos do *survey*. “Essa situação ocorre quando o pesquisador inicia com coleta e análise de dados quantitativos em uma primeira fase e então segue com uma segunda fase de coleta e análise de dados qualitativos para ajudar a explicar com mais detalhes o resultado da primeira fase quantitativa.”⁴² (CRESWELL, 2008, p.527).

⁴² “This situation occurs when the researcher begins with quantitative data collection and analysis in a first phase and then follows up with a second phase of qualitative data collection and analysis to help explain in more detail the results of the first quantitative phase.”

As subseções seguintes estão internamente organizadas, quando necessário, segundo as abordagens qualitativa e quantitativa.

3.2 Plano amostral

Abordagem quantitativa

A população do estudo foram os pesquisadores doutores, doutorandos, mestres e mestrandos em Contabilidade presentes no 9º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e 6º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade realizados nos dias 30 e 31 de julho de 2009.

O estudo inicialmente tinha, também, como população alvo, pesquisadores de administração presentes no XII SEMEAD - Seminários em Administração FEA/USP realizado nos dias 27 e 28 de agosto de 2009; embora coletados os dados dos pesquisadores de Administração, esses não foram considerados no estudo. A não consideração dos administradores seguiu orientação da banca de qualificação.

Uma amostragem por conveniência foi adotada na seleção dos participantes e o critério de inclusão foi a presença no evento e ter no mínimo mestrado em curso. Alunos de graduação que estavam presentes e responderam o questionário foram excluídos. Na decisão de escolher os participantes por meio de um processo de amostragem não probabilística, os seguintes elementos foram levados em consideração: o tipo de pesquisa empregado, a facilidade de acesso aos participantes e sua disponibilidade, a representatividade e a oportunidade apresentada pela ocorrência dos eventos, razões essas justificadoras, segundo Mattar (1996, p.133), para empregar esse tipo de amostragem. A amostra final do estudo foi constituída de 85 participantes.

Abordagem qualitativa

Segundo Minayo, Assis e Souza (2005, p.94), a lógica da amostra qualitativa é diferente da lógica da amostra quantitativa, a primeira se baseia na busca do aprofundamento da compreensão de um grupo social ou outras unidades de análise ou representações. Uma das

características da amostra qualitativa, segundo esses autores (2005, p.95), é que a escolha “[...] dos grupos a serem observados contenha o conjunto das experiências que se pretende captar.”

Na entrevista, a amostragem dos participantes se deu por julgamento e os critérios de inclusão foram aqui omitidos para não possibilitar a identificação dos participantes, mas convém informar que foram pesquisadores de competência e experiência reconhecidas. Segundo Selltiz *et al.* (1987, p.100-101), esse tipo de amostragem (intencional) é adequado quando o objetivo é obter dos participantes ideias e opiniões críticas experientes.

A amostra final dos entrevistados foi constituída de 8 participantes. Nove participantes foram entrevistados inicialmente, entretanto um entrevistado foi excluído por não concordar com as transcrições realizadas e apresentadas. Fator de ordem gramatical da transcrição foi alegado.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Abordagem quantitativa

Os dados foram obtidos por meio de um *survey cross-sectional*, com utilização de questionários aplicados aos participantes do 9º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e 6º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. Os estudos seguintes sobre má conduta na pesquisa utilizaram a estratégia *Survey*: Engle e Smith (1990), Braxton e Bayer (1994); Borkowski e Welsh (2000); Meyer e McMahon (2004), Anderson *et al.* (1994), Bailey *et al.* (2001) e Rose (2008).

A razão para o uso da estratégia *survey* está fundamentada na garantia do anonimato, dada a sua natureza autoadministrada (ROSE, 2008, p.57). De acordo com Bachmann *et al.* (1999) e Tyebjee (1979), esta estratégia dá aos participantes um elevado sentido de confidencialidade e privacidade, encorajando-os a fornecer informações mais acuradas. Entretanto, nesse tipo de planejamento, os participantes em geral fornecem respostas menos acuradas quando as questões são de natureza sensível (BACHMANN *et al.*, 1999; TYEBJEE, 1979) e tendem a superavaliar respostas naquilo que a sociedade reconhece como comportamento aceitável e subavaliar naquilo que a sociedade reconhece como comportamento inaceitável (KROSNICK,

1999). Neste estudo, procuramos atenuar a sensibilidade das questões solicitando aos participantes informações sobre condutas inapropriadas conhecidas diretamente dos colegas, ou indiretamente pelos colegas, e não do próprio participante.

O questionário (Apêndice A) usado teve como referência para a sua elaboração os questionários de Rose (2008), Meyer e McMahon (2004), Prpé (2005) e Borkowski e Welsh (2000). A versão do questionário consistiu de 7 questões fechadas e 1 aberta divididas no formulário em três seções. As seções incluíram Comportamentos, Fatores que Influenciam a Má Conduta na Pesquisa e Informações Demográficas e Acadêmicas. Escalas do tipo Likert foram utilizadas nas seções de comportamentos, para avaliar se o participante tomou conhecimento (conhecimento de fatos nos quais as condutas se manifestaram, isto é, conhecimento real, visto ou observado diretamente pelo participante ou indiretamente por meio de colegas) da ocorrência de uma lista de 17 comportamentos entendidos como de má conduta e sua crença quanto à frequência com que eles ocorrem; e também na seção de Fatores que Influenciam a Má Conduta na Pesquisa, para avaliar o grau em que fatores de ordem comportamental e organizacional influenciam a má conduta na pesquisa.

A apresentação da pesquisa foi feita no frontispício do formulário, bem como a instrução de como proceder após o preenchimento do questionário.

Abordagem qualitativa

Neste estudo usamos entrevistas semiestruturadas para coletar os dados qualitativos. Esse tipo de entrevista, segundo Sampieri *et al.* (2006, p.381), se baseia “[...] em um guia [roteiro] de assuntos ou questões e o pesquisador tem a liberdade de introduzir mais questões [por exemplo, questão para explicar] para a precisão dos conceitos ou obter maior informação sobre os temas desejados.”

Um roteiro de entrevista que continha 6 questões foi usado para tentar assegurar a coleta de dados comparáveis entre os pesquisadores experientes participantes. O Roteiro (Apêndice C) foi constituído de questões formadas a partir do questionário e dos resultados da pesquisa *survey* (Questões 1, 2 e 3), bem como de questões criadas para obter novos elementos e aprofundamento das questões anteriores (Questões 4, 5 e 6).

A primeira questão foi desenvolvida de forma que também funcionasse como uma questão indutora. Ela requereu a apresentação aos entrevistados de uma lista de sete comportamentos (Apêndice D) mais citados, quanto à sua ocorrência, na pesquisa *survey* realizada anteriormente.

Apesar de um diário de anotações de campo (entrevistas) ter sido elaborado, nenhuma observação relevante demandou seu uso.

3.4 Validação dos comportamentos descritores de má conduta

Os 17 comportamentos presentes no questionário foram resultantes de uma pesquisa prévia realizada no Encontro Nacional da Associação de Programas de Pós-graduação em Administração – EnAnpad, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de setembro de 2007, a fim de examinar quais comportamentos eram vistos como inapropriados pelos acadêmicos de contabilidade presentes no evento.

Aos respondentes foi dado um questionário listando 22 comportamentos, comportamentos estes retirados e adaptados de 30 comportamentos analisados por Meyer e McMahon (2004). Cada comportamento ou conduta era avaliado numa escala de 1 a 9, sendo 1 indicando um comportamento inapropriado e, portanto, um indicativo de má conduta e 9 indicando um comportamento totalmente apropriado e, portanto, um indicativo de boa conduta.

Para a classificação final dos comportamentos adotou-se como ponto de corte o valor 5; considerados de má conduta os comportamentos abaixo do ponto de corte e boa conduta os acima dele.

Segundo o ponto de corte adotado, os seguintes comportamentos, considerados como de boa conduta, foram excluídos:

- A ordem dos autores é alfabética não refletindo a contribuição de cada um para o artigo;
- Vários artigos são publicados com a mesma revisão da literatura, mas com diferentes análises de dados;
- Um autor submete mais de um artigo baseado no mesmo conjunto de dados, porém usa uma abordagem diferente (por exemplo: análise de dados, teoria); e

- Um autor utiliza a mesma base de dados a fim de escrever diversos artigos e aumentar o número de suas publicações.

Os comportamentos detalhados, as médias, desvios padrões e outras estatísticas descritivas obtidas em cada um dos comportamentos são apresentados no Apêndice B.

Outros dois comportamentos foram excluídos por considerarmos, de alguma forma, que estavam inseridos em outros comportamentos, são eles:

- Um autor submete o mesmo artigo a dois periódicos ou a um mesmo evento fazendo alterações na ordem do nome dos autores; e
- Um pesquisador falsifica os dados na construção de um trabalho científico.

Dezesseis foram as condutas remanescentes do estudo dos 30 comportamentos analisados por Meyer e McMahon (2004).

3.5 Pré-teste

Abordagem quantitativa

Antes da aplicação definitiva do questionário, foi revisado por três professores doutores vinculados a programa de pós-graduação (doutorado/mestrado) em Contabilidade, um recém-doutor, oito alunos de doutorado e um de mestrado em contabilidade. Clareza e extensão foram os principais aspectos avaliados pelos participantes do pré-teste. Todos os problemas de clareza foram sanados, bem como os de extensão do questionário. As sugestões de inclusão de novos comportamentos foram avaliadas e apenas um novo comportamento foi incluído, qual seja: Um pesquisador realiza pesquisa com seres humanos e Não submete o projeto de pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa-CEP. Esse comportamento somou-se aos dezesseis selecionados na fase de validação perfazendo os 17 comportamentos referidos neste estudo.

Abordagem qualitativa

O roteiro de entrevista não foi pré-testado por meio de entrevistas, mas por avaliação das questões quanto à sua clareza e relacionamento com os objetivos do estudo. A avaliação foi realizada por dois professores doutores.

3.6 Procedimento de coleta*Abordagem quantitativa*

A coleta ocorreu no 9º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e 6º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, realizados conjuntamente no período de 30 a 31 de julho de 2009. Os eventos tiveram um total de 701 inscritos. Os formulários dos questionários foram juntados aos materiais dos congressos e inseridos nas pastas dos congressistas.

Na folha de apresentação do questionário havia o indicativo de que as respostas deveriam ser colocadas em uma das três urnas dispostas estrategicamente na secretaria do evento e em outros dois lugares de grande circulação. Apesar da sensibilização em uma das sessões do evento sobre o questionário da pesquisa, apenas 132 pesquisadores depositaram suas respostas nas urnas, uma taxa de aproximadamente 19% de retorno, admitindo-se o total de inscritos. Considerando que 48 questionários foram de respondentes com apenas o nível de graduação, presumivelmente participantes do congresso de iniciação científica, e sob a suposição de que esses participantes não teriam experiência em pesquisa o suficiente, estes foram excluídos da análise, o que resultou num total de 84 questionários válidos mais 1 enviado por email pelo participante, resultando em um total de 85 questionários, um retorno efetivo de aproximadamente 12%.

Os mesmos procedimentos empregados no 9º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e 6º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade foram empregados no XII SEMEAD, realizado no período de 27 e 28 de agosto de 2009 e com um total de 700 inscritos. Diferentemente dos Congressos USP, não houve sensibilização dos presentes e uma taxa de aproximadamente 7% de retorno (51 questionários válidos) foi obtida, admitindo-se o total de inscritos. Considerando que a população do estudo não tinha

mais como foco pesquisadores de Administração, os dados do levantamento desse evento não foram aproveitados no presente estudo, devendo ser objeto de estudo posterior.

Abordagem qualitativa

As entrevistas individuais realizaram-se entre março e maio de 2010 e foram previamente agendadas após sucessivos e-mails a partir do e-mail convite personalizado. O e-mail convite para participar da pesquisa também explicitava o conteúdo e o objetivo do trabalho (Apêndice G).

As entrevistas foram conduzidas nos locais de trabalho (7 entrevistados) e nas residências (2 entrevistados) dos participantes. Antes da entrevista propriamente dita, a cada participante foi apresentado o estudo, seus objetivos, finalidade, supervisão, permissão para gravação e garantia de confidencialidade. As entrevistas se iniciavam com a leitura da primeira questão do roteiro seguida pela apresentação, ao entrevistado, da lista dos sete comportamentos ou condutas mais reportadas quanto a sua ocorrência na pesquisa contábil para que esses pudessem ter exemplos ou referência da má conduta na pesquisa a que nos referimos.

Apesar do diminuto roteiro utilizado na condução das entrevistas, utilizamo-nos constantemente do recurso de questões para explicar (SAMPIERI *et al.*, 2006, p.382). O *rapport* criado entre o entrevistado e o entrevistador proporcionou fluidez do discurso do entrevistado. Esses elementos, em conjunto, possibilitaram ao tempo das entrevistas variar entre 40 e 70 minutos.

Após as entrevistas as gravações foram transcritas de acordo com as falas dos participantes. As transcrições foram realizadas sem a preocupação de incluir seus elementos paralinguísticos, como, por exemplo, silêncios, entonação da voz etc. (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005).

3.7 Plano de análise

Abordagem quantitativa

Análises descritivas e testes de hipóteses foram usados para auxiliar na consecução dos objetivos específicos propostos.

Nas análises descritivas utilizamos média ($\bar{x}$), desvio padrão (s), Coeficiente de Variação - CV, frequências absolutas e percentuais. A média foi usada apenas para facilitar a interpretação e comparação dos resultados, enquanto o desvio padrão foi utilizado para calcular o CV. Como uma alternativa ao desvio padrão, para comparações entre as distribuições dos comportamentos, o CV funcionou como uma medida relativa de dispersão. Os CVs que apresentaram valores menores ou iguais a 15% indicaram uma dispersão fraca; os valores maiores que 15% e menores ou iguais a 30%, uma dispersão média e os valores superiores a 30%, uma dispersão elevada (PESTANA; GAGEIRO, 2003, p.89).

Em relação aos testes de hipóteses, testes de diferenças entre amostras independentes (*Kruskal-Wallis*, *Jonckheere-Terpstra* e *Mann-Withney*) e repetitivas (*Friedman* e *Wilcoxon*) foram utilizados. *Kruskal-Wallis* (H) foi usado para comparar os escores médios das frequências de ocorrência dos comportamentos nas categorias da variável Tempo de Envolvimento na Pesquisa, mas sua interpretação fez-se como uma medida de relação entre essas duas variáveis. O teste de tendência de *Jonckheere-Terpstra* ($J-T$), ainda que tenha a mesma finalidade do teste *Kruskal-Wallis* (FIELD, 2009, p.500; SIEGEL, 1975, p.219), foi usado para testar a tendência dessa relação (o sinal da estatística Z , equivalente ao $J-T$ padronizado indicou a natureza dessa relação) (FIELD, 2009, p.500).

Encontrada uma diferença significativa no teste de *Kruskal-Wallis*, *Mann-Withney* (U) foi usado como um teste *Post Hoc* de *Kruskal-Wallis* para examinar quais fatores ou categorias diferiam um do outro; nesse caso, a significância foi analisada com base na correção de *Bonferroni* que consiste em dividir o nível de significância *a priori*, α , pelo número de comparações realizadas (FIELD, 2009, p.497).

O teste de *Friedman* (χ^2) foi usado para examinar a diferença no grau de influência entre os fatores da má conduta, ou seja, se o grau das influências ocorre com igual frequência em cada fator (PESTANA; GAGEIRO, 2003, p.442). *Wilcoxon* foi utilizado com duas finalidades: a) examinar as diferenças entre os escores das frequências de ocorrência dos comportamentos conhecidos e dos que se acredita ocorrer; e b) como um teste *Post Hoc* de *Friedman*, para examinar quais fatores diferiam uns dos outros; nesse caso a significância foi analisada com base na correção de *Bonferroni*.

Ressalte-se que as médias referidas nesta seção correspondem às médias dos escores resultantes da escala de 1 (nunca) a 4 (frequentemente) de cada comportamento individualmente analisado, tanto para crença da frequência em que tais comportamentos ocorrem como para o conhecimento, direto ou indireto, da ocorrência deles. O escore 5 (não sei) foi analisado à parte. As médias também se referem aos escores das variáveis ou fatores que influenciam a má conduta, nesse caso a escala varia de 1 (nenhuma influência) a 3 (forte influência). Reafirmando: os valores das médias e desvios padrões apenas orientaram os posicionamentos e dispersões das variáveis.

Abordagem qualitativa

A organização das análises dos dados qualitativos se deu da mesma forma que a realizada nos dados quantitativos. Seguindo os objetivos do estudo, procuramos alocar, em cada um deles, os depoimentos que aprofundassem a compreensão dos mesmos objetivos que foram mensurados.

A fidelidade das transcrições às falas dos entrevistados acabou por incorporar erros gramaticais, expressões um tanto informais e frases desconexas decorrentes das mudanças repentinas do discurso. Em função disso, alguns entrevistados pediram, ainda que o anonimato fosse assegurado, que cuidados fossem tomados com suas falas transcritas. Nós, portanto, optamos por não anexar as entrevistas ao trabalho, bem como as passagens utilizadas nas análises foram corrigidas gramaticalmente com o cuidado necessário para não alterar seus sentidos.

3.8 Limitações

Comportamento ético é determinado por diversos contextos, assim estudos do tipo *cross-sectional* não possibilitam observar as mudanças de comportamento dos sujeitos investigados ao longo do tempo.

Uma limitação adicional é aquela típica de estudos com utilização de questionários, pois a validade das informações obtidas sobre crenças não tem a força das informações obtidas pela observação.

3.9 Procedimentos éticos

Abordagem Quantitativa

O projeto da pesquisa e o instrumento de coleta foram encaminhados, conjuntamente com a Folha de Rosto para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP (Anexo A), para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa designado pelo CONEP/SISNEP, conforme dispõe a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde - CNS que trata dos aspectos éticos observados quando da realização de pesquisas em seres humanos.

Em relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, foi solicitado ao Comitê de Ética em Pesquisa a sua dispensa. As justificativas para tal dispensa fundamentaram-se nos seguintes argumentos expostos ao Comitê:

- a) Estudos da mesma natureza como o de Rose (2008) obteve dispensa do TCLE. Assim a autora declara na folha de informação da sua pesquisa, apensada ao seu estudo (p.166):

Esta folha de informação foi preparada para explicar este estudo a você. O Comitê de Revisão Institucional [IRB, sigla em inglês, e equivalente ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP no Brasil] da Capella University dispensou a exigência de obter dos participantes um formulário de consentimento esclarecido e assinado de quem voluntariamente preenchesse o Questionário-Revisado (2) de Má conduta (SMQ-R2) e participasse do estudo. Esta dispensa do consentimento assinado foi concedida de forma que os potenciais participantes **não pudessem ser** identificados com base na sua assinatura, o que deve resultar em uma quebra de confidencialidade.⁴³

⁴³ “This information sheet has been prepared to explain this study to you. The Institutional Review Board at Capella University has waived the requirement to obtain a signed informed consent form from individuals who choose to complete the Scientific Misconduct Questionnaire-Revised (2) (SMQ-R2) and participate in the study. This waiver for the signed consent was granted so potential participants **could not be** identified based on their signature, which could result in a breach of confidentiality.”

Outros estudos também não fazem menção à utilização do TCLE, como os de Engle e Smith (1990); Borkowski e Welsh (2000); Meyer e McMahon (2004); Bailey *et al.* (2001).

- b) No que tange ao TCLE, Groves *et al.* (2004, p.360) declaram haver três áreas da pesquisa metodológica relacionadas ao consentimento esclarecido: (1) Pesquisa sobre as reações dos respondentes da pesquisa em relação aos protocolos do consentimento esclarecido; (2) Pesquisa sobre consentimento esclarecido na metodologia *survey*, especialmente aqueles envolvendo alguns tipos de fraudes; e (3) Pesquisa sobre consentimento esclarecido escrito *versus* oral, especialmente que estudam o efeito do pedido de assinatura do respondente. Da forma como se concentram os estudos sobre o TCLE, todos parecem indicar um objetivo comum, examinar os efeitos do TCLE sobre a taxa de retorno dos questionários.

Groves *et al.* (2004, p.365), comentando sobre a obrigação do TCLE, fazem a seguinte pergunta: “Essa obrigação se estende à exigência de obter um formulário de consentimento informado assinado?”⁴⁴ O autor declara que evidências de diversos estudos documentam as consequências prejudiciais da exigência de assinatura do termo de consentimento esclarecido para participação em *surveys*, como o feito no presente estudo. Os autores citam o estudo de Singer (1978, *apud* GROVES *et al.*, 2004) em que a exigência de uma assinatura do consentimento reduziu a taxa de resposta de um *survey* em torno de 7 pontos percentuais, mas muitos respondentes que não assinaram o termo estavam dispostos a participar do *survey*, era a assinatura que determinava sua participação. Outros estudos citados pelos autores foram os de Trince, de 1987, e Singer, de 2003, que encontraram resultados similares. Finalmente Groves *et al.* (2004) argumentam:

Dado esse efeito prejudicial sobre a taxa de resposta pela exigência de assinatura dos participantes no documento de consentimento, nós argumentaríamos que tal assinatura nunca deve ser exigida. Tal termo de consentimento assinado protege mais a instituição do que o respondente. Relaxar a exigência de uma assinatura não implica relaxar a exigência de informar adequadamente aos respondentes do risco potencial e da natureza voluntária de sua participação. Pelo contrário, quando *surveys* carregam mais que o risco mínimo, muito mais cuidado é assegurado se bastante informação é fornecida aos respondentes, se eles entendem o que é dito para fazerem e se a eles é dado bastante tempo para fazer um julgamento sobre se participa ou não. Nestas circunstâncias,

⁴⁴ “Does this obligation extend to the requirement to obtain a signed informed consent form?”

responder perguntas do survey é, provavelmente, evidência suficiente de que o "consentimento" dos respondentes tenha, na realidade, sido tanto voluntário quanto informado⁴⁵.

- c) No presente estudo não houve risco associado ao preenchimento do questionário. Uma vez que:
- i. As informações decorrentes das questões de natureza demográfica e acadêmica são de cunho geral e foram analisadas em conjunto;
 - ii. O questionário não requer identificação dos respondentes e nele há informação sobre ausência de risco e preservação do anonimato;
 - iii. Não houve controle de entrega dos questionários e estes poderão ou não ser depositados em urnas que estarão distantes de quem primeiramente possa interessar esta pesquisa.

O projeto submetido ao CEP, com dispensa do TCLE, foi aprovado em 24 de agosto de 2009, conforme Anexo B.

Abordagem Qualitativa

Apesar de alguns entrevistados abrirem mão da confidencialidade de suas entrevistas, mantivemos o sigilo sobre as informações ou trechos das transcrições que pudessem levar à identificação do entrevistado. Cada entrevistado foi identificado pela expressão “Entrevistado(a) #01, #02, #03 *etc.*”. Também mantivemos sigilo sobre nomes de pessoas citadas pelos entrevistados, a fim de evitar danos a terceiras partes. O sigilo dos nomes se deu pela substituição dos nomes verdadeiros pela expressão “Pessoa X, Y, Z *etc.*”.

As transcrições foram enviadas aos participantes juntamente com o Consentimento para Áudio da Entrevista (Apêndice E) para assinatura. O retorno do email sem nenhuma objeção era a condição para o termo ser considerado assinado.

⁴⁵ “Given these deleterious effects on response rate of requiring a respondent's signature to document consent, we would argue that such a signature should almost never be required. Such a signed consent form protects the institution rather than the respondent.

Relaxing the requirement for a signature does not imply relaxing the requirement for adequately informing respondents of potential risks and of the voluntary nature of their participation. On the contrary, when surveys carry more than minimal risk, much more scrutiny is warranted of whether enough information is provided to respondents, whether they understand what they are being told, and whether they are given enough time to make an informed judgment about whether or not to participate. The situation is quite otherwise when risk is minimal or nonexistent. Under those circumstances, answering the survey questions is probably sufficient evidence that the respondent's "consent" has, in fact, been both voluntary and informed.”

4 ANÁLISE DOS DADOS DA ABORDAGEM QUANTITATIVA

O objetivo geral deste estudo é examinar o posicionamento dos pesquisadores em contabilidade em relação à má conduta na pesquisa contábil, iniciando pela identificação da sua real existência, frequência com que ocorre e os fatores e a intensidade desses, e que influenciam a má conduta. A organização desta seção, a fim de realizar o objetivo geral declarado, foi feito de acordo com os objetivos específicos.

4.1 Características demográficas e acadêmicas

A Tabela 1 mostra as informações demográficas dos participantes da pesquisa. A amostra é caracterizada principalmente por jovens pesquisadores. É possível notar que 61,10% dos participantes tinham mestrado (concluído e em curso) e doutorado em Contabilidade em curso, esse percentual tornou-se ainda maior (72,9%) se adicionarmos aqueles com doutorado em curso em outras áreas. Esse perfil também é confirmado pelo tempo de envolvimento que eles tinham com o processo da pesquisa. Um pouco mais de 67% deles tinham até 9 anos de envolvimento. Mais da metade da amostra (61%) assume ambas as condições simultaneamente, mestrado (concluído e em curso) e doutorado em curso (Contabilidade e outras áreas) com até 9 anos de envolvimento com a pesquisa. Isso parece consistente com a soma dos prazos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* praticados no Brasil mais algum interstício entre o término e começo de um outro programa. Esse público de fato parece ser o perfil do referido congresso sediado em uma Universidade, a qual é também sua promotora, com forte apelo à pesquisa e presença de alunos dos seus programas.

É importante notar que 88% de todos os participantes eram professores universitários, mas apenas 19% do total da amostra estavam vinculados a um programa *stricto sensu* e, entre esses, 81,2% tinham maior vinculação com instituições públicas e os demais, 18,8%, com instituições privadas. Dos professores não vinculados a um programa *stricto sensu* (69%), 67,2% estavam vinculados a instituições públicas, enquanto 32,8% vinculados a instituições privadas.

A elevada porcentagem de participantes de Universidades públicas (70,6%), docentes ou não, vinculados ou não a um programa de pós-graduação, confirma o que já se esperava, pois tradicionalmente é a Universidade pública a responsável pela maior parte das pesquisas brasileiras e, portanto, é mais provável encontrar esse perfil em eventos científicos.

Tabela 1 – Características Demográficas e Acadêmicas dos Participantes

Características	$\bar{x}$ (s)	Min-Max	n	(%)
Gênero			85	100,0
Masculino			55	67,7
Feminino			30	35,3
Faixa etária			85	100,0
≤30 anos			11	12,9
30 a 50 anos			66	77,6
> 50 anos			8	9,4
Status acadêmico			84	100,0
Professor vinculado a programa de pós-graduação (Mestrado/Doutorado)			16	19,0
Professor de ensino superior não vinculado a programa de pós-graduação (Mestrado/Doutorado)			58	69,0
Não é professor do Ensino Superior			10	12,0
Tipo de instituição vinculada com maior dedicação (como estudante, professor ou pesquisador)			85	100,0
Pública			60	70,6
Privada			25	29,4
Maior grau de formação			85	100,0
Mestrado em Contabilidade em curso			20	23,5
Mestrado em Contabilidade concluído			16	18,8
Doutorado em Contabilidade em curso			16	18,8
Doutorado em Contabilidade concluído			12	14,1
Pós-Doctor em Contabilidade em curso			1	1,2
Pós-Doctor em Contabilidade concluído			2	2,4
Mestrado em Outra Área concluído			5	5,9
Doutorado em Outra Área em curso			5	5,9
Doutorado em Outra Área concluído			7	8,2
Pós-Doctor em Contabilidade concluído			1	1,2
Tempo de Envolvimento com Pesquisa	7,46(5,1)	1 - 30	84	100,0
1 a 4 anos	2,8(1,2)	1 - 4	27	32,2
5 a 9 anos	6,4(1,3)	5 - 9	30	35,7
≥ 10 anos	13,3(4,5)	10 - 30	27	32,1

4.2 Identificar a existência de má conduta na pesquisa em contabilidade com base no conhecimento direto (ou indireto) do pesquisador

É a partir desse objetivo que se torna possível conduzir um estudo sobre má conduta na pesquisa. Como observado em outro momento do texto, Davis (1999, p.55) declarou que para pesquisar má conduta é preciso identificar a real existência de um problema de má conduta ou mesmo a impressão dele.

Foi possível a identificação da existência de má conduta na pesquisa por meio do Questionário sobre Ética no Processo da Pesquisa Científica (coluna B), no qual se perguntou ao participante se ele tinha conhecimento, direta ou indiretamente, da ocorrência de má conduta na área contábil. Conforme a Tabela 2 mostra, há razão para se acreditar que má conduta é um problema existente, pois, ainda que o participante não esteja respondendo sobre si mesmo, ele responde sobre o que ele ouviu ou viu acontecer.

Para ajudar na interpretação e comparação dos resultados, tomamos a média dos escores (baseada nos escores da escala de 1 a 4, onde nunca=1 e frequentemente=4) atribuídos por todos os participantes para cada comportamento cuja ocorrência era conhecida, direta ou indiretamente.

Condutas relativas à Coautoria

Conforme havíamos afirmado, todos os comportamentos presentes no questionário são inapropriados ou moralmente errados, conforme levantamento realizado em 2007. É importante ressaltar que se está analisando, na Tabela 2, o conhecimento dos participantes sobre esses comportamentos, em outras palavras, está-se analisando comportamentos que realmente ocorreram, quer vistos por eles quer conhecidos por meio de terceiras partes, normalmente um colega pesquisador, e não os que eles creem ter ocorrido.

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas do Conhecimento da Frequência das Condutas

Condutas do Pesquisador	Frequências das Respostas					Conhecimento de que Ocorreu ^b $\bar{X} (s)$
	1 n (%)	2 n (%)	3 n (%)	4 n (%)	5 n (%)	
Condutas relativas à Coautoria						
Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir	5(6,0)	13(15,7)	28(33,7)	34(41,0)	3(3,6)	3,14(0,91)
Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribuiu para a construção do trabalho, é incluído entre os autores	15(18,5)	9(11,1)	17(21,0)	20(24,7)	20(24,7)	2,69(1,18)
Um professor usa parte do trabalho feito por alunos para compor uma publicação sem dar crédito aos referidos estudantes	20(24,7)	14(17,3)	19(23,5)	10(12,3)	18(22,2)	2,30(1,09)
A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de uma pesquisa	11(14,3)	10(13,0)	22(28,6)	18(23,4)	16(20,8)	2,77(1,07)
Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes	19(23,5)	20(24,7)	11(13,6)	6(7,4)	25(30,9)	2,07(0,99)
Condutas relativas à Submissão						
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas mudança no título	9(11,0)	14(17,1)	23(28,0)	21(25,6)	15(18,3)	2,84(1,02)
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas pequenas alterações no resumo	16(19,5)	14(17,1)	22(26,8)	14(17,1)	16(19,5)	2,52(1,09)
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos de áreas distintas de conhecimento	22(27,2)	10(12,3)	15(18,5)	12(14,8)	22(27,2)	2,29(1,18)
Condutas relativas aos dados						
Um autor altera dados a fim de que seus resultados se conformem com determinada teoria e/ou aumentem a significância estatística de seus achados	26(33,3)	8(10,3)	10(12,8)	9(11,5)	25(32,1)	2,04(1,18)
Um autor deixa de relatar em um artigo dados e/ou resultados contrários ao que ele esperava	17(21,8)	18(23,1)	11(14,1)	9(11,5)	23(27,1)	2,22(1,07)

Continua..

Condições do Pesquisador						Conhecimento de que Ocorreu ^b $\bar{X} (s)$
Frequências das Respostas ^a						
1 n (%)	2 n (%)	3 n (%)	4 n (%)	5 n (%)		
Condições relativas a Referências/Citações						
Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito	10(12,7)	19(24,1)	19(24,1)	18(22,8)	13(16,5)	2,68(1,04)
Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos	11(13,6)	14(17,3)	14(17,3)	25(30,9)	17(21,0)	2,83(1,14)
Um avaliador se apropria de ideias expostas em artigo rejeitado	28(35,9)	8(10,3)	7(9,0)	4(5,1)	31(39,7)	1,71(1,02)
Um pesquisador ouve uma ideia de investigação de um colega e apropria-se dela sem o conhecimento do pesquisador dono da ideia	21(25,6)	22(26,8)	13(15,9)	9(11,0)	17(20,7)	2,15(1,03)
Condições relativas aos Pares/Comitê de Ética						
Um autor nega acesso aos seus dados para a pesquisa de outro investigador	18(22,8)	14(17,7)	12(15,2)	13(16,5)	22(27,8)	2,35(1,16)
Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado	29(36,7)	12(15,2)	4(5,1)	8(10,1)	26(32,9)	1,83(1,11)
Um pesquisador realiza pesquisa com seres humanos e NÃO submete o projeto de pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa	25(31,2)	7(8,8)	4(5,0)	12(15,0)	32(40,0)	2,06(1,28)

^a Respondentes classificaram cada comportamento numa escala de 1 a 5, com 1=Nunca, 2=Raramente, 3=Ocasionalmente, 4=Freqüentemente e 5=Não Sei.

^b Ter conhecimento de que a conduta ocorreu teve as estatísticas calculadas levando em consideração os itens de 1 a 4 da escala (HILL, 2005, p.131).

Segundo a Tabela 2, grupo relativo à coautoria, os participantes têm conhecimento de que todos os comportamentos já ocorreram, mas não com muita frequência (raramente ou ocasionalmente), isso pode ser notado nos comportamentos onde $2 \leq \bar{x} < 4$. ‘Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir’ tem especial relevo, pois 41% dos respondentes disseram ser essa a situação experienciada mais frequentemente. Esse comportamento, diferente dos outros, apresentou menor frequência entre os que nunca (6%) tomaram conhecimento e os que não sabem (3,6%), reforçando um comportamento com bastante ocorrência. Dentre os comportamentos de todos os grupos da Tabela 2, esse apresentou menor Coeficiente de Variação (29%), indicando uma dispersão média, por conseguinte, uma maior concordância entre os participantes de que presentear autoria é algo frequente na pesquisa contábil.

A porcentagem dos que responderam frequentemente para a má conduta – ‘Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribui para a construção do trabalho, é incluído entre os autores’ – excedeu 24%. Juntamente com ‘Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir’ constitui uma categoria daqueles comportamentos que visam presentear coautoria e são os mais frequentes, isso é bastante grave. A gravidade é ainda maior se considerarmos que nesses comportamentos não existe o problema sequer da dúvida se o nível de contribuição feita pelo pesquisador-colaborador o legitimaria para ser um coautor. É rodízio acordado entre os autores e/ou afagos, sem qualquer dilema.

A porcentagem dos que responderam frequentemente para as más condutas – ‘Um professor usa parte do trabalho feito por alunos para compor uma publicação sem dar crédito aos referidos estudantes’ (12,3%), ‘A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de uma pesquisa’ (23,4%) e ‘Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes’ (7,4%) – excedeu 7%, não obstante, esses comportamentos apresentaram maiores frequências entre os que nunca tomaram conhecimento (24,7%, 14,3% e 23,5%, respectivamente) e os que não sabem (22,2%, 20,8% e 30,9%, respectivamente), indicando uma baixa frequência.

Condutas relativas à Submissão

No grupo relativo à submissão (Tabela 2), os participantes têm conhecimento de que todos os comportamentos já ocorreram, mas não com muita frequência (raramente ou ocasionalmente), isso pode ser notado em todos os comportamentos desse grupo, onde $2 \leq \bar{x} < 4$. ‘Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas mudança no título’ (25,6%) tem maior frequência dentre todos do grupo. Apesar da alta dispersão medida pelo Coeficiente de Variação (36%), é a menor verificada dentro do grupo.

A porcentagem dos que responderam frequentemente para as más condutas – ‘Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas pequenas alterações no resumo’ (17,1%) e ‘Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos de áreas distintas de conhecimento’ (14,8%) – excedeu 14%, não obstante, esses comportamentos apresentaram maiores frequências entre os que nunca tomaram conhecimento (19,5% e 27,2%, respectivamente) e os que não sabem (19,5% e 27,2%, respectivamente), indicando uma baixa frequência.

Todos os comportamentos apresentaram dispersão elevada ($CV > 30\%$).

Condutas relativas aos dados

Os dois comportamentos desse grupo (Tabela 2) apresentaram maiores frequências entre os que nunca tomaram conhecimento (33,3% e 21,8%) e os que não sabem (32,1% e 27,1%) indicando uma baixa frequência, isso pode também ser examinado pela média um pouco maior que 2, indicando que os participantes têm conhecimento de que todos os comportamentos já ocorreram, mas não com muita frequência, notadamente mais raramente que ocasionalmente.

Todos os comportamentos apresentaram elevada dispersão ($CV > 30\%$).

Condutas relativas a Referências/Citações

Os participantes desse grupo (Tabela 2) têm conhecimento de que todos os comportamentos já ocorreram, mas não com muita frequência (raramente ou ocasionalmente), isso pode ser

notado nos comportamentos onde $2 \leq \bar{x} < 4$. Os dois primeiros comportamentos, ‘Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito’ e ‘Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos’, ocorrem mais ocasionalmente que raramente, enquanto os dois últimos, ‘Um avaliador se apropria de ideias expostas em artigo rejeitado’ e ‘Um pesquisador ouve uma ideia de investigação de um colega e apropria-se dela sem o conhecimento do pesquisador dono da ideia’ ocorrem mais raramente que ocasionalmente.

Os dois primeiros comportamentos foram os mais frequentemente conhecidos na Contabilidade pelos participantes (22,8% e 30,9%, respectivamente).

Os dois últimos comportamentos foram conhecidos pelos participantes em 5,1% e 11% das vezes, respectivamente, não obstante, esses comportamentos apresentaram maiores frequências entre os que nunca tomaram conhecimento (35,9% e 25,6%, respectivamente) e os que não sabem (39,7% e 20,7%, respectivamente), indicando uma baixa frequência.

Todos os comportamentos apresentaram elevada dispersão ($CV > 30\%$).

Condutas relativas aos pares/comitê de ética

No grupo relativo aos pares e ao comitê de ética (Tabela 2), os participantes têm conhecimento de que todos os comportamentos já ocorreram, mas não com muita frequência (raramente ou ocasionalmente), isso pode ser notado em todos os comportamentos desse grupo, onde $2 \leq \bar{x} < 4$.

A porcentagem dos que responderam frequentemente para as más condutas – ‘Um autor nega acesso aos seus dados para a pesquisa de outro investigador’ (16,5%), ‘Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado’ (10,1%) e ‘Um pesquisador realiza pesquisa com seres humanos e NÃO submete o projeto de pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa’ (15%) – excedeu 10%, não obstante, esses comportamentos apresentaram maiores frequências entre os que nunca tomaram conhecimento (22,8%, 36,7% e 31,2%, respectivamente) e os que não sabem (27,8%, 32,9% e 40,0%, respectivamente), indicando uma baixa frequência.

Todos os comportamentos apresentaram elevada dispersão ($CV > 30\%$).

4.3 Identificar a crença dos pesquisadores em Contabilidade quanto à frequência com que a má conduta na pesquisa contábil ocorre

A impressão de que a má conduta existe, conforme comentou Davis (1999, p.55), foi captada, também, por meio do Questionário sobre Ética no Processo da Pesquisa Científica (coluna A), no qual se perguntou aos participantes se eles acreditavam na ocorrência de má conduta na área (Tabela 3).

Também para ajudar na interpretação e comparação dos resultados, tomamos a média dos escores atribuídos por todos os participantes para cada comportamento cuja frequência de ocorrência é apenas uma crença, e apresentamos na antepenúltima coluna da Tabela 3.

Condutas relativas à Coautoria

Segundo a Tabela 3, grupo relativo à coautoria, os participantes acreditam que todos os comportamentos ocorrem, mas não com muita frequência (raramente ou ocasionalmente), isso pode ser notado nos comportamentos onde $2 \leq \bar{x} < 4$. Chama atenção a má conduta ‘Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir’ com 61,2% de ocorrência frequente contra 41% (Tabela 2) dos respondentes que disseram ser essa a situação experienciada mais frequentemente. Esse comportamento apresentou menor frequência entre os que nunca (1,2%) tomaram conhecimento e os que não sabem (1,2%), confirmando um comportamento com elevada crença de ocorrência. O comportamento apresentou uma dispersão também média ($CV=23\%$), indicando uma concordância maior entre os participantes que acreditam que essa má conduta ocorre mais frequentemente na pesquisa contábil do que ocasionalmente ($\bar{x}=3,46$).

Tabela 3 - Estatísticas Descritivas da Crença da Frequência de Ocorrência das Condutas

Condutas do Pesquisador	Frequências das Respostas					Crença de Ocorrência ^b $\bar{x}$ (s)	Conhecimento de que Ocorreu ^b $\bar{x}$ (s)
	1 n (%)	2 n (%)	3 n (%)	4 n (%)	5 n (%)		
Condutas relativas à Coautoria							
Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir	1(1,2)	11(13,8)	18(22,5)	49(61,2)	1(1,2)	3,46(0,78)	3,14(0,91)
Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribuiu para a construção do trabalho, é incluído entre os autores	10(12,2)	10(12,2)	21(25,6)	28(34,1)	13(15,9)	2,97(1,07)	2,69(1,18)
Um professor usa parte do trabalho feito por alunos para compor uma publicação sem dar crédito aos referidos estudantes	8(9,8)	13(15,9)	27(32,9)	15(18,3)	19(23,2)	2,78(0,96)	2,30(1,09)
A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de uma pesquisa	5(6,1)	12(14,6)	30(36,6)	23(28,0)	12(14,6)	3,01(0,89)	2,77(1,07)
Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes	7(8,5)	23(28,0)	19(23,2)	11(13,4)	22(26,8)	2,57(0,93)	2,07(0,99)
Condutas relativas à Submissão							
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas mudança no título	5(6,2)	11(13,6)	27(33,3)	29(35,8)	9(11,1)	3,11(0,91)	2,84(1,02)
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas pequenas alterações no resumo	9(11,1)	16(19,8)	22(27,2)	22(27,2)	12(14,8)	2,83(1,03)	2,52(1,09)
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos de áreas distintas de conhecimento	7(8,5)	12(14,6)	30(36,6)	16(19,5)	17(20,7)	2,85(0,92)	2,29(1,18)
Condutas relativas aos dados							
Um autor altera dados a fim de que seus resultados se conformem com determinada teoria e/ou aumentem a significância estatística de seus achados	10(11,8)	23(27,1)	16(18,8)	18(21,2)	18(21,2)	2,63(1,04)	2,04(1,18)
Um autor deixa de relatar em um artigo dados e/ou resultados contrários ao que ele esperava	5(6,0)	23(27,7)	27(32,5)	16(19,3)	12(14,5)	2,76(0,89)	2,22(1,07)

Continua...

Conduitas do Pesquisador	Frequências das Respostas ^a					Crença de Ocorrência ^b $\bar{x}$ (s)	Conhecimento de que Ocorreu ^b $\bar{x}$ (s)
	1	2	3	4	5		
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)		
Conduitas relativas a Referências/Citações							
Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito	6(7,1)	19(22,6)	26(31,0)	28(33,3)	5(6,0)	2,96(0,95)	2,68(1,04)
Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos	5(6,1)	11(13,4)	21(25,6)	36(43,9)	9(11,0)	3,21(0,94)	2,83(1,14)
Um avaliador se apropria de ideias expostas em artigo rejeitado	12(14,1)	16(18,8)	17(20,0)	10(11,8)	30(35,3)	2,45(1,03)	1,71(1,02)
Um pesquisador ouve uma ideia de investigação de um colega e apropria-se dela sem o conhecimento do pesquisador dono da ideia	9(11,1)	14(17,3)	38(46,9)	9(11,1)	11(13,6)	2,67(0,86)	2,15(1,03)
Conduitas relativas aos Pares/Comitê de Ética							
Um autor nega acesso aos seus dados para a pesquisa de outro investigador	5(6,0)	16(19,0)	25(29,8)	22(26,2)	16(19,0)	2,94(0,93)	2,35(1,16)
Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado	21(25,3)	23(27,7)	11(13,3)	9(10,8)	19(22,9)	2,12(1,03)	1,83(1,11)
Um pesquisador realiza pesquisa com seres humanos e NÃO submete o projeto de pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa	12(14,5)	11(13,3)	9(10,8)	17(20,5)	34(41,0)	2,63(1,20)	2,06(1,28)

^a Respondentes classificaram cada comportamento numa escala de 1 a 5, com 1=Nunca, 2=Raramente, 3=Ocasionalmente, 4=Freqüentemente e 5=Não Sei.

^b A crença de que a conduta ocorre teve as estatísticas calculadas levando em consideração os itens 1 a 4 da escala (HILL, 2005, p.131).

A porcentagem dos que responderam frequentemente para a má conduta – ‘Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribui para a construção do trabalho, é incluído entre os autores’ – excedeu 34%. Denominamos esse comportamento em conjunto com ‘Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir’ como comportamentos que visam presentear (co)autoria, o que torna o problema ainda mais grave.

A porcentagem dos que responderam frequentemente para as más condutas – ‘Um professor usa parte do trabalho feito por alunos para compor uma publicação sem dar crédito aos referidos estudantes’ (18,3%), ‘A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de uma pesquisa’ (28%) e ‘Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes’ (13,4%) – excedeu 13%. Ressalte-se que esses comportamentos, antes nunca conhecidos por 24,7%, 14,3% e 23,5% (Tabela 2) dos respondentes, respectivamente, agora apresentam, como crença, frequências menores (9,8%, 6,1% e 8,5%, respectivamente). Esses respondentes que nunca tomaram conhecimento da ocorrência de tais comportamentos creem que esses são mais frequentes (ocasionalmente e frequentemente), ou seja, creem que ocorrem muito mais (Tabela 3), ainda que tenham menos conhecimento de que de fato ocorreu (Tabela 2).

Condutas relativas à Submissão

No grupo relativo à submissão (Tabela 3), os participantes acreditam que todos os comportamentos ocorrem, mas não com muita frequência (raramente ou ocasionalmente), isso pode ser notado em todos os comportamentos desse grupo, onde $2 \leq \bar{x} < 4$. ‘Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas mudança no título’ (35,8%) tem maior frequência dentre todos do grupo. A dispersão medida pelo Coeficiente de Variação (29%) é a menor verificada dentro do grupo, apresentando uma dispersão média, diferentemente da verificada quando se tomou conhecimento, que se apresentou elevada.

A porcentagem dos que responderam frequentemente para as más condutas – ‘Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas pequenas alterações no resumo’ (27,2%) e ‘Um autor submete um mesmo artigo a dois

periódicos de áreas distintas de conhecimento' (19,5%) – excedeu 19%, não obstante, esses comportamentos apresentaram maiores frequências entre os que nunca tomaram conhecimento (11,1% e 8,5%, respectivamente) e os que não sabem (14,8% e 20,7%, respectivamente), indicando uma baixa frequência. Esses dois comportamentos apresentaram dispersão elevada.

Condutas relativas aos dados

Em relação aos dois comportamentos desse grupo, os participantes (Tabela 3) creem que todos os comportamentos ocorrem, mas não com muita frequência (raramente ou ocasionalmente), isso pode ser notado nos comportamentos onde $2 \leq \bar{x} < 4$. Observa-se que a porcentagem dos que nunca creem (11,8% e 6%, seguindo a ordem na Tabela 3) e os que não sabem (21,2% e 14,5%) caíram em relação aos seus equivalentes na Tabela 2, por conseguinte aumentando a porcentagem dos que creem que tais comportamentos ocorrem. Caiu também a dispersão de ambos os comportamentos, indicando maior homogeneidade entre os participantes.

Condutas relativas a Referências/Citações

Os participantes deste grupo (Tabela 3) creem que todos os comportamentos ocorrem, mas não com muita frequência (raramente ou ocasionalmente), isso pode ser notado nos comportamentos onde $2 \leq \bar{x} < 4$. Os dois primeiros comportamentos, 'Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito' e 'Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos', ocorrem mais ocasionalmente que raramente. As porcentagens em que frequentemente ocorrem, para esses dois comportamentos, são maiores que as registradas quando se tomou conhecimento.

O comportamento 'Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos' tem crença mais homogênea (dispersão é média contra elevada de todos os outros do grupo).

Observem-se as porcentagens dos que nunca acreditam e dos que não sabem que os comportamentos deste grupo ocorrem (exceto ‘Um avaliador se apropria de ideias expostas em artigos rejeitados’), elas são inferiores àquelas registradas quando se tomou conhecimento.

Condutas relativas aos pares/comitê de ética

Quanto ao grupo relativo aos pares e ao comitê de ética (Tabela 3), os participantes creem que todos os comportamentos ocorrem, mas não com muita frequência (raramente ou ocasionalmente), isso pode ser notado em todos os comportamentos deste grupo, onde $2 \leq \bar{x} < 4$.

As porcentagens dos que responderam frequentemente para as más condutas deste grupo apresentaram-se maiores que as registradas quando se tomou conhecimento, exceto ‘Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado’.

Todos os comportamentos apresentaram elevada dispersão.

4.3.1 Teste de diferença entre crença e conhecimento

Na Tabela 4 apresentamos os resultados do teste de *Wilcoxon*. O referido teste foi utilizado para comparar os resultados da frequência com que os participantes conhecem a ocorrência do comportamento (direta ou indiretamente) e o que eles acreditam que ocorre (ou vem ocorrendo). O que se pretende identificar é se há diferença entre a crença que o participante tem da ocorrência do comportamento e seu conhecimento da existência desse mesmo comportamento.

A lógica do teste de *Wilcoxon* é ordenar e classificar as diferenças entre a pontuação (1=nunca a 4=frequentemente) das crenças e a pontuação (1=nunca a 4=frequentemente) do conhecimento, separando-as em diferenças positivas e negativas. Se não existir diferença, esperamos que a média das classificações (*rank* médio) das diferenças seja igual no *ranking* médio positivo e negativo (Tabela 4).

Os testes de *Wilcoxon* apresentaram diferenças significativas entre as médias das classificações, indicando que tais diferenças foram suficientemente grandes para supor que as frequências atribuídas às crenças e ao conhecimento de que as condutas ocorrem eram diferentes. Em todas as condutas, as crenças dos participantes tiveram frequências superiores àquelas registradas no conhecimento dessa mesma conduta. Por exemplo, na conduta ‘Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir’, 24 de 75 participantes atribuíram frequências mais altas às crenças do que quanto ao conhecimento, enquanto 2 participantes apenas atribuíram frequências inferiores, e 49 atribuíram frequências iguais em ambas as posições (crença e conhecimento).

Tabela 4 – Teste de *Wilcoxon* da diferença entre Crença e Conhecimento da Frequência de Ocorrência das Más Condutas

Condutas do Pesquisador(N)	(Crença – Conhecimento)		<i>p-value</i> para o teste de Wilcoxon
	<i>Rank</i> médio negativo(<i>n</i>) ^a	<i>Rank</i> médio Positivo(<i>n</i>) ^b	
<i>Condutas relativas à Coautoria</i>			
Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir (N=75)	16(2)	13,29(24)	0,000
Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribuiu para a construção do trabalho, é incluído entre os autores(N=57)	9,5(3)	11,82(19)	0,001
Um professor usa parte do trabalho feito por alunos para compor uma publicação sem dar crédito aos referidos estudantes(N=54)	9(1)	11,10(20)	0,000
A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de uma pesquisa(N=57)	13(10)	16,05(19)	0,040
Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes (N=50)	9(3)	11,33(18)	0,001

Continua...

Condutas do Pesquisador(N)	(Crença - Conhecimento)		Continuação
	Rank médio negativo(n) ^a	Rank médio Positivo(n) ^b	p-value para o teste de Wilcoxon
Condutas relativas à Submissão			
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas mudança no título(N=62)	10(2)	11,11(19)	0,000
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas pequenas alterações no resumo(N=60)	9(1)	10,58(19)	0,002
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos de áreas distintas de conhecimento(N=54)	21,50(1)	12,65(24)	0,000
Condutas relativas aos dados			
Um autor altera dados a fim de que seus resultados se conformem com determinada teoria e/ou aumentem a significância estatística de seus achados(N=50)	10(1)	12,09(22)	0,000
Um autor deixa de relatar em um artigo dados e/ou resultados contrários ao que ele esperava(N=52)	11(1)	14,12(26)	0,000
Condutas relativas a Referências/Citações			
Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito(N=64)	11(2)	12,64(22)	0,000
Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos(N=60)	11(4)	12,8(20)	0,000
Um avaliador se apropria de ideias expostas em artigo rejeitado(N=42)	8,5(1)	11,12(20)	0,000
Um pesquisador ouve uma ideia de investigação de um colega e apropria-se dela sem o conhecimento do pesquisador dono da ideia(N=58)	15(3)	14,44(25)	0,000
Condutas relativas aos Pares/Comitê de Ética			
Um autor nega acesso aos seus dados para a pesquisa de outro investigador(N=54)	8,5(1)	12,67(23)	0,000
Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado(N=49)	11,5(4)	10,88(17)	0,010
Um pesquisador realiza pesquisa com seres humanos e NÃO submete o projeto de pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa(N=42)	0,0(0)	7,5(14)	0,001

^a O rank é negativo quando a crença é menor que o conhecimento - (n) é o número de participantes que atribuíram uma frequência **maior** ao conhecimento e **menor** à crença.

^b O rank é positivo quando a crença é maior que o conhecimento - (n) é o número de participantes que atribuíram uma frequência **menor** ao conhecimento e **maior** à crença.

Como se pode observar, para todas as comparações realizadas pelo teste de *Wilcoxon*, a frequência da crença em que os comportamentos ocorrem é significativamente maior que a frequência com que eles são conhecidos. A essa diferença creditamos duas possíveis explicações: a primeira delas é que, se nossas crenças são baseadas em nossas experiências,

não esperávamos diferenças significativas, portanto, é provável que os participantes possam ter incluído nas suas crenças alguns de seus próprios comportamentos; a segunda é que o conhecimento fático das más condutas são realmente infrequentes porque não se espera que condutas reconhecidamente reprováveis sejam vistas abertamente ou que o agente nos fale ou conte aos colegas que empreendeu condutas desse tipo.

4.4 Identificar a crença dos pesquisadores quanto aos fatores que influenciam ou incentivam a má conduta na pesquisa e em que grau afetam tal conduta

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos graus de influência que os participantes atribuíram aos fatores. Os fatores foram comparados para detectar diferenças no grau de influência atribuída pelos participantes em cada um dos fatores. Essa comparação foi feita por meio do teste de *Friedman* que examinou se os participantes consideram todos os 7 fatores igualmente influentes no engajamento da má conduta ou se eles consideram pelo menos um dos fatores com mais (ou menos) influência que outros. Isso é importante para identificar que fatores devem merecer atenção nas políticas acadêmicas das instituições de pesquisa.

Tabela 5 - Frequência de Respostas para os Fatores que Influenciam a Má Conduta

Fatores	Não Influencia ^a n (%)	Alguma Influência ^a n (%)	Forte Influência ^a n (%)	Total n	Rank médio para o <i>Friedman test</i>
Necessidade de Publicação.	1(1,2)	12(14,1)	72(84,7)	85	5,34
Pressão por permanência/ promoção/ estabilidade/ cargo.	2(2,4)	34(40,0)	49(57,6)	85	4,46
Necessidade de reconhecimento.	6(7,1)	31(36,9)	47(56,0)	84	4,35
Pressão por obtenção de recursos.	4(4,7)	38(44,7)	43(50,6)	85	4,20
Censura ou punição insuficiente para a prática de má conduta.	6(7,1)	43(50,6)	36(42,4)	85	3,95
Conflito de interesse financeiro.	16(19,0)	45(53,6)	23(27,4)	84	3,21
Falta de clareza do que é má conduta.	38(44,7)	31(36,5)	16(18,8)	85	2,49

^a A crença de que o fator é influente teve as estatísticas calculadas levando em consideração os itens 1 (Não Influencia) a 3 (Forte Influência).

Diferença significativa ($\chi^2 = 128,29, p=0,000$) foi encontrada indicando que os fatores têm graus de influências diferentes, ou seja, o grau de influência atribuída pelos participantes é significativamente diferente entre os fatores incentivadores da má conduta. O teste indicou

que o fator mais influente é ‘Necessidade de publicação’ e o menos influente é ‘Falta de clareza do que é má conduta’.

Para examinar quais fatores diferiram um do outro, testes de *Wilcoxon* foram utilizados, como um teste *Post Hoc* de *Friedman*. Nesse caso a significância foi analisada com base na correção de *Bonferroni*, onde todas as comparações entre os fatores foram testados com um nível de significância de 0,0024⁴⁶.

Conforme os testes de *Wilcoxon* (Apêndice F), ‘necessidade de publicação’ e ‘falta de clareza do que é má conduta’ são os fatores que têm significantes diferenças de grau de influência em relação a todos os fatores, sendo a ‘necessidade de publicação’ o fator com mais forte influência para condutas inapropriadas. A ‘falta de clareza do que é má conduta’ foi o fator com menos influência.

Os fatores ‘Pressão por permanência/promoção/estabilidade/cargo’, ‘Necessidade de reconhecimento’, ‘Pressão por obtenção de recursos’ e ‘Censura ou punição insuficiente para a prática de má conduta’ são equivalentes em termos de grau de influências atribuídas pelos participantes. Os participantes atribuíram a esses fatores a segunda maior influência. Os fatores ‘Falta de clareza do que é má conduta’ e ‘Conflito de interesse financeiro’ são equivalentes entre si e significativamente diferentes dos demais, sendo ambos indicados com menor influência.

4.5 Examinar a relação entre o tempo de envolvimento com a pesquisa e a frequência com que os pesquisadores acreditam e conhecem da ocorrência de má conduta

As Tabelas 6 e 7 apresentam as distribuições, as médias e dispersões das frequências de ocorrência atribuídas a cada comportamento pelo Tempo de Envolvimento na Pesquisa. Para examinar se o conhecimento dos comportamentos, bem como a crença que se tem da ocorrência deles são influenciados pelo Tempo de Envolvimento na Pesquisa, usamos o teste *Kruskal-Wallis (H)*.

⁴⁶ A correção de *Bonferroni* considera como significativas as comparações múltiplas (*Post Hoc*) se a significância do resultado for inferior ao α dividido pelo número de comparações realizadas (FIELD, 2009, p.497). No nosso caso, 21 comparações foram realizadas (ANEXO F), o que implica utilizar um $\alpha = 0,0024$ (0,05/21).

Conforme apresentado na Tabela 6 (última coluna) somente a frequência de *ocorrência conhecida* da má conduta ‘Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado’ apresentou associação significativa ($p=0,017$) com o Tempo de Envolvimento na Pesquisa. Teste *Mann-Whitney (U)* foi usado como um procedimento *Post Hoc* de *Kruskal-Wallis* para acompanhar essa associação. Uma correção de *Bonferroni* foi aplicada e todos os efeitos foram testados com um nível de significância de $0,0167^{47}$. Pareceu que as frequências de ocorrência se alteraram significativamente de 1 a 4 anos até 5 a 9 anos ($p=0,0025$) e de 1 a 4 anos até 10 ou mais anos ($p=0,008$). Foram equivalentes as frequências de ocorrência de 5 a 9 anos até 10 ou mais anos ($p=0,354$). O teste de Jonckheere detectou uma tendência significativa ($p=0,038$, $J-T=574,5$, $Z=2,078$) nos dados de quanto mais tempo de envolvimento mais conhecimento se teve da frequência do comportamento ‘Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado’. Ressalte-se que para os demais comportamentos, embora não significantes, apresentaram também uma tendência positiva, exceto para o comportamento ‘Um autor altera dados a fim de que seus resultados se conformem com determinada teoria e/ou aumentem a significância estatística de seus achados’, que indicou que, quanto mais tempo de envolvimento, menos conhecimento se teve da frequência da ocorrência do referido comportamento ($p=0,738$, $J-T=444,0$, $Z=-0,335$).

⁴⁷ Três comparações foram realizadas, o que implica utilizar um $\alpha = 0,0167$ ($0,05/3$) como crítico. Para mais detalhes do procedimento *Post Hoc* vide subseção 3.7 (Plano de análise) e Field (2009, p.497).

Tabela 6 - Estatísticas Descritivas do Conhecimento da Frequência das Condutas por Tempo de Envolvimento na Pesquisa

Condutas do Pesquisador	Tempo de Envolvimento na Pesquisa						p-Value KW ^b		
	Total		1 a 4 anos		5 a 9 anos			10 ou + anos	
	n	$\overline{X}(\overline{s})^a$	n	$\overline{X}(\overline{s})^a$	n	$\overline{X}(\overline{s})^a$		n	$\overline{X}(\overline{s})^a$
Condutas relativas à Coautoria									
Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir	80	3,14(0,91)	25	2,96(1,06)	29	3,24(0,91)	25	3,24(0,72)	0,584
Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribuiu para a construção do trabalho, é incluído entre os autores	61	2,69(1,18)	20	2,55(1,19)	22	2,64(1,33)	19	2,89(0,99)	0,696
Um professor usa parte do trabalho feito por alunos para compor uma publicação sem dar crédito aos referidos estudantes	63	2,30(1,09)	16	2,25(1,29)	23	2,17(1,11)	23	2,43(0,95)	0,661
A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de uma pesquisa	61	2,77(1,07)	20	2,75(1,12)	20	2,80(1,06)	21	2,76(1,09)	0,992
Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes	56	2,07(0,99)	12	1,92(1,08)	23	2,00(1,00)	21	2,24(0,94)	0,498
Condutas relativas à Submissão									
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas mudança no título	67	2,84(1,02)	21	2,57(1,21)	26	2,92(0,94)	20	3,00(0,92)	0,492
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas pequenas alterações no resumo	66	2,52(1,09)	20	2,45(1,19)	25	2,52(1,05)	21	2,57(1,08)	0,949
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos de áreas distintas de conhecimento	59	2,29(1,18)	21	2,14(1,24)	20	2,45(1,19)	17	2,29(1,16)	0,710
Condutas relativas aos dados									
Um autor altera dados a fim de que seus resultados se conformem com determinada teoria e/ou aumentem a significância estatística de seus achados	53	2,04(1,18)	17	1,88(1,22)	21	2,43(1,21)	15	1,67(0,98)	0,131
Um autor deixa de relatar em um artigo dados e/ou resultados contrários ao que ele esperava	55	2,22(1,07)	17	2,00(1,17)	22	2,41(1,14)	16	2,19(0,83)	0,445

Continua...

Conduitas do Pesquisador	Tempo de Envolvimento na Pesquisa						p-Value KW ^b		
	Total		1 a 4 anos		5 a 9 anos			10 ou + anos	
	n	$\overline{X}(s)^a$	n	$\overline{X}(s)^a$	n	$\overline{X}(s)^a$		n	$\overline{X}(s)^a$
Conduitas relativas a Referências/Citações									
Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito	66	2,68(1,04)	23	2,52(1,20)	23	2,70(1,06)	20	2,85(0,81)	0,689
Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos	64	2,83(1,14)	20	2,65(1,23)	24	2,79(1,18)	20	3,05(1,00)	0,573
Um avaliador se apropria de ideias expostas em artigo rejeitado	47	1,71(1,02)	14	1,43(0,94)	18	1,89(1,13)	15	1,80(0,94)	0,304
Um pesquisador ouve uma ideia de investigação de um colega e apropria-se dela sem o conhecimento do pesquisador dono da ideia	65	2,15(1,03)	18	1,78(1,06)	27	2,30(1,10)	20	2,30(0,87)	0,127
Conduitas relativas aos Pares/Comitê de Ética									
Um autor nega acesso aos seus dados para a pesquisa de outro investigador	57	2,35(1,16)	18	2,06(1,06)	20	2,35(1,31)	19	2,63(1,07)	0,305
Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado	53	1,83(1,11)	14	1,14(0,36)	22	2,14(1,21)	17	2,00(1,17)	0,017
Um pesquisador realiza pesquisa com seres humanos e NÃO submete o projeto de pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa	48	2,06(1,28)	15	1,67(1,11)	19	2,32(1,34)	14	2,14(1,35)	0,318

^a Estatísticas calculadas levando em consideração os itens de 1(nunca) a 4(frequentemente).

^b Valor p do teste Kruskal-Wallis

Conforme apresentado na Tabela 7 (última coluna) somente a frequência de *ocorrência crida* como de má conduta ‘Um pesquisador realiza pesquisa com seres humanos e NÃO submete o projeto de pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa’ apresentou associação significativa ($p=0,041$) com o Tempo de Envolvimento na Pesquisa. De acordo com o teste *Mann-Whitney (U)* pareceu que as frequências de ocorrência se alteraram significativamente⁴⁸ de 1 a 4 anos até 5 a 9 anos ($p=0,009$) e de 5 a 9 anos até 10 ou mais anos ($p=0,031$). Foram equivalentes as frequências de ocorrência de 1 a 4 anos até 10 ou mais anos ($p=0,243$). O teste de Jonckheere não detectou tendência significativa ($p=0,529$, J-T=432,0, Z=0,630) no referido comportamento. Todos os outros comportamentos, embora não significantes, apresentaram uma tendência positiva, exceto também para o comportamento ‘Um autor altera dados a fim de que seus resultados se conformem com determinada teoria e/ou aumentem a significância estatística de seus achados’, que indicou que, quanto mais tempo de envolvimento, menos se crê na frequência da ocorrência do referido comportamento ($p=0,670$, J-T=710,0, Z= **-0,420**).

⁴⁸ Analisamos a significância com $\alpha = 0,0167$. Para mais detalhes do procedimento *vide* subseção 3.7 (Plano de Análise) e Field (2009, p.497).

Tabela 7 - Estatísticas Descritivas da Crença da Frequência de Ocorrência das Condutas por Tempo de Envolvimento na Pesquisa

Condutas do Pesquisador		Total		1 a 4 anos		5 a 9 anos		10 ou + anos		p-Value KW ^b
		$\bar{x}(\bar{s})^a$	n	$\bar{x}(\bar{s})^a$	n	$\bar{x}(\bar{s})^a$	n	$\bar{x}(\bar{s})^a$	n	
Condutas relativas à Coautoria										
Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir		79	3,46(0,78)	27	3,33(0,92)	27	3,56(0,64)	24	3,46(0,78)	0,706
Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribuiu para a construção do trabalho, é incluído entre os autores		69	2,97(1,07)	23	2,74(1,29)	24	3,00(1,06)	21	3,24(0,77)	0,551
Um professor usa parte do trabalho feito por alunos para compor uma publicação sem dar crédito aos referidos estudantes		63	2,78(0,96)	20	2,55(1,15)	20	2,75(1,07)	22	3,00(0,62)	0,474
A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de uma pesquisa		70	3,01(0,89)	23	2,87(0,92)	26	2,96(0,87)	21	3,24(0,89)	0,309
Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes		60	2,57(0,93)	16	2,56(0,96)	23	2,52(0,99)	21	2,62(0,87)	0,902
Condutas relativas à Submissão										
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas mudança no título		72	3,11(0,91)	23	2,96(1,15)	28	3,11(0,83)	21	3,29(0,72)	0,737
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas pequenas alterações no resumo		69	2,83(1,03)	21	2,76(1,18)	25	2,80(1,00)	23	2,91(0,95)	0,938
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos de áreas distintas de conhecimento		65	2,85(0,92)	22	2,73(0,99)	22	2,86(0,94)	20	2,90(0,85)	0,901
Condutas relativas aos dados										
Um autor altera dados a fim de que seus resultados se conformem com determinada teoria e/ou aumentem a significância estatística de seus achados		67	2,63(1,04)	20	2,50(1,15)	25	2,92(1,12)	22	2,41(0,80)	0,204
Um autor deixa de relatar em um artigo dados e/ou resultados contrários ao que ele esperava		71	2,76(0,89)	22	2,55(1,01)	25	2,96(0,94)	24	2,75(0,68)	0,252

Continua...

Condutas do Pesquisador	Continuação					
	Total		1 a 4 anos		5 a 9 anos	
	<i>n</i>	$\bar{X}(s)^a$	<i>n</i>	$\bar{X}(s)^a$	<i>n</i>	$\bar{X}(s)^a$
Condutas relativas a Referências/Citações						
Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito	79	2,96(0,95)	27	2,74(1,13)	25	2,92(0,76)
Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos	73	3,21(0,94)	23	3,00(1,13)	27	3,26(0,86)
Um avaliador se apropria de ideias expostas em artigo rejeitado	55	2,45(1,03)	16	2,06(1,12)	20	2,80(1,11)
Um pesquisador ouve uma ideia de investigação de um colega e apropria-se dela sem o conhecimento do pesquisador dono da ideia	70	2,67(0,86)	23	2,39(1,03)	24	2,75(0,79)
Condutas relativas aos Pares/Comitê de Ética						
Um autor nega acesso aos seus dados para a pesquisa de outro investigador	68	2,94(0,93)	23	2,65(1,03)	23	3,13(0,82)
Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado	64	2,12(1,03)	20	1,85(1,04)	23	2,26(1,05)
Um pesquisador realiza pesquisa com seres humanos e NÃO submete o projeto de pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa	49	2,63(1,20)	16	2,19(1,17)	18	3,17(1,15)

^a Estatísticas calculadas levando em consideração os itens de 1 (nunca) a 4 (frequentemente).

^b Valor *p* do teste Kruskal-Wallis

p-Value
KW^b

5 DISCUSSÃO DA ANÁLISE QUALITATIVA À LUZ DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS

Nosso objetivo com a análise qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas, era obter dos pesquisadores experientes reflexões e considerações relativas a má conduta na pesquisa contábil, possíveis razões da ocorrência delas e recomendações para que elas sejam desencorajadas.

Conforme descrito na metodologia deste estudo, apresentamos uma lista de sete comportamentos mais frequentemente citados no *survey* para que os entrevistados tivessem apenas uma referência das possíveis más condutas na pesquisa. Os comportamentos listados foram:

- Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir (Conduta de coautoria).
- Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribuiu para a construção do trabalho, é incluído entre os autores (Conduta de coautoria).
- A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de uma pesquisa (Conduta de Coautoria).
- Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes (Conduta de coautoria).
- Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas pequenas alterações no resumo (Conduta de submissão).
- Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito (Conduta de referências/citações).
- Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos. (Conduta de referências/citações).

Não obstante os comportamentos acima tivessem apenas o propósito de exemplificar, foram seguidos quase que estritamente pelos entrevistados nas suas considerações. Isso limitou a reflexão dos entrevistados sobre o problema da má conduta na pesquisa contábil, bem como a descoberta de novos comportamentos não incluídos no *survey*. Apesar disso, os dados qualitativos revelaram algumas possíveis razões para empreender más condutas e possíveis meios para desencorajá-las.

Agrupamos as análises em três categorias principais extraídas do roteiro da entrevista e que compreenderam os objetivos do estudo examinados no *survey*, são elas: reflexões sobre má conduta, razões ou fatores que conduzem à má conduta e recomendações para desencorajar má conduta.

Em relação à categoria reflexões, dividimos as análises em subcategorias semelhantes às da análise quantitativa, ou seja, reflexões sobre (co)autoria, submissão e referências/citações. As referidas subcategorias foram assim definidas porque sete dos oito entrevistados centraram suas reflexões nos sete comportamentos exemplificados na lista e que puderam ser agrupados nas três subcategorias referidas acima. Já em relação à categoria razões ou fatores que conduzem à má conduta, dividimos em subcategorias de acordo com as alternativas da questão de mesmo conteúdo coletada no *survey*. A categoria recomendações para desencorajar má conduta não foi uma questão abordada no *survey*, por esta razão suas (sub)categorias seguem a tradicional análise de conteúdo, na qual as categorias foram determinadas em função da frequência das recomendações mais citadas.

Reflexões sobre má conduta

De uma forma geral, a maioria dos pesquisadores experientes mostrou concordância quanto às suas crenças e/ou conhecimentos sobre a ocorrência das sete más condutas apresentadas. Essa concordância pode ser resumida pelas seguintes passagens:

Eu considero o seguinte: [...] essas coisas [*condutas*] são reais, elas são verdadeiras. Quer dizer, eu não acho que elas sejam fruto da imaginação dos pesquisadores que responderam. Isso realmente acontece. Eu, pessoalmente, acho que não cometo nenhuma dessas coisas. Até porque, para mim, essas coisas são absolutamente inaceitáveis. (**Entrevistado(a) #03**):

Poderíamos tentar pensar em alguns [*comportamentos*] que são mais graves do que outros. Mas, de certa forma, essa lista representa ações que são muito condenáveis de uma forma geral. Se a gente pensar, o rótulo que quiser dar, do ponto de vista de ética, desonestidade acadêmica, o que

for, esse extrato com sete itens aqui, realmente tem sentido. Todos são muito graves. Então, a minha impressão é que essas coisas acontecem de alguma forma. **(Entrevistado(a) #05)**

Eu acho que dentro desses sete itens [...] têm coisas que acontecem, que devem acontecer. Eu acredito, pela experiência de estar junto a muitos pesquisadores, [...] que *[essas condutas]* podem acontecer com mais frequência, [...] com certeza ocorrem com mais frequência. Aliás, eu acho que tudo aqui ocorre, [...] tem coisas que ocorrem com muita frequência e tem coisas que acontecem com baixa frequência. **(Entrevistado(a) #04)**

Apesar de reconhecerem que os comportamentos ocorrem, a intensidade com que ocorrem não foi expressada pela maior parte dos entrevistados, talvez porque as más condutas não sejam frequentes na pesquisa contábil. Essa posição apoia as análises dos dados quantitativos que apresentaram frequência rara ou ocasional para o conjunto das condutas analisadas. Esse resultado também é apoiado por Bayley, Hasselback e Karcher (2001) que encontraram uma porcentagem relativamente pequena de 3,7% de artigos afetados por alguma prática de má conduta autorreportada por pesquisadores americanos mais prolíficos e, estimaram, por meio da opinião desses mesmos pesquisadores, que aproximadamente 21% dos artigos de outros pesquisadores foram afetados por má conduta.

Reflexões sobre (co)autoria

Talvez pelo maior número de comportamentos presentes nessa subcategoria, a maior parte das suas reflexões se concentrou nesse grupo. As condutas de coautoria se manifestaram nas falas dos entrevistados por vezes pela experiência, por vezes pela crença dos entrevistados em que tais condutas ocorrem.

Em relação a “Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir”, a intensidade da ocorrência dessa conduta é variável entre os entrevistados, indo de uma indecisão quanto a sua ocorrência até sua bastante frequência:

Eu acredito que tem alguns alunos que põem nomes de professores sem consultá-los. Certo? Eu já tive esse problema uma vez. Quer dizer, alunos que colocaram meu nome em um trabalho que, inclusive, foi aprovado e que eu nunca coloquei no meu *curriculum lattes*. Eu fui avisado que o meu nome estava depois do trabalho aprovado. Então esse é um trabalho que não está no meu *curriculum lattes*. **(Entrevistado(a) #03)**

Eu acredito que isso deva acontecer com uma certa frequência, por um motivo simples, as pessoas estão, digamos assim, como elas fazem núcleos de relacionamento, grupos de pesquisa. Então, eu acho que isto acontece com bastante frequência. **(Entrevistado(a) #04)**

Infelizmente, a gente percebe que isso existe. **(Entrevistado(a) #01)**

[...] vejo muito isso em trabalho de alunos e tal. Mas, eu não me deparei com esse tipo de coisa na publicação da área. **(Entrevistado(a) #06)**

A conduta “Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribuiu para a construção do trabalho, é incluído entre os autores” é semelhante à conduta anterior, pois em ambas a coautoria se estabelece de forma ilegítima sem provocar qualquer questionamento sobre o que caracteriza uma coautoria e ambas têm a mesma finalidade, aumentar o número de publicações de pelo menos um autor. Mas, diferentemente do primeiro, este tem o apelo de impressionar editores de revistas científicas e congressos, conforme ilustrado pelas seguintes passagens:

[...] para congresso, eu acho que não traria nenhum impacto, porque os congressos, pelo menos que eu participe, são *blind* [...] Agora, nos periódicos, o editor sabe. Então, eu estou entendendo, estou imaginando que o único motivo para ele fazer isso é impressionar um editor **(Entrevistado(a) #07)**

Aqui, eu acho meio estranho porque, via de regra, os bons periódicos e os bons eventos, ou seja, aqueles que são Qualis, os avaliadores não sabem quem são os autores. [...]. Talvez, para dar uma maior notoriedade ao trabalho, caso ele seja aprovado **(Entrevistado(a) #09)**

[...] eu não sei como é que eles incluíram nome de prestígio, por que é *blind review*? **(Entrevistado(a) #09)**

Então, aqui, talvez, a decorrência natural... Tem o lado positivo e o lado negativo da crítica. A decorrência natural é que a pessoa não compreende o *double blind review*. A contraposição disso é que a gente sabe que o editor conhece. Não há *double blind review* pleno: o editor conhece. Então, aqui tem uma discussão grande nesse ponto. Não é tão preto e branco assim. Aqui tem uma discussão grande, principalmente em publicação internacional, onde você já tem, pelo uso da língua não nativa, uma fonte de percepção de que a pessoa vem de uma outra academia e você tem a figura de que o editor conhece quem está mandando e quem está corrigindo. E o editor, de certa forma, é um ser humano, ele pode sofrer alguns vieses. Essa é uma tese que eu acredito... Tem muita gente que condena essa tese, que diz que isso não existe etc. Eu, particularmente, acredito que ela precisa ser contemplada. Não generalizando, mas ela precisa ser contemplada: não existe *double blind review* pleno. **(Entrevistado(a) #04)**

As passagens acima revelaram que os entrevistados acreditam no *Blind Review*, ainda que um deles não plenamente, mas essa visão não é compartilhada pelos pesquisadores investigados no *survey*, pois, para 45,7% e 59,7% desses, conhecem e creem, respectivamente, que essa conduta é perpetrada ocasionalmente ou frequentemente. Uma possível explicação para essa visão contraditória é que os entrevistados desempenham ou desempenharam os papéis de revisores e/ou editores e nisso estão baseadas suas convicções, entretanto a academia não comunica eficazmente a seus pesquisadores partes do processo da pesquisa, por exemplo, como se dá o processo de publicação e quem são seus *players*.

“A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de uma pesquisa” e “Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes” são condutas que geraram maior discussão, pois elas estabelecem o problema do critério ou requisitos para legitimar uma coautoria. A primeira conduta está associada à segunda e as reflexões dos entrevistados são feitas em conjunto.

A conduta “Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes” traz a questão da legitimidade para ser um coautor. É um problema levantado pela maioria dos entrevistados. Há diferentes formas de estabelecer essa relação, alguns acreditam que uma definição prévia dos papéis, ou a leitura e o entendimento do artigo os credenciam como um coautor:

Quer dizer, eu participo de trabalhos com os meus alunos? Claro que participo. Mas sempre desde que eu leia o trabalho, desde que eu tenha alguma condição de dizer pelo menos: “*-Eu concordo com o que está aqui e eu vou fazer essa alteração ou eu saberia explicar isso algum dia se alguém me perguntar.*” Se eu tiver alguma dúvida sobre isso, eu fico fora. **(Entrevistado(a) #03)**

Olha, o menor nível de participação que legitima, [...] na minha visão, seria aquele camarada que entre os membros do grupo de pesquisa, tem a maior experiência, tem o maior domínio e [...] durante o processo, participa questionando, lendo, questionando e debatendo com os demais membros. Ele não está participando diretamente da pesquisa, assim, de colocar a mão na massa, mas ele [...] lê [*o manuscrito*], [...] critica, [...] sugere aprofundamento, por exemplo, em revisões, [...] sugere outro tipo de abordagem para a discussão quantitativa, qualitativa. E não está participando, ele não fez revisão de literatura, não foi em campo, nem está rodando os dados estatísticos, se for o caso, mas ele tem aquela sabedoria, um professor experiente, que está lendo os relatórios da pesquisa e está, digamos assim, fazendo [...] uma severa crítica. **(Entrevistado(a) #04)**

Eu acho que, assim, minimamente pensando em tendência, futuro, uma forma de você começar a mudar isso é, pelo menos, ter a indicação *ex-ante*. Ou seja, antes de começar qualquer projeto de pesquisa, ter uma definição de quem vai fazer o quê e de como a relação de autoria vai acontecer. Então, aí as pessoas sabem do que se trata e não têm surpresas. Se eu vou pedir para alguém fazer uma coleta de dados e julgo que aquela participação não é [...] tão relevante em relação ao todo da pesquisa, eu vou dizer: “*-Olha, você vai fazer isso e isso. Não vai aparecer como autor. Você vai aparecer como acknowledgement ou algo parecido.*” **(Entrevistado(a) #05)**

A definição prévia resolve a questão. Ninguém trabalha sem saber se está no grupo de coautoria ou não. **(Entrevistado(a) #07)**

Essa postura segue uma das orientações de Roig (2011, p.36), segundo a qual a autoria deve ser discutida antes de a pesquisa ser realizada e deve ser baseada em guias de orientações estabelecidos institucionalmente.

Apesar de essa relação se dar de diferentes formas, alguns parecem ter certeza de que uma forma não pode legitimar a coautoria, a simples leitura acompanhada de pequenas sugestões de mudanças:

Eu me lembro de um caso recente, em que a pessoa fez um trabalho aqui no Brasil e juntou colaboração lá de algumas pessoas e submeteu a um autor no exterior. Ele olhou o trabalho, viu, tinha uma ou outra contribuição e depois voltou e o brasileiro falou assim: “-*Eu vou colocar o seu nome.*” Ele falou: “-*Não, eu não quero que coloque o meu nome, porque eu não ajudei efetivamente a fazer o trabalho e já tem algumas pessoas, que certamente colaboraram muito mais que eu.*” Então, eu acho que esse é um procedimento exemplar, não é porque você leu o trabalho, que se você manda adicionar uma vírgula [...]. **(Entrevistado(a) #01)**

[...] um trabalho que eu nem li e que vou participar ou que eu não dei nenhuma colaboração e que vou participar. Isso, eu acho que é antiético [...]. **(Entrevistado(a) #04)**

Eu tive um conflito uma vez com duas pessoas, porque eu fiz um trabalho com uma delas e, de repente, combinamos que essa pessoa submeteria o trabalho para um congresso. Eu fui ver se tinha sido submetido e eu descobri que tinha aparecido um terceiro nome: “-*Ah, mas sabe o que é? É que não deu para falar com você no último dia e essa pessoa leu o trabalho.*” Eu falei: “-*Desculpe, primeiro que nunca mais nós vamos fazer alguma coisa juntos.* [...]” **(Entrevistado(a) #07)**

Toda a diversidade de formas empregadas para a divisão de autoria evidencia que essa relação precisa ainda ser compreendida e que critérios precisam ser definidos.

[...] a relação de autoria é uma relação não compreendida. Quer dizer, o que significa ser um primeiro autor, o que significa ser um segundo autor. Quer dizer, o que classificaria [...] ou que tipo de envolvimento e consumo de energia seria razoável para que um participante pudesse ser autor. **(Entrevistado(a) #05)**

[...] tem um problema aqui, que é o seguinte, o que é divisão de créditos? O que caracteriza a participação de um autor num trabalho científico? O que eu tenho que fazer? [...] o que eu tenho que fazer para ser seu coautor? É muito difícil definir isso. O que é a caracterização de um coautor? **(Entrevistado(a) #06)**

Talvez a incompreensão do problema da coautoria até estimule posições radicais como a apresentada pelo Entrevistado(a) #6:

Eu acho que o que deveria evitar é essa coisa de você botar o nome de uns quatro ou cinco autores. Ai, como é que você vai chegar e vai definir quem participou ou não participou desse trabalho? É difícil.

Prova de que essa relação não é compreendida pode ser notada em situações nas quais alguns entrevistados puderam observar na decisão de um outro pesquisador recusa de (co)autoria que para eles poderia ser legítima:

Eu tive exemplos no período que estive lá fora [...] que foram chocantes para mim de que uma pessoa declinou de ser autor ou coautor. Na minha visão... Veja, e a gente acredita que está minimamente atento a essas coisas. Na minha visão, aquilo poderia se configurar como uma coautoria. Mas dada a experiência [...] a pessoa falou: “-Não, isso não vou participar. Eu ajudo de tal forma.” Veja: “-Ajudo, faço sugestões, faço comentários, mas não julgo que seja uma coautoria.” Então, eu acho que, de novo: tem a ver com a maturidade. Quando a gente liga essas pontas, dá impressão que a maturidade do coletivo é que faz tal coisa ser ou não ser classificada corretamente. **(Entrevistado(a) #05)**

Um indício de má conduta de (co)autoria pode ser observado pela grande quantidade de pesquisadores presentes num artigo ou pela infidelidade à linha de pesquisa:

Eu não tenho pesquisa empírica, não tenho nada disso. Mas a minha percepção é que esses trabalhos, quando você tem três, quatro, cinco, seis pessoas, não todos, mas uma boa parte deles tem alunos, tem gente ali que não participou efetivamente. A participação foi relativa. **(Entrevistado(a) #03)**

Então, ele está vinculado a uma instituição e essa instituição exige que ele pesquise. E como ele não tem tempo, disponibilidade ou qualquer outra coisa, é um coleguismo de você fazer um trabalho, coloca o nome da pessoa. E como é que o leitor externo percebe isso? Ele percebe pela linha de pesquisa. Em várias situações você vê que os trabalhos estão em diversas áreas, em áreas bastante distintas. Não que seja impossível um pesquisador trabalhar na gerencial, na financeira, mercado de capitais. Mas a gente tem escassez de tempo e a gente sabe, pela experiência, que isso ficaria complicado. **(Entrevistado(a) #01).**

Algumas vezes, você pode até ter esse tipo de suspeita, você olha o trabalho de pessoas que não são da área, que estão participando de trabalhos. Então, é muito difícil ter uma avaliação objetiva desses quesitos aqui, entendeu? É má conduta de ambos. **(Entrevistado(a) #06).**

O problema das más condutas de coautoria, por exemplo, pode ser resultado daquilo que Mattos (2008, p.144 e 149) chamou de “externalidades ou repercussões da pressão” que o Sistema de Avaliação da Capes pode desencadear caso não se esteja atento, como a situação em que “[...] desvirtua-se a produção em equipe para multiplicar os créditos individuais de pontuação de cada um dos quatro ou mais autores (que, não raro, trocam amabilidades com a atribuição recíproca de autoria).”

A prática de presentear coautoria foi observada por List *et al.* (2001, p.168) que identificaram que 12,9% a 17% dos economistas acreditam que seus colegas comportaram-se dessa maneira.

Benos *et al.* (2005, p.62) apresentaram alguns critérios de órgãos ligados à publicação científica que podem nos ajudar a definir nossa política de coautoria. Citando os critérios do *The International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE)*, o crédito de coautor deve ser dado a quem atende as seguintes condições simultaneamente: (1) contribuição substancial

na concepção e planejamento da pesquisa, ou coleta de dados, ou análise e interpretação de dados, (2) redação do artigo ou revisão crítica de conteúdo e (3) aprovação da revisão a ser publicada. Em outras palavras, aquele que busca legitimar-se como um coautor deve estar ciente de que sua participação deve percorrer a maior parte do processo da pesquisa e não uma fase específica. Outros critérios seguidos por *journals* como *Nature*, *Journal of the American Medical Association (JAMA)* e o *British Medical Journal* estabelecem que cada coautor deve explicitar seu papel no artigo e uma pessoa é designada como responsável pela veracidade dos dados e a conduta ética do artigo; no Brasil conhecemos periódicos na área de saúde que adotam esse mesmo procedimento, como as revistas *Acta Paulista de Enfermagem* e *Latino Americana de Enfermagem*. Essa última alternativa parece possibilitar a inclusão de diversos coautores segundo suas diversas contribuições, ainda que não tenham percorrido toda a fase do processo da pesquisa.

Reflexões sobre submissão

Essa subcategoria foi representada pela conduta “Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas pequenas alterações no resumo”. Outra variante dessa conduta é apresentar o mesmo trabalho sem que nenhuma alteração seja feita. Nessas duas situações, a intenção é fazer quantidade em resposta às pressões. Agora não deveria ser uma má conduta submeter mais de uma vez os diferentes estágios do artigo, afinal, o evento científico é um espaço para discussão do estudo e, portanto, constitui-se em mais um estágio do processo de publicação. O mesmo já não se pode dizer para periódicos. As passagens seguintes ilustram essas considerações:

Eu acho que deve acontecer. Mas acontece só na nossa área? Eu tenho um fato que diz que não é só na nossa área.[...]. Já vi isso [...]. E ele submete a dois, para ganhar tempo, exatamente por causa da pressão que ele tem atrás dele.[...]. A ideia é pegar a primeira oportunidade que aparecer e isso vai de periódico a congresso. Então, quando você apresenta no congresso, ele não deve ter aparecido em nenhum periódico. E uma vez, eu passei por uma situação, em que eu recebi o artigo duas vezes para a avaliação, uma do periódico e a outra nos anais do congresso. Então, provavelmente, a expectativa do autor é que a publicação fosse demorar muito e não fosse coincidir os mesmos avaliadores. **(Entrevistado(a) #01)**.

Hoje ouvimos editores de revistas. E um dos exemplos citados, condenáveis, de desonestidade é essa ideia de que [...] o autor submete para duas *[revistas simultaneamente]*. O editor, você coloca em uma situação desagradável. De repente, se houver a publicação então, aí acabou: o camarada fica queimado. **(Entrevistado(a) #05)**.

“-Um autor submete o mesmo artigo a dois periódicos ou mesmo evento, fazendo apenas alterações no resumo.” Não, aí ele fraudou. [...]. Agora, isso é muito fácil, o problema não está aí, na minha opinião. O problema está em quando você tem um título diferente, um ápice diferente, a

mesma base de dados, a revisão de literatura é parecida, mas não é igual e você tem todo o desenvolvimento. A minha lógica é o seguinte: a questão de pesquisa, eu tenho a mesma base de dados, igualzinha, a questão de pesquisa é diferente, a análise é diferente, a conclusão é diferente, para mim é outro trabalho, acabou. Agora, puxa, o assunto é o mesmo, a questão de pesquisa é exatamente a mesma, mas com uma redação ambígua, o desenvolvimento tem algum tipo de diferença, mas chega à mesma conclusão, é fraude, esse cara está querendo passar dois trabalhos no lugar de um. Eu acho que isso você tem que olhar, não é tão simples. **(Entrevistado(a) #07)**.

Segundo Roig (2011, p.16-17), a conduta de submeter um trabalho a duas publicações com pequenas alterações é um caso de autoplágio chamado de duplicação. No caso da submissão, consideram-se autoplágio os trabalhos com a mesma base de dados com diferentes análises, um novo trabalho cujos dados são os mesmos de um trabalho anterior apenas aumentando com novos dados, entre outros.

As condutas relativas à submissão não são frequentes conforme os resultados do *survey*. A maior porcentagem foi verificada na conduta “Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas mudança no título” com 25,6% de conhecimento de que a conduta ocorreu e 35,8% de que se acredita que ocorre.

Reflexões sobre referências/citações

O caso mais comum dessa subcategoria é o plágio, aqui representado por “Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito”. O plágio, como na coautoria, tem problemas de critérios que o caracterizam. A figura do plágio não é prevista pela lei brasileira, mas pode ser depreendida pelo o art. 28 da Lei de Direitos Autorais nº 9.610/1998, e o art. 184 do Código Penal. Por essa razão, a palavra crime é a primeira que surge:

Não, aí é crime, é até previsto na lei. Plágio é crime, é previsto em lei, no código penal. Aí, eu acho que tem uma discussão na academia, que não deveria ter. Isso não é comportamento antiético, isso é crime. Então, plágio é crime. **(Entrevistado(a) #06)**.

Isso é um plágio, mas não é um crime, do ponto de vista de direito de propriedade. Porque, a que nível? Parafraseia o quê? Um trecho grande? Um pequeno? Ou o plágio é só quando alguém faz em seu nome? **(Entrevistado(a) #08)**.

Isso aqui, talvez, seja um negócio muito grave. Você pode ler da seguinte forma: o camarada quer mostrar que é competente, quer mostrar que ele teria dito aquilo ou que ele pensa equivalente ao outro. Mas, assim, o problema de parafrasear sem crédito, quer dizer, esse plágio [...], talvez, o mais tradicional, eu acho que tem o componente da ingenuidade [...] e tem a má intenção. Porque se você leu, você sabe que você leu. E escrever exatamente a mesma coisa que outro escreveu é raro, é difícil. [...]. O bom pesquisador sabe o que aconteceu. Ainda mais com os recursos de pesquisa que temos hoje. Então, dificilmente você tem uma justificativa para um camarada não citar. Quer dizer, não dar o crédito. **(Entrevistado(a) #05)**

[...] é muito heterogêneo o conhecimento em metodologia *[da pesquisa pelos alunos de pós-graduação]*. Então, essa questão científica de citação, se você pega pessoas que estão muito mais preocupadas com a profissão do que com a pesquisa em contabilidade, eles tendem a não ter uma perfeita dissociação entre o que é conversar com autores, parafrasear autores, e o que é, efetivamente, copiar, o que é plágio, ou qual é o tamanho disso. **(Entrevistado(a) #08)**.

O Entrevistado(a) #08 não diverge do Entrevistado(a) #06 quanto ao entendimento de que plágio é um crime, no sentido legal; o primeiro entende que o direito de propriedade intelectual no Brasil não é institucionalizado e não muito bem codificado, portanto, não o considera crime, ou seja, até que seja “claramente estabelecido e de aprovação de toda a comunidade” não seria considerado como crime, mas não tem dúvida de que é uma conduta reprovável.

O plágio foi definido neste estudo como “[...] a apropriação de ideia, de processos, de resultados, de palavras de outras pessoas, sem dar o devido crédito” (ORI, 2009); nossa discussão sobre más condutas está no campo da moralidade e não da legalidade, portanto, o conceito de plágio é mais amplo que direitos autorais da legislação brasileira. Segundo o art. 8º da Lei de Direitos Autorais, a ideia não é objeto de proteção como direitos autorais, portanto, o roubo de ideia não seria crime e não haveria punição.

Roig (2011) elaborou um extenso material patrocinado pelo ORI para ajudar estudantes e profissionais a identificar e prevenir condutas questionáveis na redação científica. O material reconhece que o plágio pode assumir formas diversas, mas existem dois tipos principais: plágio de texto ou plágio de ideia. O referido material pode servir de parâmetro para as discussões da academia contábil e ajudar a dirimir dúvidas na construção de paráfrases e citações moralmente corretas.

Uma outra consideração levantada pelo Entrevistado(a) #08 refere-se ao autoplágio que, assim como o plágio, é algo nebuloso e carece de regulamentação, mostrando a necessidade de clareza e informações sobre má conduta na pesquisa:

[...] eu tenho outras coisas, essa eu faço e não acho má conduta. Mas, a rigor, poderia ser, que é: Eu desenvolvo uma pesquisa e publiquei. Aí, alguém me sugere outro teste. Eu adiciono esse outro teste e considero outro trabalho. Efetivamente, houve outro teste. Claro que continua, a raiz do trabalho é a mesma. Mas eu estou fazendo outro teste. Então, qual é o limite em que isso é autoplágio ou se é outro mesmo? Porque eu fiz outro teste. Eu não estou dizendo a mesma coisa, mesmo. [...]. Nós não temos, pelo menos na área de contabilidade, uma certa regra, ou uma certa norma, mesmo que não escrita, do que efetivamente é plágio ou autoplágio, ou continuação da pesquisa. Talvez isso se deva por conta do ainda incipiente nível de pesquisa.

O autoplágio é a reutilização de textos ou dados em um outro trabalho sem comunicar ao leitor que a parte reutilizada encontra-se em outro trabalho (ROIG, 2011, p.16). Em certas ocasiões não seria má conduta duplicar um artigo se o autor obedecesse a política editorial da revista, *journal* ou evento e comunicasse a editores e leitores as diferenças entre os artigos.

Em relação a “Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos”, na perspectiva geral dos entrevistados, seja pelo que expressamente tenham dito ou pelo que deixaram de dizer ou estenderem-se sobre o assunto, essa conduta não é uma preocupação. A maioria deles já se deparou com casos que envolviam essa má conduta e veem nela um indicador da qualidade. Veem de alguma forma a qualidade ou estágio da pesquisa em Contabilidade no Brasil um reflexo de todas as condutas aqui apresentadas.

Aqui, dá para fazer uma conta rápida. Se você acha que na linha de pesquisa que está atuando há 10 *journals* que você precisa acompanhar; esses *journals* publicam quatro edições por ano, que são 40. Se cada edição tem cinco artigos, nós estamos falando em 200 *papers*. Quer dizer, quanto tempo o pesquisador levaria para fazer o acompanhamento desses 200 *papers*. Então, talvez, ache um atalho, que é o que você está escrevendo aqui. O camarada vai em busca de um atalho (Entrevistado(a) #05)

Na fala dos entrevistados #05, #06 e #08 foi possível observar que a qualidade da pesquisa contábil no Brasil ainda sofre o reflexo do seu lento desenvolvimento. Provavelmente esse lento desenvolvimento possa ser explicado pelos resultados apresentados no *survey*, no qual 43,9% dos pesquisadores acreditavam que deixar de ler obras originais, apenas citando-as para aumentar a credibilidade do artigo, ocorre frequentemente. Esse retrato é ainda mais grave quando se observa que 30,9% dos pesquisadores conhecem que essa conduta já ocorreu. O atalho escolhido parece que foi o do caminho mais longo do desenvolvimento!

Segundo Roig (2011, p.29), tecnicamente a citação de trabalho que não leu, mas que viu citado em outros artigos é um plágio, pois ao parafrasear ou resumir um texto de outro que foi escrito por um terceiro e não atribuir a sua paráfrase ou resumo ao autor que de fato leu comete plágio.

Razões ou fatores que conduzem à má conduta

As razões apresentadas pelos entrevistados puderam ser agrupadas dentro das alternativas das razões perguntadas no *survey*: Necessidade de publicação, pressão por

permanência/promoção/estabilidade/cargo e pressão por obtenção de recursos (simplesmente denominada pressão por publicação), conflito de interesse financeiro, falta de clareza do que é má conduta, censura ou punição insuficiente para a prática de má conduta e outra razão.

Pressão por publicação

A respeito do levantamento sobre má conduta na pesquisa realizada no 9º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, em 2009, em que 84% dos respondentes consideraram “necessidade de publicação” uma forte influência para a prática de má conduta, todos a consideram equivalente à pressão por publicação, como ilustrado pelo Entrevistado(a) #01:

Então, eu acho que *[necessidade de publicação]* está associada a essa pressão que eu falei. Então, em várias universidades eles estabelecem limite por ano, cotas anuais de publicação. Então, as pessoas têm que publicar efetivamente aquela quantidade e surge a pressão a que eu me referi.

Por meio das entrevistas percebeu-se que a citada pressão está relacionada à Capes e ao sistema de avaliação imposto por ela. O sistema prioriza quantidade e não qualidade. A manutenção do credenciamento dos cursos leva as instituições acadêmicas à busca da produtividade equivalente às empresas, conforme se observa nas seguintes passagens:

O governo participa muito em tudo. A mão do governo está presente em muitas coisas [...] e está presente na avaliação da academia. E é uma coisa que você não vê reproduzida em todas as academias. Então, a questão da avaliação de programas e avaliação de programas por meio dos seus pesquisadores, sejam docentes, discentes etc. Quer dizer, é um negócio que o Brasil é meio único e está bem aparelhado para isso. Se você pensar o que a gente tem de recurso que o Ministério coloca à disposição, Lattes e tudo mais. Quer dizer, você vê: é bem aparelhado para que isso funcione. Agora, será que precisamos disso? Talvez esse aparelhamento permita um excesso de estresse em cima da quantidade, porque fica tudo muito evidente. **(Entrevistado(a) #03)**

“Um autor divide o crédito do trabalho com um colega que não contribuiu para fazê-lo, em troca de participação em um trabalho que também não vai contribuir.” Olha, pode ter, motivo institucional, ele pode se sentir pressionado por uma instituição que ele trabalha, coisa do gênero. Isso pode ser o motivo? Então, ele pode ser pressionado, então é uma motivação institucional. **(Entrevistado(a) #07)**

E eu acho que se isso acontece é, talvez, a questão do meio que, hoje, os professores dos programas de pós-graduação são mais ou menos como gerentes de banco: eles têm aquelas metas a atingir. Então, às vezes, as metas são quase impossíveis em termos, até, de tantos pontos Capes. Você tem que ter pontuação. E, de repente, isso pode estar acontecendo motivado por uma necessidade de pontuação dos professores, de qualificação do programa. Então, pode ser que até alguns programas incentivem professores a fazer essa troca para *[divisão de créditos]*, no fim, ficar uma pontuação mais ou menos bem distribuída dentro dos programas. Porque, também, a avaliação... Se os professores... Não adianta um produzir muito e o outro nada: o programa não é bem avaliado. Tem que ter uma produção, aí, mais ou menos bem distribuída entre os professores. **(Entrevistado(a) #09)**

A pressão institucional por publicação, segundo Mattos (2008, p.144), induz modificações na rotina acadêmica e submete os pesquisadores e seus programas à máxima do *publish or perish*. Em outras palavras, a carreira de um pesquisador depende da publicação de seus manuscritos em periódicos científicos, tal publicação alimentará os índices das escolas, que, por sua vez, pressionarão o pesquisador a manter elevados níveis de produção acadêmica.

Para o Entrevistado(a) #03, as instituições que têm melhores condições, seja pela excelência dos seus professores ou pesquisadores, seja pelo acesso a fontes de pesquisas, reagem naturalmente à pressão imposta pela Capes, lidam com essa pressão naturalmente, pois é vista apenas como uma consequência natural do que já se faz ou deve-se fazer no Programa de Pós-Graduação, portanto, menos sujeitas a essas más condutas. Mas reconhece que em instituições grandes isso também é possível ocorrer:

Quando a gente fala: “-A pressão da Capes.” Eu não estou culpando a Capes por isso, ao contrário. Mas é que é uma pressão natural. Quer dizer, você ter uma avaliação ruim na Capes pode descredenciar o seu curso. [...]. Agora, você tem o ponto fraco desse negócio ou o fator negativo [...] quando você passa a ter uma pressão e não tem condição de reagir. Isso é outra coisa. [...] Você vai em outros programas [...] onde têm lá dois ou três pesquisadores que têm que publicar. E de repente têm um ou dois que não publicam por falta de tempo, por problema particular, porque acabou se dedicando a outro tipo de atividade. Ou seja, por alguma coisa. Então esse cara tem que ter um tipo de pressão, ele não consegue reagir. [...] Outra coisa é você pensar em alguém que está isolado no centro de pesquisa, em um lugar qualquer do Brasil e que o cara não tem com quem conversar. Entendeu? Então se esse cara tiver que produzir, ele não tiver base e não tiver não sei o que lá, a chance que tem dele eventualmente fazer alguma dessas coisas aumenta sobremaneira. [...]. Eu acho que tem gente que faz isso em instituição grande, não há dúvida. Instituição de nome, instituição bem conceituada, com boas notas, não tenha nenhuma dúvida disso. (**Entrevistado(a) #03**)

A fala do Entrevistado(a) #03 se coaduna com os achados de List *et al.* (2001, p.168) que identificaram que economistas de escolas com baixo nível de classificação parecem ser mais imorais que os alunos de escolas de alto nível. Uma das explicações plausíveis apresentadas por esses autores é que essas escolas de classificação inferior têm poucos recursos para desenvolver pesquisas válidas e honestas e voltam-se à próxima melhor alternativa.

Conflito de interesse

Quando um pesquisador tem sua objetividade no processo da pesquisa afetada pela relação com uma organização, diz que existe um conflito de interesse (ROIG, 2011, p.40).

Um dos critérios da avaliação dos Programas de Pós-Graduação definidos pela Capes é a publicação conjunta entre professor e aluno. Essa interação é importante para o desenvolvimento do aluno e para a formação dos novos quadros docentes, se funcionasse adequadamente, ou seja, se essa interação existisse de fato. Certas iniciativas de Universidades e Institutos de Pesquisas procuram fomentar a publicação entre professor e aluno, a fim de atender tal exigência, entretanto essa iniciativa pode se transformar num indutor da má conduta, como, por exemplo, presentear coautoria, conforme ilustra o Entrevistado(a) #07:

Ah, deixa eu fazer um outro comentário que eu deixei de lado, quando eu falei assim: “-*Dividir o crédito.*” A gente também tem um problema aqui, em relação ao financiamento. Então, por exemplo: “...[a instituição] apoia professor e aluno [quando ambos subscrevem juntos].”, [o aluno pode pensar] “-Ah, mas se tiver professor, eu tenho um tipo de apoio, se não tiver [não tem recursos].” Então veja, você pega uma coisa boa e transforma em uma coisa ruim. (Entrevistado(a) #07)

Mello, Crubellate e Rossoni (2010), ao descreverem e analisarem as mudanças ocorridas na configuração das redes de coautorias entre professores vinculados a programas *stricto sensu* em Administração, encontraram aumento nas relações de coautorias de um triênio para o outro. Segundo esses autores, esse crescimento parece indicar conformidade com as regras do órgão avaliador (Capes).

Conflito de interesse é o terceiro e último mais importante fator que influencia a má conduta, conforme mostra o resultado do *survey*. Uma explicação plausível para isso é que a pesquisa contábil brasileira e as instituições de pesquisa não têm fortes relações com instituições patrocinadoras e financiadoras de pesquisas.

Falta de clareza do que é má conduta (ou desconhecimento das regras)

Conforme sugeriu Loeb (1994b, p.194), os pesquisadores podem empreender má conduta porque não percebem a natureza questionável dos seus atos. A falta de clareza pode ser a razão para muitas más condutas. Alegar desconhecimento de normas, legais ou morais, parece a via mais cômoda para justificar toda a sorte de más condutas. As passagens seguintes ilustram essa suposta razão:

Entendo, que as pessoas que fazem isso, fazem por diversos motivos. Eu não diria de saída, que o principal motivo é a questão da pura má conduta. Eu acho que isso pode ser, às vezes, talvez nem sempre, de uma forma inocente até. **(Entrevistado(a) #03)**

[...] as fronteiras entre uma pequena colaboração e nenhuma colaboração não são grandes. Você está entendendo? É tudo uma questão de grau de colaboração. Então, o que ocorre é que em função, como aqui tudo é grau, é intensidade, é relacionamento, daqui a pouco um faz parte do trabalho, sem nem ter visto o trabalho, sem nem ter participado, não estou dizendo que é correto, claro que não é correto, nada, mas isso é tênue. **(Entrevistado(a) #04)**

Talvez pelo estágio dessa nossa academia, pensando em contabilidade do Brasil etc., ela tende a aparecer. É como se eu estivesse dizendo o seguinte: parte desses itens, parte dessas ações, dessas condutas, poderia ser creditada... Não é isso a coisa. Mas ela poderia ser creditada a uma ingenuidade. **(Entrevistado(a) #05)**

Pelas teorias éticas apresentadas nesse estudo podemos justificar nossas condutas, mas quando não sabemos qual endossamos ou não estamos conscientes delas, agimos de maneira certa ou errada como se o ato fosse amoral, não sujeito à apreciação do que é certo ou errado, bom ou mau. Por exemplo, se endossamos uma teoria deontológica como a kantiana, parafrasear um trabalho publicado sem lhe dar crédito é moralmente errado, portanto, empreender tal conduta não se justifica segundo essa teoria (OSTERHOUDT, 1973), mas se desconhecemos as teorias (e também as normas) podemos alegar que plagiamos por não saber se era certo ou errado.

O resultado do *survey* identificou que 44,7% dos pesquisadores consideraram que a falta de clareza não influencia o cometimento de má conduta na pesquisa, enquanto apenas 18,8% a consideraram de forte influência. Em termos de ordem de importância atribuída pelos pesquisadores, esse é o terceiro e último fator que influencia a má conduta.

Mas, isso pode não ser um problema porque essa importância foi atribuída no *survey*, em grande parte, por jovens pesquisadores (67,9% dos participantes tiveram menos de 9 anos de envolvimento na pesquisa e 61,7% dos participantes com doutorado em andamento) que ainda não estão em condições de definir os rumos da área contábil. Além disso, os pesquisadores experientes entrevistados, em quem acreditamos estar o poder para decidir os rumos da área, frequentemente citaram a educação como um importante meio para desencorajar má conduta. Nessa visão, considerando que a falta de clareza do que é má conduta pode ser uma consequência da falta de preocupação com questões éticas, na pesquisa ou na educação, é possível imaginar que mudanças podem ocorrer em breve.

Censura ou punição insuficiente para a prática de má conduta

A falta de punição é outro fator motivador para o empreendimento de más condutas, conforme comenta o Entrevistado(a) #05:

A forma como você foi criado, a forma como eu fui criado, exemplos, experiências, vamos dizer assim, recompensas que recebemos, punições que recebemos, punições que deixamos de receber, recompensas que deixamos de receber. Porque aí, você está falando da externalidade. Então, estou tendo uma ação que tem consequência real e ela, de fato, pode ou não ter a recompensa ou a punição.[...]. E aí você começa a discutir a sociedade, o socioeconômico, cultural daquele meio em que a nossa academia está inserida.

As penalidades podem ser um fator restritivo às más condutas, mas deve-se evidenciar que as penalizações serão de fato implementadas (Entrevistado(a) #07). O que, na visão do Entrevistado(a) #08, pode ser difícil considerando que na área existe muito compadrio.

A indicação de censura ou punição como fator influente para a má conduta encontra concordância com os resultados do *survey*. O resultado do *survey* evidencia que essa razão foi a segunda mais importante para a má conduta, considerando que se apresentou estatisticamente equivalente às razões pressão por permanência/promoção/estabilidade/cargo, necessidade de reconhecimento e pressão por obtenção de recursos. Aproximadamente 7% dos participantes acreditavam que censura ou punição insuficiente não tem influência alguma para a má conduta, já 50,6% e 42,4% creem que essa razão tem alguma e forte influência, respectivamente.

Outra Razão

As razões para agir inapropriadamente podem não só residir em fatores externos, mas em fatores internos, como os valores do ser humano:

Isso é uma questão de berço, é uma questão que você traz lá de baixo. Quer dizer, você aprendeu isso com os seus pais, aprendeu isso com os familiares, aprendeu isso na escola.[...] Tem que definir bem o que é má conduta. Os conceitos de má conduta para você podem ser diferentes dos meus, não é? Está certo? [...] Claro que, no meu conceito, o que você está colocando aqui realmente eu trato como má conduta. Porque eu não aprendi desse jeito. (Entrevistado(a) #03)

Não sei se ficou claro: se tem algum nível de pressão, que te leva a cometer algum problema, não é o problema do nível de pressão, você não está preparado, você está em um grau de evolução, que você não suporta essa pressão. Então, a falha está no indivíduo. [...]. Essa discussão que nós estamos fazendo é muito filosófica, foge do lado científico e acadêmico, é filosófico, é questão de

valores, de valor. O problema é o seguinte: para o camarada que tem a má conduta, o seu sistema de crenças e valores está em uma dimensão. Para um camarada que não aceita, em nenhuma hipótese, como eu, esse tipo de coisa, o seu sistema de crenças e valores está em uma outra dimensão, em um outro estágio ou é diferente.[...]. A boa prática do comportamento humano, da ética humana, diz que ele tem que ter sempre os valores mais elevados . (Entrevistado(a) #04)

[...] desonestidade acadêmica você conecta com ética, você conecta com o indivíduo, com a pessoa, com os valores, contexto. [...]. Agora, de fato, quando você questiona desonestidade acadêmica, decisões e julgamentos ligados a isso, a linha vai estar mais para a direita ou mais para a esquerda em função desses valores mais íntimos.[...] Aí, você vai para a diferença do latino para o anglo-saxão, você começa a ver como é que valores e religião se apoiam. (Entrevistado(a) #05)

Vimos que os valores constituem um dos componentes considerados em modelos de tomada de decisão moral (FANG, 2006; FRITZSCHE, 1991; DUBINSKY; LOKEN, 1989). Os valores diferem das outras razões citadas por serem de natureza interna, diferente das demais que são de natureza organizacional. As posições aqui relatadas se alinham com aquelas defendidas por Fritzsche (1991) para quem os valores são os antecedentes subjacentes do comportamento.

Entrevistados e participantes do *survey* parecem compreender que valores mediados por fatores organizacionais são importantes para razões ou fatores influentes para se empreender ou não uma má conduta.

Recomendações para desencorajar má conduta

Na categoria recomendações para desencorajar má conduta, as subcategorias foram definidas de acordo com as recomendações mais frequentemente citadas pelos entrevistados. A unidade de análise da qual se extraíram as categorias foi a resposta à questão do roteiro dirigida para se levantar quais as recomendações para desencorajar a má conduta na pesquisa. As principais categorias citadas foram:

1. Educação;
2. Punição e divulgação da punição.

A seguir discussões sobre as recomendações divididas de acordo com as subcategorias estabelecidas.

Educação

A educação é de longe a mais citada das maneiras para desencorajar má conduta, como ilustrado pelos entrevistados abaixo:

A academia vai ter que ajudar naquilo que ela sempre ajudou, no auxílio da formação das pessoas. A gente sabe que a questão educacional é uma coisa importante e a academia pode participar disso de uma forma forte. [...] mas não é o suficiente. Você pode treinar os melhores profissionais do ponto de vista educacional. Mas se você colocar em uma escola, em uma área onde os frequentadores dessa escola têm família desajustada, família desagregada e não sei o quê, tal. Você certamente não vai obter sucesso ou o seu sucesso será muito baixo. **(Entrevistado(a) #04)**

Agora, como é que você resolve esse caso? Quer dizer, esse caso dá impressão que depende de um autocontrole. Então, aí é educação. Aí realmente tem que ser educação. Quer dizer, o camarada tem que ser educado. Acho que a gente tem que batalhar para explicar o porquê de não se poder fazer isso, porque a gente não ganha com isso. **(Entrevistado(a) #05)**

Como observado nas passagens acima, a educação pode ser um meio para inibir condutas inapropriadas na pesquisa contábil. Com essa manifestação dos pesquisadores experientes, e a quem os rumos da pesquisa e ensino podem ser depositados, é possível que medidas no sentido educacional estejam por vir. Conquanto, ainda não se observe sinalização da academia contábil, por meio dos seus Programas de Pós-Graduação, eventos e publicações, de medidas concretas que pudessem confirmar a preocupação dos entrevistados.

Confirmando as impressões dos entrevistados, Higgins, Powers e Kohlberg (1984, citados por PONEMON, 1993, p.205) observaram que a atmosfera de uma instituição educacional tanto pode inibir como desenvolver nos estudantes a mais elevada orientação ética, assim, a atmosfera da universidade pode contribuir positivamente para minimizar as condutas apresentadas neste estudo ou contribuir negativamente, potencializando-as. É nesse sentido que este estudo se justifica, ao fomentar essa discussão a fim de debelar a indiferença e/ou desprezo que os membros da academia contábil têm para com a Ética e a Moral.

Punição e divulgação da punição

Dada a importância que teve censura ou punição insuficiente como um dos principais fatores para a má conduta, punição e divulgação da punição, creem os entrevistados que parece ser uma das alternativas a ser seguida para inibir a má prática na pesquisa.

Falta de punição, sem dúvida. Porque, de novo, como a gente está falando de desonestidade acadêmica, está falando dessa coisa da ética, no tempo a cultura vai sedimentando isso. Enquanto você não tem a figura da punição ou do prêmio, ou você tem a falta da punição ou a punição, a

falta do prêmio ou o prêmio, quer dizer, as quatro combinações, você terá a configuração do ambiente para o camarada operar. **(Entrevistado(a) #05)**

É isso, divulgação[da punição]. E assim, na hora que você tiver pessoas realmente sendo penalizadas, eu acho que as coisas vão ser um pouco mais lembradas. **(Entrevistado(a) #07)**

Penalidade, segundo Davis e Ketz (1991), é um dos fatores de que a má conduta na pesquisa depende para ocorrer. Analisando sob a ótica econômica do crime, os autores assumem que um cientista procura maximizar a sua utilidade U e que utilidade é uma função da remuneração. Segundo o modelo proposto por eles, reproduzido a seguir, pode-se explicar a lógica da punição como uma forma para desencorajar a má conduta:

$$U\{(1-p)(A+B) + p(A-C)\} > U(A)$$

Onde:

A = remuneração obtida honestamente

B = remuneração [adicional] obtida desonestamente

C = remuneração [a ser reduzida] se a fraude for detectada

U = utilidade

p = probabilidade de detecção da fraude

$1-p$ = probabilidade de a fraude não ser detectada.

O lado esquerdo da inequação representa a utilidade da remuneração esperada se o cientista empreender má conduta e o lado direito a utilidade de fazer um trabalho usual honesto. Segundo Davis e Ketz (1991, p.108), se a utilidade esperada de ações inapropriadas for maior que a utilidade das ações honestas ou morais, o cientista pode agir inapropriadamente.

De acordo com a inequação acima, um aumento na punição C , representado pela redução na remuneração se a fraude for detectada, diminuiria sobremaneira a utilidade da remuneração desonesta (lado esquerdo da inequação), tornando-a menor que a utilidade da remuneração honesta (lado direito da inequação). A redução na remuneração C pode ser uma decorrência do impedimento do pesquisador em publicar por um período de tempo, ou demissão da instituição em que trabalha. Nessa configuração, nenhuma utilidade incremental haveria com o ato desonesto.

6 CONCLUSÕES

O objetivo geral deste estudo foi examinar o posicionamento dos pesquisadores em Contabilidade em relação à má conduta na pesquisa científica, iniciando pela identificação da frequência de sua ocorrência e a intensidade dos fatores que influenciam a má conduta.

Usando uma abordagem de métodos mistos, investigou-se a ocorrência de má conduta na pesquisa e os fatores que a ocasionam por meio de um *survey* aplicado a 85 pesquisadores presentes no Congresso USP de Controladoria e Contabilidade de 2009 seguido por entrevistas semiestruturadas aplicadas a oito pesquisadores experientes e de reconhecida competência. A fim de atenuar a sensibilidade das questões examinadas, os participantes do *survey* forneceram informações sobre condutas inapropriadas conhecidas diretamente dos colegas, ou indiretamente pelos colegas, e não do seu próprio comportamento; e para garantir o anonimato dos mesmos, a estratégia de coleta utilizada valeu-se de urnas dispostas em locais do evento onde os participantes pudessem depositar suas respostas de forma segura e que seu anonimato estivesse preservado.

As más condutas avaliadas pelos participantes foram, de acordo com a sua natureza, agrupadas em cinco categorias: condutas relativas à coautoria (p.ex.: Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir), condutas relativas à submissão (p. ex.: Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas mudança no título), condutas relativas aos dados (p. ex.: Um autor deixa de relatar em um artigo dados e/ou resultados contrários ao que ele esperava), condutas relativas a referências/citações (p. ex.: Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos) e condutas relativas aos pares/comitê de ética (p. ex.: Um autor nega acesso aos seus dados para a pesquisa de outro investigador). Dezesete más condutas no total foram avaliadas neste estudo.

O conteúdo das questões do questionário foi avaliado por meio de um pré-teste submetido a três professores doutores vinculados a programa de pós-graduação (doutorado/mestrado) em Contabilidade, um recém-doutor, oito alunos de doutorado e um de mestrado em

Contabilidade, enquanto o roteiro da entrevista foi avaliado por dois professores doutores com larga experiência em pesquisa. Os 17 comportamentos considerados de má conduta no questionário foram resultantes de uma pesquisa prévia realizada no Encontro Nacional da Associação de Programas de Pós-graduação em Administração – EnAnpad, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de setembro de 2007, a fim de examinar quais comportamentos eram vistos como inapropriados pelos acadêmicos de Contabilidade presentes no evento. O conteúdo das questões, portanto, foram validados com base na experiência de pesquisadores. Enquanto a confiabilidade, o questionário não precisou ser avaliado quanto a sua consistência interna, pois, apesar de terem as questões usado escala na sua mensuração, suas análises foram feitas individualmente.

Os resultados forneceram evidências que suportam a hipótese (H_1) de que há envolvimento de pesquisadores em Contabilidade com práticas inapropriadas. Os dados que suportaram essa hipótese mostraram por meio de frequências que há envolvimento dos pesquisadores nessas práticas, mas sua ocorrência é pequena, ou seja, os participantes concordaram que os pesquisadores de Contabilidade raramente ou ocasionalmente se comportam de forma inapropriada, essa afirmação é válida para as 17 condutas agrupadas nas categorias: coautoria, submissão, dados, referências/citações e pares/ comitê de ética. Esses resultados são consistentes com evidências preliminares de Bayley, Hasselback e Karcher (2001) e Engle e Smith (1990), ambos os estudos encontraram baixa participação de pesquisadores contadores com práticas imorais.

Embora os 17 comportamentos apresentados tenham se mostrado medianamente de ocorrência rara ou ocasional, não obstante, uma taxa que variou entre 5,1% e 41% dos participantes já conheciam com certa frequência que as 17 condutas ocorreram, essa variação é ainda maior quanto às suas crenças de ocorrências (10,8% a 61,2%).

As condutas ‘Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir’ e ‘Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos’ são, respectivamente, as condutas mais pronunciadas pelos resultados desta pesquisa. Essa descoberta tem reflexos importantes para a vida dos pesquisadores em ciências contábeis e para o desenvolvimento da disciplina. Algumas implicações decorrentes da primeira má conduta referem-se à desvantagem que

pesquisadores sérios levam em processos seletivos e prejuízo em suas progressões e, como consequência dessa última, subordinação hierárquica no trabalho a pesquisadores incompetentes que progrediram se utilizando do expediente da referida má conduta. As implicações da segunda má conduta mais frequente podem ser um dos fatores que contribuem para o atual e lento estágio do desenvolvimento da pesquisa contábil brasileira, pois não se pode ser profundo e ter uma pesquisa de qualidade quando se lê passagens de obras de outrem em detrimento de obras de autores originais.

Os resultados forneceram evidências que parcialmente suportaram a hipótese (H_2) que quanto maior o tempo de envolvimento com a pesquisa maior a frequência que os pesquisadores creem e conhecem de má conduta. Os dados que suportaram essa hipótese mostraram que apenas a frequência conhecida da má conduta ‘Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado’ teve uma relação positiva e significativa com o tempo de envolvimento na pesquisa. Depreende-se do posicionamento dos participantes que a não significância na relação entre as demais condutas e o tempo de envolvimento na pesquisa deve-se ao fato de que esses comportamentos ocorrem na mesma intensidade entre jovens e pesquisadores mais experientes.

Os pesquisadores participantes do *survey* e os entrevistados creem que a necessidade de publicação é o fator mais importante para influenciar a má conduta na pesquisa. Para os pesquisadores experientes entrevistados a necessidade de publicação está associada à Capes e ao sistema de avaliação imposto por ela. Nessa concepção, os pesquisadores em Ciências Contábeis estão submetidos ao princípio do *publish or perish*, que conduz os pesquisadores à busca desenfreada de quantidade em detrimento da qualidade da pesquisa. Isso pode ajudar a explicar também o sofrível estágio do desenvolvimento da pesquisa contábil brasileira.

Educação foi considerada um importante meio para desencorajar má conduta na pesquisa. Essa posição reforça a importância deste estudo que servirá para fomentar essa discussão na academia, a fim de debelar a indiferença e o desprezo que membros da academia contábil têm para com as discussões sobre problemas éticos e morais.

Futuras pesquisas devem ser realizadas para examinar, fora do campo do conhecimento e das crenças, as práticas autorreportadas pelos pesquisadores para identificar a porcentagem

estimada dos trabalhos publicados que são acometidos de má conduta, bem como a quantidade estimada de pesquisadores que empreenderam de fato má conduta.

REFERÊNCIAS

- AAA. *Editorial Policy and Style Information*. Disponível em: <http://aaahq.org/pubs/EdPolicies/REV_EdPolicy.pdf>. Acesso em: 21/11/2010.
- ANDERSON, M. S.; LOUIS, K. S.; EARLE, J. *Disciplinary and Departmental Effects on observations of faculty and graduate student misconduct*. *Journal of Higher Education*, [S.l.], v. 65, n. 3, p. 331-350, May-Jun. 1994.
- BABBAGE, C. *Decline of science in England*. Middlesex: The Echo Library, 2007.
- BACHMANN, D.; ELFRINK, J.; VAZZANA, G. *E-mail and snail mail face off in research*. *Marketing Research*, [S.l.], v. 11, n. 4, p. 10-15, 1999.
- BAILEY, C. D.; HASSELBACK, J. R.; KARCHER, J. N. *Research misconduct in accounting literature: a survey of the most prolific researcher's Actions and Beliefs*. *Abacus*, [S.l.], v. 37, n. 1, p. 26-54, 2001.
- BAILEY, C. D; HERMANSON, D. R; LOUWERS, T. J. *An examination of the peer review process in accounting*. *American Accounting Association 2006 Annual Meeting*, Washington, D.C, p. 1-37, Aug. 6-9, 2006.
- BAY, D. *A critical evaluation of the use of the dit in accounting ethics research*. *Critical Perspectives on Accounting*, [S.l.], v. 13, p.159-177, 2002.
- BENOS, D. J.; FABRES, J.; FARMER, J. *et al. Ethics and science publication*. *Advances in Physiology Education*, [S.l.], v. 29, p. 59-74, 2005.
- BERNARDI, R. A. *Suggestions for providing legitimacy to ethics research*. *Issues in Accounting Education*, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 145-146, Feb. 2004.
- BOMMER, Michael; GRATTO, Clarence; GRAVANDER, Jerry; TUTTLE, Mark. *A behavioral model of ethical and unethical decision making*. *Journal of Business Ethics*, [S.l.], v.6, n.4, p.265-280, 1987.
- BORGES, M. L; DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. V. *Ética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BORKOWSKI, S. C.; WELSH, M. J. *Ethical practice in the accounting publishing process: contrasting opinions of authors and editors*. *Journal of Business Ethics*, [S.l.], v.25, n. 1, p.15-31, May. 2000.
- BRAXTON, J. M.; BAYER, A. E. *Perceptions of research misconduct and an analysis of their correlates*. *Journal of Higher Education*, [S.l.], v. 65, n. 3, p. 351-372, May-Jun. 1994.

CARLAND, J. A.; CARLAND, J. W.; ABY, C. D., Jr. *Proposed codification of ethicacy in the publication process. Journal of Business Ethics*, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 95-104, Feb. 1992.

CHURCHILL, Gilbert. *Marketing research: methodological foundations*. 2nd. ed. ForthWorth, TX: The Dryden Press, 1998.

COHEN, J. F.; PANT, L. W.; SHARP, D. J. *A methodological note on cross-cultural accounting ethics research. The International Journal of Accounting*, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 55-66, 1996.

COMMITTEE OS SCIENCE, ENGINEERING, AND PUBLIC POLICY (US). PANEL ON SCIENTIFIC RESPONSIBILITY AND THE CONDUCT OF RESEARCH OF THE NATIONAL ACADEMY OF SCIENCES (NAS). *Responsible Science. Ensuring the Integrity of the Research Process*. Washington: National Academy Press, 1992.

CORTINA, Adela; NAVARRO, Emilio Martínez. *Ética*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COTTONE, R.R.; CLAUS, Ronald E. Ethical decision-making models:a review of the literature. *Journal of Counseling & Development*, [S.l.], v. 78, p. 275-283, summer 2000.

CRESWELL, John W. Mixed methods research. In: GIVEN, Lisa M. (Ed.). *The Sage encyclopedia of qualitative research methods*. California: Sage Publications, Inc., 2008. 2 v.

_____. 1: Seleção de um Projeto de Pesquisa. In: CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Cap. 1, p. 2-24. Disponível em: <http://downloads.artmed.com.br/public/C/CRESWELL_John_W/Projeto_Pesquisa_3Ed/Librado/Cap_01.pdf>. Acesso em: 29/12/2010.

DAVIS, Michael. *Ethics in the University*. Florence, KY, USA: Routledge, 1999. p 55. Disponível em: <<http://site.ebrary.com/lib/usp/Doc?id=5001576&ppg=68>> Direitos Autorais © 1999. Routledge.> Acesso em: 20/07/2009.

DAVIS, Stanley W.; KETZ, J. E. *Fraud and Accounting Research. Accounting Horizons*. [S.l.], v. 5, n. 3, p. 106-109, Sept. 1991.

DUBINSKY, A. J.; LOKEN, B. *Analyzing ethical decision making in marketing. Journal of Business Research*, [s.l.], v.19, n.2, p. 83-107, 1989.

ENGLE, Terry J.; SMITH, Jack L. *The ethical standards of accounting academics. Issues in Accounting Education*. [S.l.], v. 5, n. 1, p. 7-29, Spring 1990.

FANG, Miao-Ling. *Evaluation ethical decision-making of individual employees in organizations – an integration framework*. **Journal of American Academy of Business**, [S.l.], v. 8, n.2, p.105-112, 2006.

FETTERS, M.D. *et al. Advance Consent in Japanese During Prenatal Care for Epidural Anesthesia During Childbirth*. **Journal of Mixed Methods Research**, [S.l.], v.1, n.4, p.333-365, 2007.

FIELD, Andy. **Descobrimos a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORY, S. M.; PHILLIPS, T. J. Jr.; REIDENBACH, R. E.; ROBIN, D. P. A. *Multidimensional analysis of selected ethical issues in accounting*. **The Accounting Review**, [S.l.], v. 67, n. 2, p.284-302, Apr. 1992.

FRITZSCHE, David J. *A model of decision-making incorporating ethical values*. **Journal of Business Ethics**, [s.l.], v.10, n.11, p. 841-852, 1991

GIACOBBE, R. W.; SEGAL, M. N. *A comparative analysis of ethical perceptions in marketing research: U.S.A vs. Canada*. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 229-245, Oct. 2005.

GORDON, M.D. *A critical reassessment of inferred relations between multiple authorship, scientific collaboration, the production of papers and their acceptance for publication*. **Scientometrics**, [S.l.], v.2, n. 3, p. 193-201, 1980.

GROVES , R. M.; FOWLER JR, F. J.; COUPER, M.; LEPKOWSKI , J. M.; SINGER, E.; TOURANGEAU, R. **Survey methodology**. *Wiley series in survey methodology*. New Jersey: Wiley-Interscience, 2004.

HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. **Investigação por questionário**. 2.ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2005.

HOGAN, T. J. *A measure of accounting faculties and doctoral programs*. **Scientometrics**, [S.l.], v. 19, n. 3-4, p. 207-221, 1990.

HUNT, S. D.; CHONKO, L. B; WILCOX, J. B. *Ethical problems of marketing researchers*. **Journal of Marketing Research**, [S.l.], v. 21, n. 3, p.309-324, Aug. 1984.

HUSTED, Bryan W.; ALLEN, David B. *Toward a model of cross-cultural business ethics: the impact of individualism and collectivism on the ethical decision-making process*. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 82, p. 293-305, 2008.

JONES, S.K.; PNEMON, L. A. *A comment on "a multidimensional analysis of selected ethica*. **The Accounting Review**, [S.l.], v. 68, n. 2, p.411-416, Apr. 1993.

KIMMEL, A. J. *Ethics and values in applied social research. Applied social research methods series*; v. 12. California: Sage, 1988.

KINNEAR, Thomas C.; TAYLOR, James R. *Marketing research: an applied approach*. Tokyo: Mc Graw Hill, 1979.

KROSNICK, J. Survey research. *Annual Reviews of Psychology*, [S.l.], v.50, p.537-567, 1999.

LARA, M. C.; PENA, R. P. M. A ética na atividade docente da PUC Minas-Contagem. In: XXVI Encontro Nacional da ANPAD, Atibaia, SP. *Anais...* Atibaia, 2003.

LECLERCQ, J. *As grandes linhas da filosofia moral*. São Paulo: Editora Herder, 1967.

LIST, J.A., BAILEY, C.D., EUZENT, P.J. and MARTIN, T.L. *Academic economists behaving badly? A survey on three areas of unethical behavior. Economic inquiry*, [S.l.], v.39, n.1, p. 162-170, 2001.

LOEB, S. E. *Accounting academic ethics: A code is needed. Issues in Accounting Education*, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 191-200, Spring 1994b.

_____. *Ethics and accounting doctoral education. Journal of Business Ethics*, [S.l.], v. 13, n. 10, p. 817-828, Oct. 1994a.

LOEB, S. E.; ROCKNESS, J. *Accounting ethics and education: a response. Journal of Business Ethics*, [S.l.], v. 11, n.7, p.485-490, Jul. 1992.

LOUE, Sana. *Textbook of research ethics: theory and practice*. New York: Kluwer Academic Publishers, 2002.

MARTINS, G. A. *Epistemologia da pesquisa em administração*. 1994. 110p. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATTAR, F. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas. 1996.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. Nós e os índices – a propósito da pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas - RAE*, São Paulo, v. 48, n. 2, p.144-149, Abr./Jun. 2005a.

_____. Sobre ética do pesquisador: uma dimensão pouco explorada. **Gestão.Org.** v. 3, n. 3, p. 161-165, Set./Dez. 2005b. Disponível em: <www.gestaoorg.dca.ufpe.br>. Acesso em: 28/01/2008.

MELLO, C. M. de; CRUBELLATE, J.M.; ROSSONI, L. Rede de co-autorias entre docentes de programas brasileiros de pós-graduação (stricto sensu) em administração: aspectos estruturais e dinâmica de delacionamento. In: V EnEO - Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, 2008.

MEYER, M. J.; MCMAHON, D. *An examination of ethical research conduct by experienced and novice accounting academics.* **Issues in Accounting Education**, [S.l.], v. 19, n. 4, p.413-442, Nov. 2004.

MINAYO, Maria C.de S.; ASSIS, Simone G. de; SOUZA, Edinha R. de. **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MOORE, D.S. **A estatística básica e sua prática.** 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

NATHAN, S.; HERMANSON, D. R.; HERMANSON, R. H. *Co-authoring in refereed journals: views of accounting faculty and department chairs.* **Issues in Accounting Education**, v.13, n. 1, p.79-92, Feb. 1998.

O'FALLON, Michael J.; BUTTERFIELD, Kenneth D. *A review of the empirical ethical decision-making literature: 1996 – 2003.* **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v.59, p.375-413, 2005.

OFFICE OF RESEARCH INTEGRITY (ORI). Disponível em: <http://ori.dhhs.gov/publications/rio_handbook.shtml>. Acesso em: 12/07/2009.

OKUBO, Y.; DORE, J. C.; OJASOO, T.; MIQUEL, J. F. *A multivariate analysis of publication trends in the 1980s with special reference to south-east asia.* **Scientometrics**, [S.l.], v. 41, n. 3, p.273-289, 1998.

OSTERHOUDT, R. G. *The Kantian ethic as a principle of moral conduct in sport.* **Quest**, [S.l.], v.19, p.118-126, Jan. 1973.

PAYNE, S. *Challenges for research ethics and moral knowledge construction in the applied social sciences.* **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v.26, n.4, p.307-318, Ago. 2000.

PESSANHA, Charles. Critérios editoriais de avaliação científica: notas para discussão. **Ci. Inf.**, [S.l.], v. 27, n. 2, p.226-229, Mai./Ago. 1998.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para as ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2003.

PONEMON, L.A. *Can ethics be taught in accounting?* **Journal of Accounting Education**, [S.l.], v.11, n.2, p. 185-209, 1993.

POSTMAN, L.; BRUNER, J.S.; MCGINNIES, E. *Personal values as selective facts in perception*. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v.43, n.2, p.142-154, 1948.

PRICE, A. R. *Definitions and boundaries of research misconduct: perspectives from a federal government viewpoint*. **The Journal of Higher Education**. [S.l.], v. 65, n. 3, Special Issue: Perspectives on Research Misconduct. p.286-297, May.-June. 1994.

PRPĆ, C. *Generational similarities and differences in researchers' professional ethics: an empirical comparison*. **Scientometrics**, [S.l.], v.62, n.1, p.27-51, Jul. 2005.

PRPĆ, K. *Science ethics: a study of eminent scientists' professional values*. **Scientometrics**, [S.l.], v. 43, n.2, p.269-298, 1998.

RANDALL, D. M.; GIBSON, A. M. *Methodology in business ethics research: a review and critical assessment*. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 9, n.6, p. 457-471, Jun. 1990.

ROIG, M. *Avoiding plagiarism, self-plagiarism, and other questionable writing practices: a guide to ethical writing*. Disponível em: <<http://ori.hhs.gov/education/products/plagiarism/plagiarism.pdf>>. Acesso em: 31/01/2011.

ROSE, Lori L. **Scientific Misconduct: perceptions, beliefs, working environments, and reporting practices in the clinical research associate population**. 2008. 171p. Dissertation (Doctor in Philosophy) – Scholl of Business & Technology ,Capela University, 2008.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamento de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987. v.1.

SHORE, E. G. *Effectiveness of research guidelines in prevention of scientific misconduct*. **Science and Engineering Ethics**, [S.l.], v. 1, n. 4, p. 383-387, 1995.

SIEGEL, Sidney. **Estatística não-paramétrica: para as ciências do comportamento**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.

SKORUPSKI, John. Ética. In: TSUI-JAMES, E.P.; BUNNIN, N. (Org.). **Compêndio de Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial: a gestão da reputação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SWEENEY, J. T.; FISHER, D. G. *An examination of the validity of a new measure of moral judgment*. **Behavioral Research in Accounting**, [S.l.], v. 10, p. 138-158, 1998.

TAGIURI, Renato. *Value orientations and the relationship of managers and scientists*. **Administrative Science Quartely**, [S.l.], v. 10, p. 39-51, june 1965.

TUGENDHAT, Ernest. **Lições sobre ética**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

TYEBJEE, T. *Telephone survey methods: the state of the art*. **Journal of Marketing**, [S.l.], v. 43, p. 67-78, 1979.

UNESCO. **Code of Conduct for Scientists: conclusions of the expert group meeting**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/shs/en/ev.php-URL_ID=7556&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 17/09/2006c.

_____. **COMEST**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/shs/en/ev.php-URL_ID=6193&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 17/09/2006b.

_____. **Global Ethics Observatory**. Disponível em: <www.unesco.org/shs/ethics/geobs>. Acesso em: 17/09/2006a.

VINCENT, V. C.; DE MOVILLE, W. *Ethical considerations for streaming business publications*. **Journal of Business Ethics**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 37-43, Jan. 1993.

WHITTIER, Nathan C.; WILLIAMS, Scott; DEWETT, Todd C. Evaluating ethical decision-making models: a review and application. **Society and Business Review**, [S.l.], v.1, n.3, p.235-247, 2006.

YOKOMIZO, Cesar Akira. Desvios de conduta na pesquisa acadêmica-científica. In: XXXII Encontro Nacional da ANPAD, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FOLHA DE APRESENTAÇÃO E INSTRUÇÃO (FRONTISPÍCIO) DO QUESTIONÁRIO E QUESTIONÁRIO

APÊNDICE B – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DOS COMPORTAMENTOS VALIDADOS NO ENANPAD

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

APÊNDICE D – CONDUTAS MAIS REPORTADAS NO 9º CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE QUANTO A SUA OCORRÊNCIA NA PESQUISA CONTÁBIL

APÊNDICE E – CONSENTIMENTO PARA ÁUDIO DA ENTREVISTA

APÊNDICE F – TESTE *POST HOC* PARA *FRIEDMAN*

APÊNDICE G – E-MAIL CONVITE PARA A ENTREVISTA

APÊNDICE A – FOLHA DE APRESENTAÇÃO E INSTRUÇÃO (FRONTISPÍCIO) DO QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO SOBRE ÉTICA NO PROCESSO DA PESQUISA CIENTÍFICA

Este *survey* versa sobre a ética no processo da pesquisa CONTÁBIL e de ADMINISTRAÇÃO.

Os resultados serão usados no desenvolvimento de tese junto ao PPGCC/FEA/USP. Sua participação é VOLUNTÁRIA e **NÃO É PRECISO SE IDENTIFICAR.**

Comprometo-me a prestar informações e esclarecimentos adicionais diante de casos de dúvida que possam ocorrer a respeito da pesquisa. Neste caso, é possível contatar o pesquisador Jesusmar Ximenes Andrade por meio dos telefones 011 – 8241-8034; 086 – 8865-6429 e pelo e-mail jesusmar@usp.br. AGRADEÇO DESDE JÁ A SUA VALOROSA PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO!

ATENÇÃO!

APÓS VOCÊ RESPONDER AS QUESTÕES, POR FAVOR DIRJA-SE À URNA DA SECRETARIA DO EVENTO OU À MAIS PRÓXIMA E DEPOSITE SEU QUESTIONÁRIO.
OBRIGADO!

Destacável

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO (FRENTE)

QUESTIONÁRIO SOBRE ÉTICA NO PROCESSO DA PESQUISA CIENTÍFICA

COMPORTAMENTOS

1. Com base nas escalas ao lado preencha o círculo (○) correspondente a cada comportamento descrito abaixo (Responda ambas as colunas A e B): Coluna A : Qual a sua opinião quanto a <u>FREQÜÊNCIA</u> que tais condutas OCORREM. Coluna B: Se você <u>JÁ TOMOU CONHECIMENTO</u> , direta ou indiretamente, da OCORRÊNCIA das condutas descritas;	A					B				
	Eu acredito que esse comportamento ocorre na minha área					Eu tenho conhecimento que este comportamento ocorreu na minha área				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Não sei	Nunca	Raramente	Ocasionalmente	Frequentemente	Não sei
Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho que também não vai contribuir	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribuiu para a construção do trabalho, é incluído entre os autores	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um professor usa parte do trabalho feito por alunos para compor uma publicação sem dar crédito aos referidos estudantes	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de uma pesquisa	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas mudança no título	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas pequenas alterações no resumo	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos de áreas distintas de conhecimento	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um autor altera dados a fim de que seus resultados se conformem com determinada teoria e/ou aumente a significância estatística de seus achados	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um autor deixa de relatar em um artigo dados e/ou resultados contrários ao que ele esperava	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um autor nega acesso aos seus dados para a pesquisa de outro investigador	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um avaliador se apropria de idéias expostas em artigo rejeitado	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um pesquisador ouve uma idéia de investigação de um colega e apropria-se dela sem o conhecimento do pesquisador dono da idéia	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um professor se esforça para impedir que o trabalho de um pesquisador seja publicado	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Um pesquisador realiza pesquisa com seres humanos e <u>NÃO</u> submete o projeto de pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa.	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

VIDE VERSO

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO (VERSO)

QUESTIONÁRIO SOBRE ÉTICA NO PROCESSO DA PESQUISA CIENTÍFICA

FATORES QUE INFLUENCIAM A MÁ-CONDUTA NO PROCESSO DA PESQUISA

2. O quanto você acha que os fatores abaixo contribuem para a má-conduta na pesquisa?

	Não Influencia	Alguma Influência	Forte Influência
a. Pressão por permanência/promoção/estabilidade/Cargo	☐	☐	☐
b. Pressão por obtenção de recursos	☐	☐	☐
c. Necessidade de reconhecimento	☐	☐	☐
d. Falta de clareza do que é má-conduta	☐	☐	☐
e. Necessidade de Publicação	☐	☐	☐
f. Censura ou punição insuficiente para prática de má-conduta	☐	☐	☐
g. Conflito de interesse financeiro	☐	☐	☐
h. Outro (especifique): _____	☐	☐	☐

INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS E ACADÊMICAS

<p>3. Qual o seu sexo?</p> <p style="margin-left: 20px;"> ☐ Masculino ☐ Feminino </p> <p>5. Você é?</p> <p>☐ Professor vinculado a Programa de Pós-Graduação (Mestrado/Doutorado)</p> <p>☐ Professor de Ensino Superior Não vinculado a Programa de Pós-Graduação (Mestrado/Doutorado).</p> <p>☐ Não sou professor no Ensino Superior</p>	<p>4. Qual a sua faixa etária ?</p> <p style="margin-left: 20px;"> ☐ Menos de 30 anos ☐ 30 a 50 anos ☐ acima de 50 anos </p> <p>6. Qual tipo de instituição você está vinculado, seja como professor ou pesquisador ou estudante (MAIOR dedicação)?</p> <p style="margin-left: 20px;"> ☐ Pública ☐ Privada </p>																											
<p>7. Qual o seu <u>maior</u> grau de formação?</p> <table style="width: 100%; margin-top: 10px;"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: center;">Administração</th> <th style="text-align: center;">Contabilidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Graduação em curso</td> <td style="text-align: center;">☐</td> <td style="text-align: center;">☐</td> </tr> <tr> <td>Graduação concluída</td> <td style="text-align: center;">☐</td> <td style="text-align: center;">☐</td> </tr> <tr> <td>Mestrado em curso</td> <td style="text-align: center;">☐</td> <td style="text-align: center;">☐</td> </tr> <tr> <td>Mestrado concluído</td> <td style="text-align: center;">☐</td> <td style="text-align: center;">☐</td> </tr> <tr> <td>Doutorado em curso</td> <td style="text-align: center;">☐</td> <td style="text-align: center;">☐</td> </tr> <tr> <td>Doutorado concluído</td> <td style="text-align: center;">☐</td> <td style="text-align: center;">☐</td> </tr> <tr> <td>Pós-Doc em curso</td> <td style="text-align: center;">☐</td> <td style="text-align: center;">☐</td> </tr> <tr> <td>Pós-Doc concluído</td> <td style="text-align: center;">☐</td> <td style="text-align: center;">☐</td> </tr> </tbody> </table>		Administração	Contabilidade	Graduação em curso	☐	☐	Graduação concluída	☐	☐	Mestrado em curso	☐	☐	Mestrado concluído	☐	☐	Doutorado em curso	☐	☐	Doutorado concluído	☐	☐	Pós-Doc em curso	☐	☐	Pós-Doc concluído	☐	☐	<p>8. Aproximadamente há quantos anos você está envolvido em processos de pesquisa?</p> <p style="margin-left: 20px;"> <input style="width: 40px; border: 1px solid black;" type="text"/> <input style="width: 40px; border: 1px solid black;" type="text"/> anos </p>
	Administração	Contabilidade																										
Graduação em curso	☐	☐																										
Graduação concluída	☐	☐																										
Mestrado em curso	☐	☐																										
Mestrado concluído	☐	☐																										
Doutorado em curso	☐	☐																										
Doutorado concluído	☐	☐																										
Pós-Doc em curso	☐	☐																										
Pós-Doc concluído	☐	☐																										

APÊNDICE B – ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DOS COMPORTAMENTOS VALIDADOS NO ENANPAD

Estatística Descritiva do Levantamento do EnAnpad, realizado no Rio de Janeiro, em 22 a 26 de setembro de 2007

Comportamentos	N	Mínimo ^a	Máximo ^b	Média ^c	Desvio Padrão
Um pesquisador falsifica os dados na construção de um trabalho científico	56	1	9	1,16	1,075
Um professor se esforça para impedir que o trabalho de outro pesquisador seja publicado	56	1	9	1,21	1,107
Um professor usa parte do trabalho feito por alunos para compor uma publicação sem dar crédito às fontes	56	1	9	1,46	1,264
Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito	56	1	9	1,46	1,537
Um autor submete o mesmo artigo a dois periódicos ou a um mesmo evento fazendo alterações na ordem do nome dos autores	56	1	5	1,50	1,062
Um autor altera dados a fim de que seus resultados se conformem com determinada teoria ou aumentem a significância estatística de seus achados	55	1	9	1,65	1,691
Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta de dados e análise de dados e não reconhece esses esforços	56	1	8	1,68	1,403
Um autor submete o mesmo artigo a dois periódicos ou a um mesmo evento fazendo mudança no título	56	1	7	1,82	1,478
Um autor submete o mesmo artigo a dois periódicos ou a um mesmo evento fazendo pequenas alterações no resumo	56	1	5	1,88	1,322
Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não contribuirá	55	1	7	1,91	1,378
Um pesquisador ouve uma ideia de pesquisa de um colega e, independentemente, conduz uma pesquisa sem o conhecimento do pesquisador dono da ideia	56	1	9	1,91	1,881
Um avaliador se apropria de uma ideia exposta em artigo rejeitado	56	1	9	2,02	2,014
Um autor deixa de relatar em um artigo dados e/ou resultados contrários	56	1	7	2,04	1,560
Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribuiu para a construção do trabalho, é incluído entre os autores	56	1	9	2,04	1,705
Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos	56	1	9	2,18	1,642
A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de um artigo	56	1	9	2,54	1,907
Um autor nega acesso aos dados para análise a outro pesquisador	56	1	9	2,82	1,898
Um artigo é submetido simultaneamente a dois periódicos de áreas distintas de conhecimento	56	1	8	3,04	2,199
A ordem dos autores é alfabética não refletindo a contribuição de cada um para o artigo	55	1	9	5,42	2,859
Vários artigos são publicados com a mesma revisão da literatura, mas com diferentes análises de dados	56	1	9	5,71	2,262
Um autor utiliza a mesma base de dados a fim de escrever diversos artigos e aumentar o número de suas publicações	56	1	9	6,00	2,280
Um autor submete mais de um artigo baseado no mesmo conjunto de dados, porém usa uma abordagem diferente (por exemplo: análise de dados, teoria)	55	1	9	6,62	2,190

a. O valor mínimo da escala corresponde que o comportamento é inapropriado, indicando uma má conduta.

b. O valor máximo da escala corresponde que o comportamento é apropriado, indicando uma boa conduta.

c. Na escala variando de 1 a 9, os comportamentos com média abaixo de 5 foram tratados como inapropriados e acima de 5 como apropriados.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Objeto: Tese de Doutorado

Título: MÁ CONDUTA NA PESQUISA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Autor: Jesusmar Ximenes Andrade

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Andrade Martins

ROTEIRO

1. Em julho de 2009 realizamos um levantamento no 9º Congresso USP de contabilidade e nele pedimos aos pesquisadores presentes que opinassem sobre a frequência com que alguns comportamentos ocorrem e se tomou conhecimento de que alguns daqueles comportamentos tinham ocorrido. Eu lhe apresento uma lista [Apêndice“D”] com sete condutas mais reportadas nesse levantamento quanto à sua ocorrência na pesquisa contábil. O senhor pode lê-la e na sequência poderia fazer uma reflexão sobre esses comportamentos e, em seguida, falar das razões que levam um pesquisador a agir dessa maneira?
2. Existe alguma outra razão?
3. No levantamento sobre má conduta na pesquisa realizado no 9º Congresso USP, em 2009, 84% dos respondentes consideraram “necessidade de publicação” uma forte influência para a prática de má conduta. O senhor concorda com essa opinião?
4. Que ações o senhor recomendaria para desencorajar as práticas de má conduta na pesquisa contábil?
5. No seu entendimento, as razões citadas pelo(a) senhor(a), que levam um pesquisador a agir com má conduta, justificam esses atos?
6. O senhor tem algo mais para falar sobre o assunto aqui tratado?

APÊNDICE D – CONDUTAS MAIS REPORTADAS NO 9º CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE QUANTO A SUA OCORRÊNCIA NA PESQUISA CONTÁBIL

CONDUTAS MAIS REPORTADAS QUANTO A SUA OCORRÊNCIA NA PESQUISA CONTÁBIL

- 1. Um autor divide o crédito do trabalho com colega que não contribui para fazê-lo, em troca de participação em trabalho em que também não vai contribuir.**
- 2. Para aumentar a probabilidade de aceitação, um nome de prestígio, que não contribuiu para a construção do trabalho, é incluído entre os autores.**
- 3. A ordem com que os nomes aparecem reflete o relativo prestígio dos autores no campo estudado, ao invés da real contribuição de cada autor para a construção de uma pesquisa.**
- 4. Um professor usa alunos para fazer revisão da literatura, coleta e análise de dados e não dá crédito aos estudantes.**
- 5. Um autor submete um mesmo artigo a dois periódicos, ou a um mesmo evento, fazendo apenas pequenas alterações no resumo.**
- 6. Um autor parafraseia um trabalho publicado sem lhe dar crédito.**
- 7. Um autor, para aumentar a credibilidade de seu artigo, amplia a seção de referências com citações de fontes que não leu, mas que viu citadas em outros artigos.**

APÊNDICE E – CONSENTIMENTO PARA ÁUDIO DA ENTREVISTA**CONSENTIMENTO PARA ÁUDIO DA ENTREVISTA**

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa intitulada “MÁ-CONDUTA NA PESQUISA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS” sob responsabilidade dos pesquisadores JESUSMAR XIMENES ANDRADE (doutorando) e GILBERTO DE ANDRADE MARTINS (orientador).

Declaro que fui esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, quais sejam:

- a) Identificar a existência de má-conduta na pesquisa em contabilidade com base no conhecimento direto (ou indireto) do pesquisador;
- b) Identificar a posição dos pesquisadores em contabilidade sobre a frequência com que a má-conduta na pesquisa em contabilidade ocorre;
- c) Identificar a posição dos pesquisadores sobre quais fatores influenciam ou incentivam a má-conduta na pesquisa e em que grau afetam tal conduta.

Diante disso, eu estou ciente de que:

- É um procedimento voluntário, que não envolve custo ou risco para minha pessoa;
- Posso desistir a qualquer momento;
- Caso eu desista de participar dessa pesquisa meus dados não serão utilizados em outra pesquisa;
- Tenho garantia de anonimato, meu nome não será revelado;
- Tenho garantia de sigilo das gravações e que essas estarão somente sob a guarda do pesquisador e titular (doutorando);
- Não receberei pagamento por participar dessa pesquisa.

Para obter informações e esclarecimentos adicionais a respeito da pesquisa, posso contatar os pesquisadores por meio dos telefones **86 8865-6429** ou **11 3091-5820**, e-mail: jesusmar@ufpi.edu.br ou martins@usp.br e também pelos endereços comerciais: *Universidade Federal do Piauí – UFPI, Centro de Ciências Humanas e Letras-CCHL, Departamento de Ciências Contábeis e Administrativas – DCCA, Ininga, Teresina(PI), 64049-550* ou *Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA/USP, Av. Prof. Luciano Gualberto, 908, FEA-3, Butantã, São Paulo(SP), 05508-010.*

Jesusmar Ximenes Andrade
Pesquisador

Entrevistado (autorização obtida por e-mail)

APÊNDICE F – TESTE *POST HOC* PARA *FRIEDMAN*

Teste Post Hoc para Friedman^c

	Z	Asymp. Sig. (2-tailed)	Exact Sig. (2-tailed)	Exact Sig. (1-tailed)	Point Probability
Pressão por obtenção de recursos - Pressão por permanência/promoção/estabilidade/Cargo	-1,298 ^a	,194	,256	,128	,056
Necessidade de reconhecimento - Pressão por permanência/promoção/estabilidade/Cargo	-,751 ^a	,452	,437	,218	,032
Falta de clareza do que é má-conduta - Pressão por permanência/promoção/estabilidade/Cargo	-5,584 ^a	,000	,000	,000	,000
Necessidade de Publicação - Pressão por permanência/promoção/estabilidade/Cargo	-4,243 ^b	,000	,000	,000	,000
Censura ou punição insuficiente para prática de má-conduta - Pressão por permanência/promoção/estabilidade/Cargo	-2,536 ^a	,011	,013	,007	,003
Conflito de interesse financeiro - Pressão por permanência/promoção/estabilidade/Cargo	-4,490 ^a	,000	,000	,000	,000
Necessidade de reconhecimento - Pressão por obtenção de recursos	-,437 ^b	,662	,737	,369	,057
Falta de clareza do que é má-conduta - Pressão por obtenção de recursos	-5,394 ^a	,000	,000	,000	,000
Necessidade de Publicação - Pressão por obtenção de recursos	-4,824 ^b	,000	,000	,000	,000
Censura ou punição insuficiente para prática de má-conduta - Pressão por obtenção de recursos	-1,285 ^a	,199	,233	,116	,026
Conflito de interesse financeiro - Pressão por obtenção de recursos	-4,174 ^a	,000	,000	,000	,000
Falta de clareza do que é má-conduta - Necessidade de reconhecimento	-5,317 ^a	,000	,000	,000	,000
Necessidade de Publicação - Necessidade de reconhecimento	-4,376 ^b	,000	,000	,000	,000
Censura ou punição insuficiente para prática de má-conduta - Necessidade de reconhecimento	-1,444 ^a	,149	,177	,088	,014
Conflito de interesse financeiro - Necessidade de reconhecimento	-3,551 ^a	,000	,000	,000	,000
Necessidade de Publicação - Falta de clareza do que é má-conduta	-6,794 ^b	,000	,000	,000	,000
Censura ou punição insuficiente para prática de má-conduta - Falta de clareza do que é má-conduta	-5,068 ^b	,000	,000	,000	,000
Conflito de interesse financeiro - Falta de clareza do que é má-conduta	-2,722 ^b	,006	,006	,003	,000
Censura ou punição insuficiente para prática de má-conduta - Necessidade de Publicação	-5,399 ^a	,000	,000	,000	,000
Conflito de interesse financeiro - Necessidade de Publicação	-6,392 ^a	,000	,000	,000	,000
Conflito de interesse financeiro - Censura ou punição insuficiente para prática de má-conduta	-2,707 ^a	,007	,007	,004	,001

a. Based on positive ranks.

b. Based on negative ranks.

c. Wilcoxon Signed Ranks Test

APÊNDICE G – E-MAIL CONVITE PARA A ENTREVISTA

Jesusmar Ximenes Andrade <jesusmar.andrade@gmail.com>

Entrevista - Ética na pesquisa contábil - Tese -FEA/USP

Prof. Jesusmar <jesusmar@usp.br>

Fri, Feb 26, 2010 at 7:34 AM

To:

Prezado Professor

O senhor provavelmente já viu noticiários sobre pesquisadores da área biomédica que falsificaram ou plagiaram estudos científicos. A pesquisa contábil não está imune a essas práticas.

Estamos conduzindo pesquisa para tese de doutorado, sob orientação do prof. Dr. Gilberto de Andrade Martins, cujo objetivo é identificar a existência e motivos das práticas de má conduta na pesquisa em contabilidade. Solicitamos a marcação de uma breve entrevista sobre o referido assunto.

Por favor nos indique dia e horário para a realização da entrevista.

Antecipadamente agradecemos sua atenção,

Jesusmar Ximenes Andrade & Prof. Dr. Gilberto de Andrade Martins

--

Prof. Jesusmar Ximenes Andrade, Msc

Tel: 11-8241-8034

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2740875155309095>

Universidade Federal do Piauí - UFPI

Centro de Ciências Humanas e Letras-CCHL

Departamento de Ciências Contábeis e Administrativas - DCCA

Endereço: Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Bairro: Ininga; Cep: 64049-550; Teresina, PI - Brasil

Telefone: (86) 3215-5792/5791 Fax: (86) 32155697

URL da Homepage: www.ufpi.br

e-mail: jesusmar@ufpi.br

Federal University of Piauí, Brazil

Center for Social Sciences and Letters

Department of Accounting and Administrative Sciences

ANEXOS

- ANEXO A – FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP
- ANEXO B – DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO INSTITUTO CAMILO FILHO-ICF

ANEXO A – FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Conselho Nacional de Saúde
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS				FR - 272908
Projeto de Pesquisa MÁ-CONDUTA NA PESQUISA: PRÁTICAS E RAZÕES PERCEBIDAS PELOS PESQUISADORES EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO				
Área de Conhecimento 6.00 - Ciências Sociais Aplicadas - 6.02 - Administração			Grupo Grupo III	Nível
Área(s) Temática(s) Especial(s)				Fase Não se Aplica
Unitermos ÉTICA, MÁ-CONDUTA NA PESQUISA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE				
Sujeitos na Pesquisa				
Nº de Sujeitos no Centro 50	Total Brasil 200	Nº de Sujeitos Total 250	Grupos Especiais	
Placebo NAO	Medicamentos HIV / AIDS NAO	Wash-out NAO	Sem Tratamento Específico NAO	Banco de Materiais Biológicos NAO
Pesquisador Responsável				
Pesquisador Responsável JESUSMAR XIMENES ANDRADE		CPF 397.370.633-68	Identidade 1113617	
Área de Especialização CONTROLADORIA E CONTABILIDADE		Maiores Titulação MESTRE	Nacionalidade BRASILEIRA	
Endereço AV PRESIDENTE KENNEDY, 4560, CASA 17		Bairro MORROS	Cidade TERESINA - PI	
Código Postal 64062-100	Telefone 8688656429 / 1182418034	Fax	Email JESUSMAR@USP.BR	
Termo de Compromisso				
Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não.				
Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.				
Data: ____/____/____			Assinatura	
Instituição Onde Será Realizado				
Nome Faculdade de Economia Administração e Contabilidade		CNPJ 63.025.530/0012-67	Nacional/Internacional Nacional	
Unidade/Órgão Departamento de Contabilidade e Atuária		Participação Estrangeira NAO	Projeto Multicêntrico NAO	
Endereço		Bairro	Cidade São Paulo -	
Código Postal	Telefone	Fax	Email	
Termo de Compromisso				
Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.				
Nome: <u>Fábio Furtado</u>		Prof. Dr. Fábio Furtado		
Data: <u>30/06/09</u>		Assinatura		
Vinculada				
Nome Faculdade de Economia e Administração da USP		CNPJ 44.315.919/0001-40	Nacional/Internacional Nacional	
Unidade/Órgão Departamento de Contabilidade e Atuária		Participação Estrangeira NAO	Projeto Multicêntrico NAO	
Endereço Prof. Luciano Gualberto, 908		Bairro Cidade Universitária	Cidade São Paulo - SP	
Código Postal 05508-900	Telefone 11 3091-5912	Fax	Email fea@usp.br	
Termo de Compromisso				
Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares.				
Nome: <u>Fábio Furtado</u>		Prof. Dr. Fábio Furtado		
Data: <u>30/06/09</u>		Assinatura		

O Projeto deverá ser entregue no CEP em até 30 dias a partir de 19/06/2009. Não ocorrendo a entrega

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO INSTITUTO CAMILO FILHO-ICF

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP
INSTITUTO CAMILO FILHO

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS que o projeto de pesquisa intitulado “**Má-conduta na pesquisa: práticas e razões percebidas pelos pesquisadores em contabilidade e administração**”, protocolo nº 177/09, e CAAE 0039.0.044.000-09, de responsabilidade do Pesquisador **MSC. JESUSMAR XIMENES ANDRADE**, está de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/ MS, tendo sido aprovado na presente data pelo Comitê de Ética em Pesquisa - ICF, com validade de 01 (um) ano, quando será avaliado o relatório final da pesquisa.

Solicita-se ao pesquisador o envio a este CEP, de relatórios parciais sempre quando houver alguma alteração no projeto, bem como o relatório final gravado em CD-ROM.

Teresina, 24 de agosto de 2009.

Adriana Borges Ferro Moura
Coordenadora do CEP